



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

PATRÍCIA DE SALES BELO

**SOCIEDADES DE ECONOMIA NATURAL NA AMAZONIA: uma reflexão
crítica**

**BELÉM
2012**

PATRÍCIA DE SALES BELO

SOCIEDADES DE ECONOMIA NATURAL NA AMAZONIA: uma reflexão crítica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Trabalho, Estado e Sociedade

Orientador: Prof^a. Dr^a. Nádia Socorro Fialho Nascimento.

**BELÉM
Fev/2012**

PATRÍCIA DE SALES BELO

**SOCIEDADES DE ECONOMIA NATURAL NA AMAZONIA: uma
reflexão crítica**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Área de concentração: Trabalho, Estado e Sociedade

Orientador: Prof^a. Dr^a. Nádia do Socorro Fialho Nascimento.

Data de aprovação: 29/08/2011

Conceito: _____

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Nádia Socorro Fialho Nascimento
Orientador _____

Prof^a Dr^a. Maria Elvira Rocha Sá- Examinador Interno
Universidade Federal do Pará
Examinador Interno _____

Membro: Prof^o Dr. Gilberto de Souza Marques
Universidade Federal do Pará
Examinador externo _____

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Biblioteca Central/UFPA, Belém-PA

Belo, Patrícia de Sales, 1983-

Sociedade de economia natural na Amazônia: uma reflexão crítica / Patrícia de Sales Belo; orientadora, Nádia Socorro Fialho Nascimento. — 2012

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2011.

1. Capital (Economia). 2. Comunidades agrícolas – Juruti (PA). 3. Populações tradicionais. 4. Economia extrativista. I. Título.

CDD - 22. ed. 335.412

Dedico este trabalho a minha mãe, irmã e ao meu amor, fortalezas de onde busquei forças para superar o momento mais difícil de toda a minha vida até aqui,

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por tudo o que obtive até hoje, fortaleza que me guia. À minha mãe, Maria José de Sales Belo que desde cedo lutou por mim, passando por adversidades que só nós sabemos, mas que se manteve forte e nunca deixou de me ofertar amor e carinho. Exemplo de força, dedicação por suas filhas. Obrigada por tudo minha querida mãe. Amo você.

À minha irmã Vanessa de Sales Belo por seu carinho, apoio e pelos momentos que passamos juntas em toda a nossa trajetória. Por ser tão alegre e espirituosa e me fazer rir quando precisei, por estar sempre ao meu lado em todos os momentos.

Ao meu companheiro, amor e amigo André Miguel Pena Bahia, que esteve ao meu lado durante esta caminhada, que soube me entender e apoiar integralmente, sendo paciente e compreensivo quando não pude estar diretamente ao seu lado e oferecendo-me todo o seu amor e companheirismo nas horas mais difíceis. Obrigada por ter acreditado em mim.

A minha querida professora e orientadora Prof^a Dr^a Nádia Socorro Fialho Nascimento por me fazer achar o caminho certo, pela atenção, orientação e paciência em tantos telefonemas e dúvidas e pela grande contribuição na minha vida acadêmica com seus ensinamentos, dedicação e paciência com os erros desta aprendiz aspirante ao título de Mestre. Minha eterna gratidão.

Ao querido Prof^o. Dr^o Aluisio Lins Leal, com quem tive a honra de construir muitos dos raciocínios aqui expostos. Não me atrevo a mensurar sua contribuição para este trabalho. Muito obrigada pelas inquietações que me trouxe e pelo imenso conhecimento compartilhado com esta aluna.

À minha amiga e parceira de muitos anos Roselídia Farias, pelas várias conversas e debates que tivemos, pelo incentivo nos momentos de crise, pela sua alegria contagiante e amizade inestimável em todos os momentos. A você meu carinho e respeito, por estar sempre ao meu lado.

A lutadora comunidade de Juruti Velho, em especial, ao Presidente da ACORJUVE senhor Gerdeonor Pereira que me recebeu com muita atenção e contribuiu de forma expressiva para este trabalho. E para todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a concretização deste trabalho, o meu muito obrigada.

Um mercado reúne uma série de comunidades que estão espalhadas em torno de maneira periférica, como os planetas do sistema solar ao redor do sol (Erick Wolf, Sociedades Camponesas).

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| I-INTRODUÇÃO | 9 |
| CAPÍTULO II – TRABALHO E NATUREZA NA ECONOMIA POLÍTICA CRÍTICA . | 14 |
| 2.1 A CONCEPÇÃO DA CATEGORIA TRABALHO | 14 |
| 2.2 ROSA LUXEMBURGO E A SOCIEDADE DE ECONOMIA NATURAL..... | 21 |
| 2.2.1 O Processo De Acumulação Primitiva | 21 |
| 2.3 LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA | 28 |
| CAPITULO III- GRANDES PROJETOS E SOCIEDADE DE ECONOMIA NATURAL NA AMAZÔNIA | 37 |
| 3.1 IMPERIALISMO E INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL | 35 |
| 3.2 GRANDES PROJETOS E EXPANSÃO CAPITALISTA | 45 |
| 3.3 SOCIEDADES DE ECONOMIA NATURAL NA AMAZÔNIA..... | 54 |
| CAPITULO IV- AS COMUNIDADES EXTRATIVISTAS NO MUNICÍPIO DE JURUTI VELHO/PA E A MINERAÇÃO ALCOA | 60 |
| 4.1 CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO | 60 |
| 4.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JURUTI | 66 |
| 4.2.1 Breve Histórico Da Formação Do Município De Juruti | 66 |
| 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 86 |
| REFERÊNCIAS | 89 |
| APÊNDICES..... | 93 |
| ANEXOS..... | 99 |

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar de forma crítica a noção de comunidades tradicionais da região de Juruti Velho, Juruti, no âmbito de Projeto Agroextrativista (PAE) conduzido pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em Santarém. apresentando como marco teórico a definição de sociedade de economia natural e superpopulação relativa. Para a elaboração desta pesquisa utilizou-se entrevistas, análises documentais e bibliográficas. Concluiu-se que estas comunidades atingidas pelo projeto são, em muitos casos, expulsos de seu território e migram para as cidades em busca de melhores condições e trabalho contribuindo para o aumento do exército de reserva do capital e para a dissolução de seu aspecto tradicional.

Palavras Chaves: Acumulação Capitalista; Superpopulação Relativa; Sociedade de Economia Natural.

Abstract

This paper aims to examine critically the notion of traditional communities in the region of Old Juruti, Juruti under Project Settlement Project (PAE) conducted by the Regional Superintendent of the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA) in Santarém. presenting as a theoretical definition of natural economy and society of relative surplus population. For the preparation of this research used interviews, analysis, documentation and bibliography. It was concluded that these communities affected by the project are in many cases, expelled from its territory and migrate to cities in search of better working conditions and contributing to the increase of the reserve army of capital and the dissolution of its traditional appearance.

Keywords: Capitalist Accumulation; Relative Overpopulation, Natural Economy Society.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 01: Município de Juruti e base da ALCOA..... | 64 |
| Figura 02: Porto de Juruti | 65 |
| Figura 03: Município de Juruti | 70 |
| Figura 04: Guarita na entrada do PAE Juruti Velho | 76 |

LISTA DE SIGLAS

ACAJURVE- Associação dos comunitários de Juruti Velho

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -

PAE Projeto de Assentamento Agroextrativista

EIA- Estudo de Impacto Ambiental

PCA- Plano de controle ambiental

RIMA- Relatório de Impacto ambiental

SEMA – Secretaria de meio Ambiente

I- INTRODUÇÃO

No Brasil, a Região Amazônica, por apresentar uma grande diversidade de recursos naturais, com inegável potencial econômico, torna-se, a partir da década de 1960, a última fronteira do capital nacional, dando início a um novo e conturbado ciclo.

Nesse contexto, a Amazônia constituiu-se como espaço privilegiado para os grupos econômicos. O que significa possibilidades de implantação de empreendimentos produtivos e expansão em escala mundial.

As problemáticas que atingem a Amazônia desde sua ocupação até os dias atuais, estão envoltas na sua inserção e subordinação a dinâmica do capital. Seu processo de ocupação se constitui em uma prática antiga de conquistar e desenvolver pautada em uma lógica desenvolvimentista de “fora para dentro”.

Desde que surgiu, e devido à sua essência, produzir para o mercado, objetivando o lucro e, conseqüentemente, a acumulação da riqueza, o capitalismo sempre tendeu à internacionalização, ou seja, à incorporação do maior número possível de povos ou nações ao espaço sob o seu domínio.

Grandes empresas de países desenvolvidos, também conhecidas como corporações, instalam filiais em outros países, onde passam a produzir cada vez mais produtos utilizando-se dos recursos disponíveis tanto força de trabalho quanto matéria-prima. Por produzirem seus diferentes produtos em muitos países, tais empresas ficaram conhecidas como multinacionais.

Na região amazônica é imensa a quantidade de multinacionais que se instalaram nas últimas décadas entre elas, pode-se citar a ALBRÁS, ALUNORTE, Para Pigmentos, Imerys Rio Capim Caulim, Mineração Rio do Norte, ALCOA entre outras que vieram e modificaram os aspectos locais tanto físicos (infraestrutura) como sociais (modo de vida) da comunidade local.

As populações residentes nas áreas, ditas “tradicionais” são atingidas e acabam por serem expulsas de suas terras e migrarem para outros locais em busca da sobrevivência. Esta população local que em sua base são economias extrativistas apresentam um modo de vida próprio e diferenciado que é

transformado pelo capital que se expande ocasionando destruição na maioria dos casos, visto que são sujeitas a ruptura devido ao deslocamento competitivo do capital.

É desta forma que este trabalho objetivou realizar uma análise crítica destas “populações tradicionais” à medida que se encontram ameaçadas com o avanço do capital sobre a região o que, em muitas localidades, ocasionou expulsão e dissolução, evidenciando como estas comunidades podem ser vistas em sua organização como “sociedades de economia natural”, termo utilizado por Rosa Luxemburgo (1976).

A escolha de um caminho teórico-metodológico que permita não só a compreensão teórica sobre grandes projetos e sociedades de economia natural é fundamental à medida que possibilite desvendar as múltiplas determinações desse processo. Assim, para tal análise utilizou-se o método dialético por possibilitar uma apreciação crítica e totalizante da problemática abordada. Desta forma justifica-se a opção pelo estudo de caso, pois, este

é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir conhecimento amplo e detalhado deste; tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos considerados (GIL, 1996, p.66).

Como afirma Martinelli (1999, p. 24) “o estudo de caso na descoberta e interpretação de processos sociais são também determinados pela experiência vivida pelo sujeito e pelo objeto de conhecimento”.

As idéias de Chizzoti (1991, p. 23), também apóiam esta opção, pois para o mesmo, o estudo de caso é uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora.

A pesquisa foi realizada por meio de um estudo aprofundado, crítico sobre o objeto. Para tal, recorreu-se ao levantamento de dados históricos, pesquisa bibliográfica, documental e de campo, a partir de um estudo exploratório, objetivando precisar os limites e as possibilidades desta investigação *in loco*.

Realizou-se no município de Juruti, mas precisamente na Vila de Juruti Velo, localizado no oeste do Pará, diretamente com as 44 comunidades que compõe a Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (ACORJUVE). Esta associação é composta por 44 comunidades e cerca de 1988 famílias, segundo o seu estatuto. Porém, o levantamento foi realizado com 22 líderes, visto que o processo de liderança nestas comunidades é muito forte, respeitado e representativo.

O local foi escolhido pela grande problemática evidenciada, além de facilidade de acesso às informações devido a uma extensa rede de relações com os envolvidos.

Buscou-se investigar e estudar o objeto escolhido por meio de análises de comunicações, observação visando obter, procedimentos sistemáticos como a descrição e interpretação do conteúdo das entrevistas, dos documentos e bibliografias consultados, indicadores quantitativos e qualitativos que permitam a inferência de conhecimentos relativos, considerando-se o processo histórico dos sujeitos envolvidos de forma que possibilite reunir informações articuladas na perspectiva do desvendamento, compreensão e análise da realidade social estudada.

Adotou-se para tal propósito, a abordagem qualitativa e quantitativa, junto aos sujeitos envolvidos em tais circunstâncias e a comunidade. Segundo Minayo (1994, p.18), a pesquisa qualitativa preocupa-se com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com o universo de significados, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

No que tange a obtenção dos dados qualitativos foi privilegiada a descoberta de fenômenos latentes, a exemplo: o conflito entre a comunidade e a ALCOA, quando do processo de degradação ambiental, aprofundamento das expressões da “questão social”, abstrações desenvolvidas pelos sujeitos, relação homem e natureza, procurando compreender a real situação gerada a partir da relação comunidade-ALCOA, degradação-conservação, desenvolvimento-questão social existentes no município.

Para obtenção dos dados da pesquisa, foram utilizadas várias fontes de coletas de dados como:

Fontes Documentais e Bibliográficas: a pesquisa de campo foi acompanhada de pesquisa documental e bibliográfica, objetivando avanços cada vez maiores acerca da compreensão do problema pesquisado.

Para clarificar a compreensão sobre esse tipo de fonte de informação, valendo-se ainda das ideias de Chizzoti (1991, p.65), percebe-se que: "Documentação é toda informação sistemática, comunicada de forma oral, escrita ou gestual, fixada em suporte material, como fonte durável de comunicação. Documentação é a ciência que trata da organização do manuseio de informações."

A partir desse entendimento, utilizou-se como fonte documental: relatórios e documentos produzidos pelos órgãos atuantes no município como o INCRA, SEMA, ECOIDEA, pelas associações comunitárias existentes e projetos desenvolvidos pela ALCOA, além de arquivos, textos bibliográficos. .

Fez-se uso, ainda, de entrevistas semiestruturadas com a comunidade utilizando-se apenas a definição, comunitário ou líder para o sujeito que não quis ser identificado e por fim a observação sistemática, enquanto técnica de pesquisa pois engloba uma série de situações ou fenômenos que poderão escapar a análise do pesquisador por meio de perguntas ou em documentos.

Como método de abordagem, utilizou-se o método materialista histórico por se julgar este o que melhor dará suporte a esta pesquisa, pois possibilita uma visão crítica da totalidade da problemática abordada.

este método possibilita a interação e o exercício simultâneo da reflexão, traduzidos nas diversas formas de ação coletiva, orientada em função da solução de problemas que são vivenciados, visando objetivos de mudança e de transformação social dos sujeitos (DINIZ, 1999p. 11).

Em forma de anexo, estão disponibilizados os instrumentos utilizados como: o roteiro de entrevista, além da cópia dos documentos consultados, quando autorizados, além do registro fotográfico.

Este trabalho está dividido em 04 (quatro) capítulos começando pela introdução o qual se faz uma breve apresentação do objeto de pesquisa. O segundo capítulo aborda a categoria trabalho e suas especificidades enquanto base para a formação do ser social, desenvolvedor de habilidades e conhecimentos analisando seu modo de vida e organização com base em

Luxemburgo (1976) que nos fala das sociedades de economia natural que são envoltas pelo capital em seu processo de expansão e acumulação, o que resulta em exploração e dissolução.

O terceiro capítulo aborda a expansão do capital e sua estratégia imperialista pautada em implantação de multinacionais que buscam outros países para explorar. Como é o caso da Alcoa em Juruti e por fim o quarto capítulo evidencia uma tendência destas populações a serem vistas como superpopulação relativa latente no campo prestes a se tornar estagnados ou até mesmo pauperizados.

CAPITULO II – TRABALHO E NATUREZA NA ECONOMIA POLITICA CRITICA

2.1 A CONCEPÇÃO DA CATEGORIA TRABALHO

Ao falar da categoria trabalho, deve-se analisá-la em seu caráter histórico, compreendendo sua historicidade e a relação homem x natureza que permeia e concretiza este processo. Marx (1996), em O Capital, analisa o trabalho enquanto categoria fundante, como um processo no qual o homem em contato e transformação da natureza modifica a si mesmo, seu espaço, a própria natureza externa a ele, reproduzindo-se, apreendendo e desenvolvendo habilidades. É por meio desta interação que ocorre o desenvolvimento das sociedades mais simples às formações cada vez mais complexas, assim:

Antes de tudo, o trabalho é um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços pernas, cabeça e mão, a fim de sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (MARX, 1996, p.297)

Marx (1996) evidencia, no fragmento acima, a importância do trabalho na formação do homem, pois ao transformar a natureza, também se transforma, ao adquirir novos conhecimentos e habilidades. Ou seja, o intercâmbio do homem com a natureza é essencial para a concretização de qualquer forma de sociedade, pois é através dele que o homem retira seus meios de subsistência e produz os objetos necessários a sua reprodução. Segundo Lessa (2007, p.132) “Toda sociedade tem sua existência hipotecada à existência da natureza”. É preciso avaliar “que não há qualquer possibilidade de reprodução social sem a transformação da natureza nos meios de produção e meios de subsistência imprescindíveis a cada sociedade” (idem, ibidem).

Essa apropriação da natureza, a qual é anterior à sociedade, se modifica ao longo do tempo, através da modificação dos meios utilizados para sua

exploração. Porém, o fato de entender a natureza como a base da construção social não pode levar ao equívoco de pensar que tudo é aspecto da natureza. Existem diferenças demasiadas entre sociedade e natureza.

Realmente, marcando a distinção entre a natureza inorgânica e a orgânica- há a vida- a capacidade de reproduzir a si mesmo rigorosamente desconhecida do inorgânico que apenas opera reações químicas ou processos físicos. E diferenciando a natureza (inorgânica e orgânica) da sociedade, há uma constelação de complexos (linguagem, trabalho, relações sociais, arte, religião,etc.) que consubstanciam esta última como outro tipo de ser, que não só é extremamente mais complexo que o ser natural (orgânico e inorgânico). Mas que, sobretudo, não pode ser derivado da natureza. (LESSA, 2007, p.133).

Neste sentido é preciso evidenciar que o ser social é diferente da natureza, mesmo que não possa reproduzir-se sem ela. Marx (1996) evidencia isto ao escrever sobre o arquiteto e a abelha diferindo o homem dos demais animais pela capacidade de idealização anterior dos objetos que irá materializar incidindo de forma objetiva e material sobre a natureza.

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça antes de construí-lo em cera. (MARX, 1996, p.298).

Assim percebe-se que o homem não apenas transforma a natureza de forma natural como faz a abelha, mas este age sobre a natureza de forma objetiva e orientada a um fim. Como diz Marx “Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios”. (ibidem, idem). Esta capacidade de idealização e concretização orientada a um fim que diferencia os homens dos demais animais e proporciona o desenvolvimento e reprodução social é vista como teleologia.

No fim do processo do trabalho obtêm-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. (idem, ibidem).

Este fragmento evidencia a concepção de realização material e concreta do objetivo humano, a partir do qual o homem interfere na natureza, controlando-a, dominando-a, transformando-a, a fim de atingir seu objetivo.

Em outras palavras, a finalidade que é objetivada se transforma em objeto, se converte em objetividade - é a realização, na "matéria natural" do "objetivo" humano. O novo objeto que assim vem a ser é submetido a uma relação de causas e efeitos, objetiva, externa à consciência, em alguma proporção não criada por atos humanos, que faz com que a evolução do objeto criado pela ação humana sofra a influência de outros fatores que não se limitam aos atuantes na sua criação. Isto faz com que sua história não seja idêntica à história de quem o criou. (LESSA, 2007, p. 137).

Para Marx produção não é apenas um ramo particular da produção (agricultura, pecuária, manufatura...), mas um "certo corpo social, sujeito social, que exerce sua atividade numa totalidade maior ou menor de ramos da produção" (MARX, 1974, p.110).

Ao se falar de produção tem-se uma análise não de produção individual e isolada, mas "trata-se da produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção de indivíduos sociais" (idem, p.04), ou seja, os indivíduos produzindo em sociedade, de forma determinada. Desta forma, tem-se a produção não como um conceito metafísico e abstrato, mas a produção situada em determinada mediação social da existência e desenvolvimento humano.

A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que, efetivamente em que, efetivamente sublinhando e precisando os traços comuns, poupa-nos a repetição. Esse caráter geral, contudo, ou este elemento comum, que se destaca através da comparação, é ele próprio um conjunto complexo, um conjunto de determinações diferentes e divergentes. Alguns desses elementos comuns pertencem a todas as épocas, outros apenas são comuns a poucas. Certas determinações serão comuns à época mais moderna e à mais antiga. Sem elas não se poderia conceber nenhuma produção. [...] As determinações que valem para a produção em geral devem ser precisamente separadas, a fim de que não se esqueça a diferença essencial por causa da unidade, a qual decorre já do fato de que o sujeito - a humanidade - e o objeto - a natureza - são os mesmos (idem, p. 110-111).

O homem na produção social de sua existência vive relações determinadas, independentes de sua vontade. Estas relações correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais.

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de suas forças produtivas materiais (MARX, 1996 p. 47).

A necessidade da produção e reprodução da vida material, ou seja, a conquista dos gêneros necessários para a manutenção da própria vida (alimento, agasalho, proteção, entre outros.) faz com que os homens estabeleçam relações entre si. Elas são independentes de sua vontade porque eles nascem em um determinado momento e numa determinada formação social, na qual essas relações já estão constituídas, não sendo, portanto, objeto de sua escolha.

A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (idem, ibidem).

Assim, o trabalho coloca-se como categoria central na vida humana: a mediação para sua constituição enquanto ser social. Ser social, este, que constrói suas relações materiais de existência por meio de suas ações em um processo histórico de transformação.

O modo pelo qual os indivíduos exteriorizam sua vida, assim eles o são. O que os indivíduos são coincide com sua produção, com o que produzem e como produzem. O que os indivíduos são, portanto, prende-se às condições materiais que determinam sua produção. (MARX, 1996, p. 46).

Com isso, o processo de reprodução social é fundado no trabalho o qual Marx afirma ser “o processo entre o homem e a natureza” (idem, p. 133), o qual deve ser orientado a um fim. Neste sentido, o processo de trabalho apresenta elementos que o determinam:

Inicialmente, tem-se o objeto de trabalho¹, o qual pode ser a matéria bruta, se provém diretamente da Natureza e a matéria-prima se já sofreu alguma modificação através de um processo de trabalho.

Todas as coisas que o trabalho só desprende de sua conexão direta com o conjunto da terra, são objetos de trabalho. Assim o peixe que se pesca ao separá-lo de seu elemento de vida, a água, a madeira que se abate na floresta virgem, o minério que é arrancado de seu filão [...] Se, ao contrário, o próprio objeto de trabalho já é, por assim dizer, filtrado por meio de trabalho anterior, denominamo-lo matéria-prima. Por exemplo, o minério já arrancado que agora vai ser lavado. Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho apenas é matéria-prima depois de já ter experimentado uma modificação mediada por trabalho (idem, p. 298).

Outro elemento são os instrumentos ou ferramentas utilizados na transformação do objeto. Marx (1996) os tituló de meios de trabalho,

é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas para fazê-las atuar como meios de poder sobre outras coisas, conforme o seu objetivo. O objeto do qual o trabalhador se apodera diretamente - abstraindo a coleta dos meios prontos de subsistência, frutas, por exemplo, em que somente seus próprios órgãos corporais servem de meio de trabalho - não é objeto de trabalho, mas o meio de trabalho. (idem, p. 298-299).

Neste sentido os meios de trabalho representam as condições sociais nas quais se trabalha, pois os diversos modos de produzir e conseqüentemente os meios utilizados para tal, evidenciam as características de cada sociedade. “Não é o que se faz, mas com que meios de trabalho se faz, é o que distingue as épocas econômicas” (idem, ibidem).

Marx (1996) faz uma breve distinção entre os meios de trabalho; Os meios de trabalho em sentido estrito, que são as coisas ou conjuntos de coisas que o trabalhador interpõe entre ele e o objeto sobre o qual trabalha (matéria bruta ou prima). Como exemplo tem-se o machado para cortar a madeira, a pá para cavar a terra, entre outros. E os meios de trabalho em sentido amplo, que compreendem todas as condições materiais, sem intervir diretamente no processo

¹ Marx (1996) institui a terra (em um sentido econômico também a água) o objeto geral de trabalho do homem, assim como seu principal meio de trabalho.

de transformação, que são indispensáveis para sua realização (terra, estradas, ferrovias, entre outros).

O processo de trabalho conta, em sentido lato, entre seus meios com todas as condições objetivas que são exigidas para que o processo se realize. Estas não entram diretamente nele, mas sem elas ele não pode decorrer ao todo ou só deficientemente. O meio universal de trabalho desse tipo é a própria terra, pois ela dá ao trabalhador o *locus standi*² e ao processo dele o campo de ação (idem, p. 300).

Neste processo, a atividade humana desenvolvida/ gasta no processo de produção é denominada por Marx (1996) de força de trabalho e por fim se tem o produto, resultado final do processo de produção. O produto é valor de uso, pois responde a necessidades humanas determinadas.

No processo de trabalho a atividade do homem efetua, portanto, mediante o meio de trabalho, uma transformação do objeto de trabalho, pretendida desde o princípio. O processo extingue-se no produto. Seu produto é um valor de uso; uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma. O trabalho se uniu com seu objetivo. O trabalho está objetivado e o objeto trabalhado. (idem, ibidem).

Assim verifica-se que em todo processo de produção intervêm três elementos fundamentais: a força de trabalho, a matéria bruta ou prima e os meios de trabalho. O objeto mais os meios de trabalho constituem os meios de produção.

Com isso, verifica-se porque o trabalho é elemento fundante do ser social, visto que é uma forma peculiar de transformação da natureza pela ação do homem o qual é também de transformação da própria natureza humana, pois é por meio do trabalho que se possibilita o desenvolvimento das capacidades humanas, das forças produtivas e o surgimento de relações sociais determinadas, o que torna a sociedade cada vez mais desenvolvida e contraditória.

É este processo contraditório fundado pelo trabalho, que origina as relações entre os homens, que não mais se limitam ao trabalho enquanto tal, mas em sua reprodução social, pois eles não produzem apenas os bens necessários à sobrevivência, como produzem ao mesmo tempo, novas habilidades e conhecimentos. Isto possibilita o desenvolvimento da sociedade, uma nova

² Lugar para ficar

situação histórica, nova organização social que deixa de ser aquela mais simples do início da história humana para se tornar mais complexa, como a sociedade capitalista atual.

As origens históricas da sociedade capitalista, segundo Marx (*apud* HUNT 1981, p.239), não estão em uma “sociedade de comportamento econômico frugal e abstêmio de uma elite moral”, como se acreditava, mas na criação de uma classe operária sem propriedades e outra classe capitalista rica.

A esse processo de formação da sociedade capitalista em duas classes, a de proprietários e a de não-proprietários de meios de produção, Marx (*apud* HUNT 1981, p.239) denominou de “acumulação primitiva”. Isto se deu principalmente, pela dissolução do regime feudal e expropriação do trabalhador dos seus vínculos com a terra.

Com a criação da classe operária, isto é, dos não proprietários de meios de produção, destruiu-se os “vínculos sociais feudais pelos quais a maioria dos trabalhadores garantia seu acesso à terra”. A transformação da “propriedade feudal” na “moderna propriedade privada” mudou as relações econômicas na sociedade. Os trabalhadores foram expulsos das terras que cultivavam e mandados para a cidade, engrossando a massa de mendigos e desempregados (HUNT, 1981).

Marx (*apud* Hunt, p.240) relaciona alguns métodos “poéticos” de acumulação primitiva adotados pela sociedade pré-capitalista: “A espoliação da propriedade da igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do estado, o roubo de terras comuns, a usurpação da propriedade feudal” foram alguns destes procedimentos.

Estas práticas não foram adotadas apenas no continente europeu, mas atingiu também outros países, com vistas à acumulação de fortuna para sua transformação em capital.

A descoberta de ouro e prata na América, a aniquilação, escravização e o emprego forçado, nas minas, da população indígena, o começo da conquista e da pilhagem nas Índias Orientais, a transformação da África num viveiro de caça comercial de negros assinalaram a aurora cor-de-rosa da era da produção capitalista (*idem*, p.240).

Espanha, Portugal, Holanda e Inglaterra estão entre os principais países que empreenderam a acumulação primitiva. A Inglaterra no fim do século XVII, por exemplo, impõe uma política externa sistemática com vistas à dominação das colônias da América, por meio de um sistema moderno de tributação, comércio de escravos, dívida externa, protecionismo e ação do estado.

As diferentes forças que acionaram a acumulação primitiva distribuem-se, agora, mais ou menos em ordem cronológica, pela Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra do fim do século XVII, elas chegaram a uma combinação sistemática, abarcando as colônias a dívida nacional, o moderno sistema de tributação e o sistema protecionista. Estes métodos dependem, em parte, da força bruta, quer dizer colonial. Todos eles, porém empregam o poder do Estado. (idem p. 241).

Na Inglaterra, os cercamentos foram a expressão da “usurpação legal”³, se assim podemos dizer. Com eles os grandes proprietários de terra foram apoderando-se das terras dos pequenos proprietários e arrendatários, os quais foram vender a sua força de trabalho nas cidades. Quando se observa esse processo do ponto de vista do camponês, pode-se afirmar que os proprietários fundiários tomaram o lugar dos senhores feudais no que se refere a posição de dominantes. No entanto, há uma diferenciação no tocante a esse processo, visto que os senhores feudais exploravam os camponeses, enquanto os proprietários fundiários expulsaram os mesmos de suas terras. A semelhança é que eles continuaram sendo vítimas de um processo brutal.

2.2 ROSA LUXEMBURGO E A SOCIEDADE DE ECONOMIA NATURAL

2.2.1 O processo de acumulação primitiva

A acumulação primitiva representa a formação de capital anterior à predominância do trabalho assalariado e consistiu, sobretudo, na expropriação e

³ Paralelamente ao modo violento utilizado para expropriar as terras, foi utilizada a lei como veículo para realizar o roubo das terras. A classe dominante da época emergiu ao poder e utilizou-se dele para assegurar o seu domínio sobre as terras, utilizando cada vez mais a mecanização no campo. A diferença é que a partir desse momento eles estavam amparados legalmente, mas com as leis que eles próprios fizeram.

separação dos proprietários originais dos seus meios de produção, como por exemplo, no processo de cercamento dos campos e na ação colonial mercantilista.

A primeira expropriação foi a da terra. Essa expropriação ocasionou a dissolução dos laços do trabalhador com a terra, processo que começou com a alienação da propriedade coletiva e terminou com a alienação da propriedade privada do camponês. (FIORAVANTE, 1978). “O produtor direto, o trabalhador, não pôde dispor de sua pessoa enquanto não deixou de viver sujeito à gleba e de ser escravo ou servo de outra pessoa”. (MARX, 1996, p.655).

A segunda forma de expropriação baseou-se na separação do homem de seus instrumentos de trabalho, pois esta era condição que faltava para tornar-se um trabalhador “livre” disposto a vender sua força de trabalho como mais uma mercadoria.

Para converter-se em livre vendedor de força de trabalho que concorre com sua mercadoria, onde quer que encontre mercado para ela, teve que se livrar, também, do jugo dos grêmios, ausentar-se das ordenanças exercidas sobre os aprendizes e oficiais e de todos os estatutos que embaraçavam o trabalho...; estes trabalhadores recém-emancipados só podiam converter em vendedores de si próprios, uma vez que vêm despojados de todos seus meios de produção e de todas as garantias de vida que as velhas instituições feudais asseguravam. (idem, p 655-656).

Estas são as duas condições históricas pelas quais o trabalhador foi expropriado das condições objetivas da produção e passa a ser evidenciado apenas como força de trabalho necessária ao avanço capitalista.

O regime do capital capitalista pressupõe a separação entre os operários e a propriedade das condições de realização de seu trabalho. Quando já se move por seus próprios pés, a produção capitalista não só mantém esta separação, como a reproduz e acentua em uma escala cada vez maior. Portanto, o processo que engendra o capitalismo pode ser apenas um: o processo de dissociação entre o operário e a propriedade sobre as condições de seu trabalho, processo que de um lado transforma em capital os meios sociais de vida e de produção, enquanto do outro transforma os produtores diretos em operários assalariados. A chamada acumulação primitiva nada mais é que o processo histórico de dissociação entre o produtor e os meios de produção. (idem, p.655).

Essa prática de dissociação e roubo resultaram em um acúmulo de capital, ou seja, a consequente obtenção de riqueza foi o modo predominante pelo qual

se formou o capital nos períodos anteriores ao surgimento da venda da força de trabalho em troca de um salário.

A separação dos operários de todos os meios de produção foi suficiente para iniciar o capitalismo dirigido por suas próprias “leis de movimento”. Logo que a produção capitalista se firma por si mesma, não só mantém esta separação, como também a reproduz em escala sempre crescente” (MARX *apud* HUNT, 1981, p. 714).

Com o surgimento do trabalho assalariado a formação de capital passou a ser feita de modo predominante pela imposição do trabalho excedente extraído da força de trabalho.. Quando a prática do assalariamento se dissemina em regime predominante, deixa de existir a formação de capital através da acumulação primitiva, passando, porém, a partir daí, a ocorrer o recurso aos seus métodos, mas não mais à prática da mesma, visto que o capital passa a se formar maciçamente através da exploração do trabalho produtivo. É por essa razão que não se pode falar hoje em acumulação primitiva, pois esta remonta ao período de formação pré-capitalista, ou seja, ao processo de constituição do capital.

Se analisarmos atentamente, o capitalismo nasce a partir do desenvolvimento da economia que se baseava tanto na agricultura - em um sistema de servidão e vassalagem - quanto no artesanato desenvolvido nas corporações de ofício nas cidades, produzindo mercadorias, porém de forma mais simples em comparação àquelas que serão desenvolvidas posteriormente. É neste contexto que o processo de acumulação primitiva do capital ganha espaço e força.

Nos países europeus ocidentais, o capitalismo está cercado, primeiramente, pelo meio feudal de cujo seio surge - a servidão da gleba no campo, o artesanato da corporação na cidade - e, posteriormente, desaparecido o feudalismo, um meio onde predomina a agricultura camponesa e o artesanato, isto é, produção simples de mercadorias, tanto na agricultura como na indústria. (LUXEMBURGO, 1976, p. 317).

De acordo com a autora distinguem-se três momentos: luta do capital com a economia natural, com a economia de mercado, além da luta pela concorrência do capital a fim de obter mais elementos para a acumulação.

Segundo Luxemburgo (*idem*, *ibidem*), verifica-se que historicamente, “o capitalismo aparece e se desenvolve em meio social não-capitalista” Com base

neste argumento percebe-se que o sistema capitalista para manter-se enquanto tal necessita de economias naturais que visam a subsistência e não a produção de excedente para a (re) produção de riqueza.

Isto parece contraditório, pois ao analisar o capitalismo a primeira coisa que se percebe é a busca pelo lucro - lucro este alcançado a partir da produção de mais-valia extraído do excedente.

Nas palavras de Luxemburgo (idem, p.315) as sociedades naturais constituem “o meio histórico da acumulação do capital”. É preciso evidenciar que não é qualquer forma de economia não-capitalista que possibilita o desenvolvimento do capitalismo e sim aquelas que sirvam de fonte potencial de elementos necessários ao capital, como depósito de força-de-trabalho, a fim de que o capital possa dispor deles quando desejar e se tornem futuramente trabalhadores assalariados e mercado de mais-valia, além de fonte de meios de produção.

O capitalismo necessita, para sua própria existência e desenvolvimento, estar cercado por formas de produção não-capitalista. Não se trata, porém, de qualquer forma. Necessita de camadas sociais não-capitalistas, como mercado para colocar sua mais-valia, como fonte de meios de produção e como reservatórios de mão-de-obra para seu sistema assalariado. O capital não pode alcançar nenhum de seus fins com formas de produção de economia natural. Em todas as formações de economia natural - comunidades camponesas primitivas com propriedade comum da terra, relações de servidão feudal ou outras quaisquer - o que a define é a produção em função das necessidades domésticas, e por isso mesmo não existe ou é escassa a demanda de mercadorias estrangeiras e, de modo geral, não há excedente de produtos próprios ou pelo menos nenhuma necessidade premente de dar saída a produtos excedentes (idem, p.317).

Verifica-se que Luxemburgo, refere-se às sociedades feudais européias, baseando-a no que denomina de sociedade de economia natural. O termo “natural” utilizado pela autora refere-se a uma economia autônoma, sem precedentes econômicos capitalistas, ou seja, que não depende da circulação comercial uma vez que, segundo Marx:

Na economia natural propriamente, nenhum produto agrícola ou só parte ínfima dele se lança no processo de circulação, ou neste só entra fração relativamente insignificante da parte do produto na qual se configura a renda (revenue) do proprietário da terra, como se observa, por exemplo, em numerosos latifúndios da velha Roma, nas vilas de Carlos Magno e mais ou menos em toda a Idade Média. [...] Nessas condições, o produto e o produto excedente desses grandes domínios não consistem unicamente em produtos do trabalho agrícola. Abrangem também os

produtos do trabalho industrial. Trabalhos domésticos de artesanato e de manufatura, atividades acessórias da agricultura, que constitui a base, condicionam o modo de produção em que se baseia essa economia natural, na Antiguidade e na Idade Média européias e ainda hoje na comuna rural indiana, onde ainda persiste a organização tradicional. O modo capitalista de produção extingue por completo essa conexão; um processo que se pode observar em grande escala notadamente na Inglaterra, no último terço do século XVIII. (MARX, 1991, p.902).

É necessário analisar que o processo de acumulação está também baseado nas sociedades naturais que exercem papel fundamental neste processo, como detentoras de recursos imprescindíveis ao capital, pois “para estender, sem obstáculos, o movimento da acumulação, necessita dos tesouros naturais e das forças de trabalho existentes na superfície terrestre” (LUXEMBURGO, 1976, p.315).

Assim, o que se observa historicamente é que esta riqueza, que se encontra em maior parte sob o domínio destas sociedades naturais, leva o capital a buscar de todas as formas a apoderar-se delas e de seus territórios ou mesmo destruí-los em um processo de expansão e acumulação capitalista.

Como nos mostra Luxemburgo (1976) ao falar dos métodos aplicados pelo capital nas colônias por meio da Inglaterra na Índia e França na Argélia. Ela evidencia que a Índia passou por muitas invasões, guerras massacres, mas sobreviveu a tudo.

A estrutura econômica ancestral dos índios- a comunidade rural comunista- conseguiu manter-se em suas diversas formas durante décadas e mesmo durante um longo período histórico, apesar de todas as tormentas ocorridas. (idem, p. 320).

Isso se deu, segundo ela, porque os conquistadores limitavam-se ao domínio e exploração territoriais e mantinham intactas, apesar de tudo, a estrutura social interna das comunidades.

A comunidade rural indígena sobreviveu a tudo isso. Pois os conquistadores muçulmanos que se sucederam deixaram em última instância, intactas a vida social interna da massa camponesa e sua estrutura tradicional. Limitavam a instalar nas províncias um Governo que controlasse a organização militar e arrecadasse os tributos impostos à população. Todos os conquistadores dedicavam-se ao domínio e exploração do país, mas nenhum se interessou em privar o povo de suas forças produtivas e aniquilar sua organização social (idem, ibidem).

Porém, com a chegada dos ingleses o aspecto colonizador mudou e o objetivo passou a ser “adquirir a base da própria subsistência da comunidade indígena: a propriedade da terra” (idem, p. 321). Para isso, valeram-se da ideia de que o solo sempre fora propriedade do soberano, além da elevação de impostos e uso da violência para a desintegração da organização produtiva existente. Com isso, surgiu a grande propriedade territorial e conseqüentemente, a transformação de camponeses em uma massa empobrecida. “É natural que o capital inglês não se interessasse em manter as comunidades indígenas e sustentá-las, economicamente, mas, ao contrário, pretendiam destruí-las e arrancar suas forças produtivas” (idem, p.325).

Para esta autora, o processo de avanço do capitalismo sobre toda a superfície terrestre se dá pela busca de suprimento aos mercados capitalistas, das matérias-primas e da força de trabalho. Esse processo, por sua vez, resulta no avanço da destruição de formações sociais não-capitalistas em novos territórios.

Não foi diferente o que ocorreu em relação a Argélia que se tornou colônia da França e teve sua organização social destruída.

A destruição sistemática, consciente, da propriedade comum, e sua partilha, foi o polo imutável sobre o qual girou a política colonial francesa durante meio século. Sua absoluta indiferença a todas as conflagrações na vida interna do Estado pode ser explicada através de certos fins claramente definidos: o aniquilamento da propriedade comum que devia destruir o poder das famílias árabes como comunidades sociais e enfraquecer sua resistência tenaz ao jugo francês (Idem, p. 328).

Outro ponto importante a se observar é a construção destas zonas não capitalistas como mercado externo na medida em que absorvem a produção capitalista, fornecem matéria-prima para a sua produção, além de força de trabalho, como evidenciado, anteriormente. Ou seja, são externos na medida em que não pertencem a um tipo de mercado elaborado pelas próprias estruturas reprodutivas do capital; e, antes de qualquer coisa, são mercados não-capitalistas inseridos historicamente nos processos de acumulação do capital.

Luxemburgo (1976) caracteriza mercado interno e externo como:

Mercado interno, do ponto de vista da produção capitalista, é mercado capitalista, é a própria produção como compradora de seus produtos e fonte de aquisição de seus próprios elementos de produção. Mercado externo para o capitalista é a zona social não-capitalista que absorve seus produtos e lhe fornece elementos de produção e operários. Desse ponto de vista, economicamente, Alemanha e Inglaterra, na sua mútua troca de mercadorias, são principalmente mercado interno capitalista, enquanto a troca entre a indústria alemã e os consumidores camponeses alemães, como produtores para o capital alemão, representa relações de mercado externo (Idem, p. 316).

Percebe-se assim que, por um lado, a reprodução das relações não-capitalistas acontece sob o domínio do capital, e pelo outro, a acumulação do capital fundamenta-se na reprodução das relações não-capitalistas. Isso porque o capitalismo transforma estas sociedades em força de trabalho e consumidoras de seus produtos. Porém para isso elas precisam se tornar dependentes, ou seja, seu processo de autonomia deve deixar de existir, e, neste sentido, o capitalismo busca destruir sua organização social independente.

O que ocorre partir do avanço do capital sobre estas sociedades é a repetição da separação dos trabalhadores de seus meios de produção e a implantação de arranjos institucionais⁴. Isto redundando na concentração da propriedade, entre outros, o que indica, neste processo de colonização e avanço do capital sobre áreas ainda relativamente preservadas, uma reposição continuada daquilo que Marx chamou de acumulação primitiva, não em sua essência, mas sim um método, processo de acumulação, como abordado anteriormente.

Para Luxemburgo (1976), esse avanço do capital, não só geográfico, mas também de estrutura capitalista se manifesta sob a forma da exploração ou colonização de territórios não-capitalistas em qualquer espaço na qual possam ocorrer os processos de reprodução do capital.

Para que esta reprodução e apropriação ocorram é necessária à introdução da economia de mercado ou capitalista nas sociedades de economia natural por meio da compra e venda de produtos entre ambos.

⁴ Sobre este assunto ver FIALHO NASCIMENTO. **Amazônia e desenvolvimento capitalista: elementos para uma compreensão da "questão social" na região.** 2006. 195f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós Graduação da Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Todas as classes e sociedades não-capitalistas devem adquirir as mercadorias produzidas pelo capital e vender-lhes seus próprios produtos. Parece como se aqui comessem a “paz” e a “igualdade”, o *do ut des*, a reciprocidade dos interesses, a “competição pacífica” e a “ação civilizadora”. Se o capital pode arrancar pela força meios de produção, das estruturas sociais estrangeiras, e obrigar os trabalhadores a converter-se em objetos de exploração capitalista, não pode obrigá-los pela violência a torna-se compradores de suas mercadorias nem forçá-los a realizar sua mais-valia (Idem, p. 334).

Neste sentido que o capitalismo buscando sua expansão promove a exploração e até mesmo a destruição destas comunidades que se desagregam, perdem seu território e passam a compor a massa de desempregados vivendo em péssimas condições.

2.2 LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Para dar continuidade a esta discussão sobre a acumulação necessário faz avaliar o processo de acumulação do capital e suas influências e impactos para o trabalhador⁵.

Inicialmente é preciso evidenciar que à medida que se amplia a acumulação, aumenta-se a procura por força de trabalho, desde que a composição do capital, ou composição orgânica do capital, seja constante.

Esta composição deve ser analisada sobre duas formas. A primeira refere-se ao valor, ou melhor, a composição valor ou composição orgânica do capital e a segunda é a material, da matéria utilizada no processo produtivo, a chamada composição técnica do capital.

A composição do capital tem de ser compreendida em duplo sentido. Da perspectiva do valor, ela é determinada pela proporção em que se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, soma global dos salários. Da perspectiva da matéria, como ela funciona no processo de produção, cada capital se reparte em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela proporção entre, por um lado, a massa dos meios de produção utilizados e, por outro lado, o montante de trabalho exigido para seu emprego (MARX, 1996, p. 718).

⁵ Marx em o Capital, Capítulo XXIII chamou de Lei Geral da Acumulação Capitalista

Ao se falar de composição técnica, tem-se à quantidade de força de trabalho necessária para operar determinada quantidade de meios de produção, tendo em vista que no processo produtivo todo o capital empregado se decompõe nestes dois fatores, ou seja, quanto de força de trabalho é necessário para operar uma quantidade dada de meios de produção.

Chamo a primeira de composição-valor e a segunda de composição técnica do capital. Entre ambas há estreita correlação. Para expressá-la, chamo a composição-valor do capital, à medida que é determinada por sua composição técnica e espelha suas modificações, de: composição orgânica do capital. Onde se fala simplesmente de composição do capital, deve-se entender sempre sua composição orgânica ((Idem, ibidem).)

Na medida em que se intensifica a acumulação em virtude de uma produtividade crescente, imposição concorrencial e, principalmente busca desenfreada pelo lucro, tende a ocorrer aumento da produtividade do trabalho e uma parcela relativamente menor de capital variável precisa ser mobilizada para uma dada quantidade de capital constante. A tendência, então, é a de que a composição orgânica do capital aumente progressivamente e que, portanto, aumente a massa de capital constante relativamente à massa de capital variável.

A expansão do capital depende de que a força de trabalho seja continuamente incorporada a ele, de modo que a reprodução do trabalho se confunde com a própria reprodução do capital. Sendo assim, acumular capital significa necessariamente aumentar o proletariado, inclusive porque o trabalho vivo (força de trabalho) por ele exercido é o único capaz de criar valor adicional, ao passo que o trabalho morto (máquinas) corresponde à parte constante do capital total que apenas transfere valor para o produto final.

Com isso, quando se aumenta o capital, aumenta na mesma proporção a demanda por força de trabalho. Tendo em vista que, quando se amplia demasiadamente a procura por trabalho em relação às necessidades de acumulação chega-se a um ponto em que a oferta de trabalho torna-se menor que sua demanda. Como disse MARX (idem, p. 722-723), “dados os fundamentos gerais do sistema capitalista, chega-se sempre, no curso da acumulação, a um ponto em que o desenvolvimento da produtividade do trabalho social se torna a mais poderosa alavanca da acumulação”.

Estas observações levam à interpretação de que o assalariado produz o capital e, ao mesmo tempo, é dominado e se subordina ao seu próprio produto.

a lei da acumulação capitalista (...) na realidade só significa que sua natureza exclui todo decréscimo do grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possam comprometer seriamente a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala sempre ampliada. E tem de ser assim num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de expansão dos valores existentes, ao invés de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador (idem, p. 722).

Ele demonstra que o movimento da acumulação do capital produz uma crescente superpopulação relativa, também denominada exército industrial de reserva. A formação de um exército industrial de reserva é inerente ao capitalismo

Por isso, a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua. Está é uma lei da população peculiar ao modo capitalista de produção. Na realidade, todo modo histórico de produção tem suas leis próprias de população, válidas dentro de limites históricos. (MARX, 1996 p. 734-735).

Isso ocorre, porque o aumento contínuo do capital constante em relação ao variável “libera” força de trabalho, a qual não pode ser totalmente reabsorvida no processo produtivo, mesmo com o aumento da acumulação, já que,

sendo a procura de trabalho determinada não pela magnitude do capital global, mas pela magnitude de sua parte variável ela [a procura por trabalho] cai progressivamente com o aumento do capital global” dada a mudança na composição orgânica deste capital. (MARX 1996, p.199).

Importante notar que, para Marx, a superpopulação relativa é produto necessário da acumulação de capital e torna-se, portanto, a alavanca da acumulação e até mesmo a “condição de existência do modo de produção capitalista” (MARX, 1990, p.200). Isto reforça a idéia de que, para Marx, o aumento da composição orgânica do capital é elemento característico e inerente ao processo de acumulação, sendo que “os períodos em que a acumulação atua como mera expansão da produção sobre uma base técnica dada torna-se cada vez mais curtos.” (MARX, 1990, p.199).

Portanto, embora na fase de prosperidade a superpopulação possa ser em parte exaurida, a tendência contínua de aumento da composição orgânica do

capital implica que, a cada novo ciclo, a acumulação se dê sobre bases técnicas cada vez mais desenvolvidas e, portanto, a cada ciclo o exército industrial de reserva se apresenta maior que no anterior.

Nesta [na produção capitalista], não se compra a força de trabalho para satisfazer as necessidades pessoais do adquirente por meio dos serviços que ela presta ou do que ela produz. O objetivo do comprador é aumentar seu capital, produzir mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga e cuja venda realiza também a parte do valor obtida gratuitamente. Produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável quando conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e proporciona, com o trabalho não pago, uma fonte de capital adicional. As condições de sua venda, mais favoráveis ou menos favoráveis ao trabalhador, implicam, portanto a necessidade de sua revenda contínua e a reprodução constantemente ampliada da riqueza como capital. O salário [...] pressupõe sempre, por sua natureza, fornecimento de determinada quantidade de trabalho não pago por parte do trabalhador. (Marx 1996, p.719-720).

A partir da lógica de ocupação e dominação das economias naturais discutidas anteriormente e a inserção da economia de mercado nestas comunidades tem-se uma desestruturação e perda significativa tornando-as, “presa fácil” ao capital que apresenta como consequência, entre outros casos, a migração para as cidades em busca de algo melhor e acabam por integrar os contingentes de desempregados, visto que são desprovidos de meios de subsistência e formas de consegui-los, pois por não apresentarem conhecimento e interação com o sistema capitalista em sua forma mais direta, passam de possuidores de meios e trabalhadores “livres” (agricultores de subsistência) a integradores do exército industrial de reserva em busca de vender sua força de trabalho. Neste sentido é importante avaliar como se compõe/analisa este exército de reserva.

Se os meios de produção, ao crescer em volume e eficiência, se tornam meio de ocupação dos trabalhadores em menor grau, essa mesma relação é modificada de novo pelo fato de que, à medida que cresce a força produtiva do trabalho, o capital eleva mais rapidamente sua oferta de trabalho do que sua demanda de trabalhadores. O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social (Marx 1996. p. 723).

A superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva pode assumir três formas: a flutuante, a latente e a estagnada. A superpopulação relativa sob a forma flutuante caracteriza-se pelos trabalhadores que “são ora repelidos ora atraídos em quantidade maior” para dentro do processo produtivo, ou seja, aqueles trabalhadores que são demitidos em função de uma contração da atividade industrial e que serão reabsorvidos, em maior ou menor proporção de acordo com as necessidades de nova expansão do capital.

Nos centros da indústria moderna — fábricas, manufaturas, siderúrgicas, minas etc. — trabalhadores são ora repelidos, ora atraídos em maior proporção, de modo que, ao todo, o número de ocupados cresce, ainda que em proporção sempre decrescente em relação à escala da produção. A superpopulação existe aqui, em forma fluente. (idem, p. 725).

Sob a forma latente encontram-se os trabalhadores que são expulsos da atividade agrícola em função da crescente capitalização da agricultura e da conseqüente introdução de máquinas e equipamentos que diminuem a demanda por força de trabalho.

Assim que a produção capitalista se apodera da agricultura, ou à medida que se apoderou dela, decresce, com a acumulação do capital que aí funciona, a demanda de população trabalhadora rural de modo absoluto, sem que sua repulsão, como na indústria não-agrícola, seja complementada por maior atração. Parte da população rural encontra-se, por isso, continuamente na iminência de transferir-se para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência (idem, 726).

Essa população trabalhadora rural transferir-se-á para a cidade, à procura de ocupação, na medida em que a agricultura tem muito menos poder de reabsorção de trabalhadores do que a indústria.

Parte da população rural encontra-se, por isso, continuamente na iminência de transferir-se para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência. (Manufatureiro aqui no sentido de toda a indústria não-agrícola.) Essa fonte da superprodução relativa flui, portanto, continuamente. Mas seu fluxo constante para as cidades pressupõe uma contínua superpopulação latente no próprio campo, cujo volume só se torna visível assim que os canais de escoamento se abram excepcionalmente de modo amplo. O trabalhador rural é, por isso, rebaixado para o mínimo do salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo (Marx 1996, p. 726).

Por fim, a forma estagnada da superpopulação relativa “constitui-se parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular. (...) Conhecemos já sua configuração principal sob o nome de trabalho a domicílio.” (MARX, 1996, p.208). Esse tipo de atividade domiciliar exige dispêndio máximo de trabalho e proporciona os menores salários possíveis, incorporando os trabalhadores que se tornaram supérfluos na indústria e na agricultura.

A terceira categoria da superpopulação relativa, a estagnada, constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular. Ela proporciona, assim, ao capital, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora, e exatamente isso faz dela uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. É caracterizada pelo máximo do tempo de serviço e mínimo de salário. Sob a rubrica de trabalho domiciliar (idem, p. 726-727).

Além destas tem-se ainda, os chamados pauperizados que se subdividem em a) aptos ao trabalho os quais se expandem na crise e decrescem nas retomadas dos empreendimentos; b) órfãos e crianças indigentes, candidatos ao exército industrial de reserva os quais são incorporados ao exército ativo de trabalhadores em tempos de prosperidade econômica e por fim os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. Indivíduos que sucumbem, devido a sua imobilidade causada pela divisão do trabalho, aqueles que ultrapassam a idade “normal” para o trabalho e os considerados, vítimas da indústria, fábricas, minas, ou seja, aleijados, doentes, viúvas, entre outros.

Finalmente, o mais profundo sedimento da superpopulação relativa habita a esfera do pauperismo. Abstraindo vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, o lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social consiste em três categorias. Primeiro, os aptos para o trabalho. Basta apenas observar superficialmente a estatística do pauperismo inglês e se constata que sua massa se expande a cada crise e decresce a toda retomada dos negócios. Segundo, órfãos e crianças indigentes. Eles são candidatos ao exército industrial de reserva e, em tempos de grande prosperidade, como, por exemplo, em 1960, são rápida e maciçamente incorporados ao exército ativo de trabalhadores. Terceiro, degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. São notadamente indivíduos que sucumbem devido a sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, aqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e finalmente as vítimas da indústria, cujo número cresce com a maquinaria perigosa, minas, fábricas químicas etc., isto é, aleijados, doentes, viúvas etc (idem, p.728).

Então, conforme exposto, o exército industrial de reserva é formado pelo contínuo aumento da composição orgânica do capital, ou em outras palavras, pela constante substituição de força de trabalho por novas máquinas ou métodos de produção, pois esse tipo de procedimento aumenta a produtividade do trabalho trazendo como consequência a liberação de parte da força de trabalho, tornando-a excedente relativamente ao capital acumulado.

No entanto, a intensidade na qual essa superpopulação relativa é formada depende das fases do ciclo industrial, conforme observou

O curso característico da indústria moderna (...) com a intercorrência de movimentos oscilatórios menores, constituído de fases de atividade média, de produção a todo vapor, de crise e de estagnação, baseia-se na formação contínua, na maior ou na menor absorção e na reconstituição do exército industrial de reserva (MARX,1996, p.201):

Portanto, se o exército industrial de reserva se expande e se contrai, tal como Marx propõe, na medida em que é formado e reconstituído e se os salários são regulados por tal expansão e contração, então os salários deverão, também, variar ciclicamente dentro de tal processo. Cabe ressaltar que à medida que a mecanização penetra todas as esferas da sociedade (industrial, comercial, agrícola, financeira) o exército industrial cresce a ponto de ficar cada vez mais difícil sua absorção significativa nas fases de maior capital.

Na busca pelo lucro, a acumulação do capital cresce assim como o exército industrial de reserva. Enquanto uns produzem ao máximo outros aguardam uma oportunidade, sendo que a situação poderia ser diferente se o trabalho fosse dividido racionalmente entre a população. A variação da quantidade de força de trabalho excedente, provocada pela oscilação da demanda de mercadorias (produção), muitas vezes é direcionada a outros ramos da Indústria.

Marx (1996) mostra que essa massa dirige-se aos ramos antigos da indústria ou aos novos, como no caso da construção de ferrovias e também em subempregos. As oportunidades variam de acordo com os ciclos industriais, ou seja, quando está em expansão absorve uma parte desse exército de reserva e quando se contrai, libera-a. Como existem vários setores de produção, essa população trabalhadora migra para aquele que está em expansão, com boas margens de lucro e oferecendo melhores salários e, quando este ramo específico

satura, então os salários voltam a cair e os trabalhadores acabam voltando para a reserva.

Marx aponta o desenvolvimento tecnológico e a acumulação de capital inerente a este, como as principais causas da exploração do trabalhador. A busca pelo acúmulo de capital resulta, em contrapartida, em acúmulo de miséria e mantém o exército industrial de reserva totalmente preso e disponível ao capital.

Marx (1996, p.748) diz que “quanto maior a produtividade do trabalho, tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, tanto mais precária, portanto, sua condição de existência, a saber, a venda da própria força para aumentar a riqueza alheia ou a expansão do capital”.

A propriedade privada é o embasamento da essência do capitalismo e enfatiza a importância de um mercado livre com mecanismo para o movimento e acumulação de capital. Marx (1988) observa isso, através da dinâmica das lutas de classes, dando ênfase às relações entre proletariado (classe dominada) e burguesia (classe dominante). Assim, a classe operária é um pressuposto do sistema, ou seja, a classe dominante acumulará riquezas por meio da exploração do trabalho da classe operária.

No capitalismo o trabalhador não possui os meios de produção, pois, foi destituído deles, logo venderá sua força de trabalho em troca de um salário. Teoricamente esse salário seria proporcional ao que o mesmo produz, no entanto, na prática a economia é deturpada pelo capitalista para seu único benefício. O trabalhador sempre irá produzir mais do que ganha, ou seja, produzirá excedentes, esse excedente para Marx denomina-se Mais Valia que é o trabalho excedente apropriado pelo capitalista. Marx demonstrou que o capitalismo se baseia na exploração do trabalho. Huberman expõe esta análise.

O sistema capitalista se ocupa da produção de artigos para a venda, isto é, de mercadorias. O valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente encerrado na sua produção. O trabalhador não possui os meios de produção (terras, ferramentas, fábricas, etc.), que pertencem ao capitalista. O valor de sua força de trabalho, como o de qualquer mercadoria, é o total necessário a sua reprodução - no caso, a soma necessária para mantê-lo vivo. Os salários que lhe são pagos, portanto, serão iguais apenas ao necessário a sua manutenção. Mas, esse total que recebe, o trabalhador pode produzir em parte de um dia de trabalho. Isso significa que apenas parte do dia de trabalho o trabalhador estará trabalhando para si. O resto do dia, ele está trabalhando para o patrão. A diferença entre o que o trabalhador recebe

de salário e o valor da mercadoria que produz é a mais-valia. A mais-valia fica com o empregador - o dono dos meios de produção. É a fonte do lucro, dos juros, das rendas - as rendas das elas classes que são proprietárias. A mais-valia é também a medida da exploração do trabalhador no sistema capitalista. (HUBERMAN, 1983, p. 232-233.)

Portanto, a exploração do trabalhador provém da lógica individual, exploradora do sistema, para o empresário vencer a concorrência entre os demais produtores e obter lucros para novos investimentos, para isso ele utiliza-se da destruição daquilo que não lhe trará lucro.

CAPITULO III- GRANDES PROJETOS E SOCIEDADE DE ECONOMIA NATURAL NA AMAZÔNIA

3.1 IMPERIALISMO E INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL

Para se entender o conceito de imperialismo hoje é necessário evidenciar algumas definições existentes e defendidas por intelectuais ao longo da história.

Hobson (*apud* HUNT 1982) definiu o Imperialismo como:

um processo social parasitário, através do qual interesses econômicos existentes no interior do Estado, usurpando as rédeas do governo, promovem a expansão imperialista para explorar economicamente outros povos, de modo a extorquir-lhes a riqueza para alimentar o luxo nacional (HOBSON *apud* HUNT 1982, p. 379).

Além disso, o imperialismo era visto como decorrente do sentido nacionalista, religioso, patriótico e do militarismo, além da busca por novos mercados e lugares que servissem como base para o capital obter lucros.

Assim as estratégias de implementação e legitimação do caráter imperialista estaria, por exemplo, na utilização do cristianismo como forma/meio de servir aos interesses do capital monopolista. Isso levou Hobson a dizer que:

O Imperialismo que procuramos entender não é produto de paixões cegas ou da loucura associada à ambição dos políticos. É muito mais racional do que parece à primeira vista. Irracional, do ponto de vista de toda a nação. É racional, do ponto de vista de certas classes da nação (...) é uma fonte de grandes ganhos para o investidor, que não conseguindo encontrar em seu próprio país a aplicação lucrativa que procura para seu capital, insiste em que o Governo o ajude a encontrar investimentos lucrativos e seguros no exterior” (Idem, p. 380).

Com isso é possível verificar o quão propício foi levar os princípios “civilizatórios” e “cristãos” para os países não-capitalistas, provocando a destruição de suas instituições tradicionais e extermínio de parte da população, através de várias guerras e expropriações.

Segundo Luxemburgo (1976), o Imperialismo seria uma consequência do chamado processo de acumulação primitiva, intrínseco ao processo de acumulação em sua totalidade. Para ela o capital utiliza como solução o uso da

força para permitir a livre apropriação dos recursos naturais daquelas sociedades de economia natural.

A acumulação não pode mais esperar por uma desintegração natural das formações não capitalistas e sua transição para uma economia de mercadorias, [ou mesmo] do aumento natural da população apta para o trabalho e se contentar com isso. A força é a única solução ao alcance do capital (LUXEMBURGO, 1976, p. 356).

Neste contexto, o processo de dominação imperialista apresentaria quatro objetivos visando subjugar as chamadas economias naturais, ou seja, aquelas que não apresentavam uma organização produtiva e de consumo capitalista (como explicitado no capítulo anterior). O primeiro desses objetivos seria apoderar-se dos recursos naturais destas economias, seja pela apropriação direta ou pelo barateamento do preço de suas mercadorias. O segundo seria a destruição de suas formas de organização (métodos tradicionais de produção), a fim de transformar seus integrantes em força de trabalho assalariada para servir ao capital; a terceira seria a inserção da economia de mercado e por fim o quarto seria possibilitar a separação da agricultura e comércio interligado a estas economias naturais (idem).

Ao abordar o imperialismo Lênin (1982) observou a formação de estruturas industriais que não estavam presentes nas fases anteriores do capitalismo, tais como trustes e cartéis. Para ele, apoiado em Marx, essas novas estruturas industriais surgiriam da concorrência, como parte da dinâmica de desenvolvimento imanente ao próprio sistema capitalista. Segundo ele, o imperialismo do final do século XIX é “consequência direta da fase de monopólio do capitalismo nos países avançados, ou seja, a combinação, em uma só empresa, de diferentes ramos da indústria”. (LÊNIN, 1982, p. 19).

Assim, com base em Lênin, pode-se observar que as corporações financeiras se unem para dominar e comandar parte significativa de toda a riqueza mundial. Isso porque, dentro de uma lógica liberal, as empresas tendem a concentrar vários ramos da indústria a fim de se tornarem mais competitivas no mercado e vão buscar sempre parcerias e fusões, com o intuito de aumentarem o seu poder, gerando megaempresas que dominam uma ou mais áreas da indústria, monopólio.

Este processo de desenvolvimento do capital monopolista acarreta uma centralização do capital em bancos, que acabam por controlar a economia, visto que passam a dispor de grande parte do capital das indústrias.

Dessa maneira, uma parte cada vez maior do capital industrial não pertence aos industriais que o utilizam. Podem dispor do capital unicamente por intermédio do banco que representa, para eles, os proprietários desse capital. Por outro lado, o banco também se vê obrigado a fixar na indústria uma parte cada vez maior de seu capital, convertendo-se, em proporções crescentes, em capital industrial. E é esse capital bancário, sob a forma de dinheiro, que pelo processo rapidamente descrito se transforma em capital industrial, que é chamado capital financeiro. Ou seja, o capital que se encontra à disposição dos bancos e que os industriais utilizam. (HILFERDING, *apud* LÊNIN, 1982, p.20).

A formação de poderosos blocos de capital bancário e industrial, que buscam controlar os mercados, intensifica-se por meio da incorporação constante das empresas com maiores dificuldades, processo este que é inseparável da internacionalização do capital financeiro.

A exportação de capitais e a repartição do mundo entre os grupos capitalistas internacionais e as grandes potências são condição e resultado do predomínio do capital financeiro, da sua transformação em força que impulsiona a acumulação capitalista em escala mundial.

É neste sentido, que se tem uma nova concepção da prática imperialista que Lênin (1982, p. 42) denomina “fase superior do Capitalismo” à medida que ocorre a substituição do caráter concorrencial pela fase monopolista do capital.

A livre concorrência atingiu o limite do seu desenvolvimento entre 1860 e 1880; ora agora vemos que é precisamente após este período que se inicia o “esforço” prodigioso das conquistas coloniais, que se torna infinitamente mais aberta a luta pela partilha territorial do mundo. É, pois, indubitável que a passagem do capitalismo ao seu estágio monopolista, ao do capital financeiro, se encontra relacionada com o agravamento da luta pela partilha do mundo (LÊNIN, 1982, p. 77).

Este é o novo contorno assumido pelo imperialismo no início do século XX momento em que

A particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes patrões. Estes monopólios adquirem a máxima solidez quando reúnem nas suas mãos todas as fontes de matérias-primas, e já vimos com que ardor as associações internacionais de capitalistas se esforçam por retirar ao adversário toda a possibilidade de concorrência, por adquirir,

por exemplo, as terras que contêm minério de ferro, os jazigos de petróleo, etc. A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio do Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se toma a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias. (LÊNIN, 1982, p. 68).

Lênin (1982) entende o imperialismo como exportação de capitais realizada pelo capital monopolista financeiro em busca de altas taxas de lucro e que, às vezes, vem associado à ocupação territorial. Para ele, seria imperialismo a ampliação da acumulação capitalista, com exportação de capitais e fusão do capital bancário com o industrial; novo arranjo das classes dominantes; nova forma de extrair sobretrabalho; organização política característica, a socialdemocracia (FONTES, 2007).

Assim, pode-se entender o imperialismo como fenômeno de expansão e mundialização da economia capitalista caracterizado pela exportação de capitais em busca de maiores taxas de lucro e que se mostra de diferentes formas ao longo de sua história.

Então, o Imperialismo seria, na definição do próprio Lênin, a fase superior, monopolista do capitalismo, em que a divisão entre a propriedade e a gestão do capital atinge grandes proporções. Ou seja, representa uma fase superior do desenvolvimento capitalista. Conforme argumenta;

É o capitalismo chegado a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo o território do globo, entre as maiores potências capitalistas” (LÊNIN, 1982. p. 88).

Neste sentido, as multinacionais representam uma importante ferramenta neste processo de imperialismo e internacionalização do capital descrito por Lênin. Para Benakouche (1986) houve no pós-guerra uma intensa internacionalização do capital, cuja novidade seria a internacionalização dos processos produtivos, através dos investimentos diretos das multinacionais.

A 'internacionalização do capital' (entendendo capital como relação social) indica essencialmente, um alargamento do espaço no qual é produzido, e no qual se reproduz esta relação social. Logo, o processo de exploração da força de trabalho se organiza e se reproduz em escala internacional. (BENAKOUCHE, 1986, p.67).

Por produzirem seus diferentes produtos em muitos países, tais empresas ficaram consagradas como multinacionais. O termo "multinacional" foi cunhado pelo economista norte-americano David Lilienthal, em 1960, o qual dirigiu o projeto de desenvolvimento do Vale do Tennessee (KUCINSKI, 1989).

as grandes empresas oligopolísticas e monopolísticas que dominam a economia dos países centrais, sejam industriais, comerciais, extrativas, financeiras ou de serviços, apenas alcançam o estágio de efetiva integração mundial da produção a partir da segunda metade deste século, quando passam a ser denominadas multinacionais (BRESSER, 1978, p.12).

Este processo econômico é evidenciado inicialmente como base de troca, interação entre países: a "Economia Internacional é entendida como um conjunto de trocas entre nações" (BENAKOUCHE, 1986, p. 10).

São os capitais internacionais, como o da Volkswagen, que fizeram com que a produção internacional (produção das filiais fora dos seus países de origem) seja hoje bastante superior aos fluxos tradicionais de mercadorias entre as nações (idem, p. 09).

Inicialmente é preciso verificar que a expansão capitalista nos níveis nacional e mundial mudou bastante desde seu aparecimento até agora, ou seja, as formas de acumulação do capital transformaram-se, isso quer dizer que as relações sociais, formas de exploração mudam em função do capitalismo. Assim:

Se os modos e formas de acumulação de capital mudam com o tempo seus elementos de articulação, tais como as formas de exploração, as formas das relações sociais, as formas da estrutura produtiva, as formas do Estado, as modalidades das cotas de classes etc., evoluem e mudam em função do grau atingido pelo desenvolvimento do capitalismo. (idem, p. 28)

Nesta perspectiva, é necessário evidenciar que o capitalismo estende-se em uma escala mundial, suas formas de expansão mudam bastante ao longo dos anos, conduzindo a um processo de internacionalização do capital. Esta internacionalização torna-se mais evidente hoje com as empresas multinacionais,

porém, originou-se durante os anos 1880 surgiu com a emergência do capitalismo e só atualmente atinge seu pleno desenvolvimento .

Este desenvolvimento se fez em três fases. O primeiro refere-se à internacionalização do capital-mercadoria que contribuí para uma expansão do processo de troca, além da inserção do capital nos espaços onde existem outras formas diferenciadas de organização e produção:

O movimento da acumulação do capital, sob a base da internacionalização do capital-mercadoria contribui para um processo de ampliação das esferas de troca (mercados), para a introdução do capitalismo nos espaços onde existiam outros modos e formas de produção, e também para a inserção das relações externas no desenvolvimento contraditório da acumulação de capital (idem, p.36).

A segunda baseia-se na internalização do capital dinheiro o qual se deu por meio da expansão dos mercados internos representados pelos países centrais que, conseqüentemente, precisou da formação de um capital financeiro. Porém, é preciso evidenciar que essa internacionalização é parcial, pois ocorre apenas em países centrais Por fim, tem a internacionalização do capital produtivo, o qual se intensificou a partir dos anos 60 do século XX. Este processo de internacionalização deve-se a um espaço econômico mundial único. Isso quer dizer que este processo estendeu-se aos países periféricos deixando de ser apenas central e parcial. Esta expansão deveu-se, principalmente, à atuação das empresas multinacionais, ou seja, “a deslocação da produção industrial do centro para a periferia” (idem, p. 37).

De acordo com Pereira (1978) pode-se distinguir quatro etapas no processo de expansão internacional das multinacionais. Inicialmente, tem-se o desenvolvimento de empresas extrativistas, agrícolas, baseadas na divisão internacional do trabalho.

As empresas extrativas são organizadas pelos próprios países centrais. No caso da produção agrícola, ou se apoiam na atividade empresarial de produtores locais (como foi o caso do Brasil), ou organizam eles próprios as *plantations*. Em qualquer hipótese, controlam o comércio em alto grau e tendem a implantar serviços públicos — como ferrovias, administração dos portos, geração de energia, comunicações — além de desenvolverem um sistema bancário nesses países (BENAKOUCHE, 1986, p.13).

O que se verifica nesta fase é que as multinacionais não se interessam em implantar indústrias, cuja produção fica reservada aos países centrais. Na primeira metade do século XX, tem-se uma nova fase que compreende ao estabelecimento de escritórios de vendas, montagem e assistência técnica das empresas industriais dos países centrais.

A partir da introdução da energia elétrica, do taylorismo, e das técnicas de produção em massa através da linha de montagem (especialmente na indústria automobilística), ou da produção por fluxos contínuos (indústria química e petroquímica, principalmente), as empresas industriais crescem extraordinariamente. O desenvolvimento do modelo de organização multinacional-funcional descentralizada permite que esse crescimento ocorra sem perda de eficiência administrativa. As empresas buscam então garantir seus mercados internacionais para exportação, instalando tais escritórios de vendas e oficinas de assistência técnica e de montagem nos demais países centrais e nos periféricos (idem, p.14).

O terceiro momento se dá, a partir dos anos 50, pós Depressão quando o capitalismo encontra-se plenamente recuperado, momento em que as empresas dos países desenvolvidos/centrais buscam substituir as exportações por meio da implantação de empresas/unidades industriais em outros países também centrais, e ainda nos periféricos mais emergentes.

No Brasil, a entrada das empresas multinacionais manufatureiras, durante os anos cinquenta, tem nitidamente o sentido de substituir exportações e assegurar o mercado brasileiro ameaçado pelo desenvolvimento da indústria nacional substitutiva de importações. A indústria de eletrodomésticos, a farmacêutica, a de alimentos sofisticados, a automobilística, a petroquímica e a de bens de capital implantam-se, principalmente, nesse período (idem, ibidem).

A quarta etapa no movimento das empresas multinacionais dá-se a partir dos anos sessenta do século xx, define-se a concomitante à continuação do desenvolvimento da terceira etapa. Nesta fase o objetivo básico era assegurar os mercados locais. Para tanto, visava-se aproveitar a força de trabalho barata para a produção de bens. O elemento decisório o qual se encontra agora é a oferta e não a procura.

Principalmente as grandes empresas norte-americanas, depois de experimentarem durante alguns anos a concorrência da mão-de-obra barata japonesa, decidem contra-atacar, estabelecendo bases manufatureiras de exportação nos países periféricos. Os países escolhidos para esse tipo de investimento são aqueles que aliam a mão-de-obra barata a uma total dependência política. E o caso de Hong-Kong e de Formosa (idem, p.15).

Hoje o capitalismo é mundial e as relações de produção capitalista foram introduzidas e propagadas em países ditos periféricos. Com isso observa-se a “internacionalização da produção” (idem, p.08).

Há um quarto de século que as empresas multinacionais vêm crescendo de demasiado crescimento no cenário das relações internacionais. Isso se deve ao extenso controle de recursos que elas possuem, a sua extensa inserção, a grande força-de-trabalho que aglomeram e até mesmo a sua própria estrutura e natureza oligopolista, o que implica em um papel importante nas relações econômicas. “Toda multinacional é a sobrevivente vitoriosa de lutas por mercados nas quais arruinou concorrentes que depois absorveu, um processo interminável de concentração de capital e monopolização da produção” (KUCINSKI, 1989, p.27).

Nesse contexto, opera-se, pois, uma profunda alteração na Divisão Internacional do Trabalho, porquanto muitos países deixam de ser apenas fornecedores de alimentos e matérias-primas para o mercado internacional para se tornarem produtores e até exportadores de produtos industrializados.

Grandes empresas de países desenvolvidos, também conhecidas como corporações, instalaram filiais em países subdesenvolvidos, onde passaram a produzir cada vez mais produtos. É neste sentido que as multinacionais assumem um papel importante no cenário mundial no processo de acumulação e avanço imperialista.

Assim sendo, verifica-se que esta nova realidade, a internacionalização da produção, é consequência do deslocamento destas empresas, apresentando como suporte deste processo as multinacionais. “Ou seja, as multinacionais participam dinâmica e maciçamente da metamorfose da Economia Internacional para uma Economia Mundial” (BENAKOUCHE, 1986, p. 57). Isso significa que reprodução das condições de produção e a realização do capital ocorrem, a partir deste momento, em escala mundial.

3.2 GRANDES PROJETOS E EXPANSÃO CAPITALISTA

Desde que surgiu, e devido à sua essência, produzir para o mercado, objetivando o lucro e, conseqüentemente, a acumulação da riqueza, o capitalismo sempre tendeu à internacionalização, ou seja, à incorporação do maior número possível de povos ou nações ao espaço sob o seu domínio.

Isto pode ser apreendido em dois níveis, quais sejam a internacionalização das seções e dos ramos industriais e o fato de que o mesmo capital explora as forças de trabalho localizadas nos diversos quadros nacionais (BENAKOUCHE, 1986, p. 64).

Observa-se que a internacionalização do capital tende a igualar o modo de reprodução da força de trabalho, isto é, as formas de extração de mais-valia.

Para escapar dos encargos sociais e do pagamento dos altos salários conquistados pelos trabalhadores de seus países, além de buscar mercados e aumentar seu poderio imperialista as grandes empresas industriais dos países desenvolvidos optaram pela estratégia de, em vez de apenas continuarem exportando seus produtos, também produzi-los em outros países, até então importadores dos produtos industrializados que consumiam.

Dessa maneira, barateando custos, graças ao emprego de força de trabalho bem mais barata, menos encargos sociais, incentivos fiscais, entre outros e, assim, mantendo, ou até aumentando, lucros, puderam praticar altas taxas de investimento e acumulação.

A inclusão da Amazônia nesta internacionalização do capital trouxe para a região a concepção de fornecedora de recursos naturais. Dessa forma, várias foram as formas econômicas que estabeleceram essa lógica de desenvolvimento regional: a mineral, a madeireira, a agrícola, a energética e a urbana. As implicações no ordenamento econômico-territorial dessas mudanças podem ser verificadas na expansão por toda a região de uma racionalidade direcionada pela ideia de modernidade.

No Brasil, a Região Amazônica, por apresentar uma grande diversidade de recursos naturais, com inegável potencial econômico, torna-se, a partir da década

de 1960, a última fronteira do capital nacional, dando início a um novo e conturbado ciclo.

Nesse contexto, a Amazônia constituiu-se como espaço privilegiado para os grupos econômicos. O seu reordenamento territorial e os eixos de produção estão relacionados à nova ordem econômica e tecnológica. Isso significa a “possibilidade de implantar rapidamente novas estruturas produtivas no território, abrindo mercados para seus produtos e expandindo-o em escala internacional, conectando o local ao global pelo sistema de produção capitalista mundial” (BECKER, 1998, p. 64).

Para se compreender os Grandes Projetos na Amazônia e suas inúmeras consequências, é indispensável que se realize uma análise histórica de seu processo de implantação na região amazônica.

Os grandes projetos que se implantaram na Amazônia, dispuseram de uma atrativa política governamental: incentivos fiscais, baixos preços pagos pelo bem extraído (minerais e outros), baixa qualificação da força de trabalho e, por consequência, salários irrisórios, entre outras vantagens.

A compreensão dos Grandes Projetos na Amazônia, e suas inúmeras consequências, demanda a indispensável tarefa de realizar uma análise histórica do processo de implantação destes empreendimentos na região amazônica.

Para Leal (1996) *apud* Fialho Nascimento (2006), “o termo grande projeto surgiu na Amazônia da década de 70 para designar empreendimentos-enclaves que operam retirando recursos em grande quantidades e mandando-os para fora”. Os Projetos FORD e ICOMI são alguns destes:

O primeiro situou-se a partir da década de 1920, no rio Tapajós ligado aos interesses norte-americanos pela disputa do monopólio da borracha com os britânicos e o segundo, configurou-se no Amapá no final da década de 1940 com a extração do manganês a fim de atender as necessidades militaristas dos Estados Unidos na Guerra Fria. Configurando-se ambos como processos neocoloniais de ocupação e saque da região amazônica.

A partir do século XVI, evidenciou-se o primeiro problema do qual padeceria a Amazônia: seus supostos “descobridores”. Desde o século XV, europeus, principalmente portugueses e espanhóis, lançam-se nos oceanos Índico e Atlântico, com dois objetivos principais: descobrir uma nova rota marítima para as Índias e encontrar novas terras, período conhecido como a Era das Grandes Navegações e Descobrimentos Marítimos. No século XV, os países

europeus que quisessem comprar especiarias (pimenta, açafrão, gengibre, canela e outros temperos), tinham que recorrer aos comerciantes de Veneza ou Gênova, que possuíam o monopólio da comercialização destes produtos.

Com relação ao comércio, a Índia era o principal mercado fornecedor, e os burgueses italianos cobravam altos preços pelas especiarias, pois o canal de comunicação e transporte destas, vindas do oriente era o Mar Mediterrâneo, dominado pelos italianos. Assim, encontrar um novo caminho para as Índias era uma tarefa necessária, porém um objetivo importante. Portugal e Espanha ambicionavam o acesso direto às fontes dos produtos orientais, a fim de também lucrar com este comércio que, na época, era próspero.

Com efeito, a partir do “Tratado da Capitulação da Partição do Mar Oceano”, conhecido por Tratado de Tordesilhas, acordo da divisão das terras por descobrir, celebrado em 1494, a Amazônia, tal como está hoje legalmente configurada, tornar-se-ia domínio, em sua maior parte, da Espanha, mais tarde, em 1580, Portugal, por meio de lutas e conquistas, teria maior parte do território amazônico.

O que se verificou ao longo dos anos, é que desde o chamado descobrimento, a porção da Amazônia pertencente aos portugueses não era o centro de suas investidas econômicas, o que se pode evidenciar no sistema de donatarias que visou colonizar e ocupar o litoral, e não o sertão⁶ brasileiro. A Amazônia, portanto, não foi o objeto inicial de interesse da ação portuguesa, que não interveio de imediato na região, o que vai ocorrer apenas no início do Século XVII.

Conquistada pelos portugueses a partir de muitas lutas, com holandeses, espanhóis, entre outros a Amazônia precisava ser mantida. Era de se esperar que espanhóis, franceses, holandeses e ingleses não se conformassem com a propriedade/ posse portuguesa da região, outorgada por meio do Tratado já citado; este inconformismo motivou as disputas em torno das terras “descobertas”.

Os ingleses tentaram se estabelecer, na margem Norte, junto à foz. Quanto aos espanhóis, pressionaram de Oeste para Leste, pretendendo conduzir suas

⁶ O significado original da palavra refere-se a uma região afastada dos centros urbanos. Ou, simplesmente, o interior de um país ou região.

ações,. Foi aí que se depararam com as estátuas de pedra, os fortes da Amazônia, erigidos pelos luso-brasileiros para lhes fechar o caminho.

É neste contexto que se dá a fundação do Forte do Presépio, em 1616, por Francisco Caldeira Castelo Branco, que deu origem à atual cidade de Belém. Percebe-se que esta fundação não foi ocasional, pois além da “suposta” defesa militar, o Forte exerceu papel importante para a consolidação da conquista da Amazônia pelos portugueses e, além disto, havia o interesse nas chamadas drogas do sertão⁷.

Estas especiarias nativas brasileiras não existiam na Europa, e atraíam, por isso, o interesse dos europeus, que as consideravam “novas especiarias”, comparadas às indianas.

Com a construção do Forte do Presépio, de inspiração militar, conforme se viu, surge, também, uma perspectiva que comandará, posteriormente, a intervenção estatal na região, dando-lhe o sentido que se tornará um signo: o pretexto da defesa militar evocado de acordo com as sazonais pretensões econômicas que se formulam em face da região.

Pode-se fazer tal análise, também, acerca do denominado período gomífero, primeiro grande período da integração da Amazônia ao mercado mundial capitalista, ou seja, quando ela passa para o estágio de produção, primeiro de meio de consumo para atender a metrópole, em uma relação colonial, para condição de espaço de suprimento de meios de produção para acumulação centrada na indústria, então esse é o período gomífero que vai da década de 1870 até a segunda década século XX, consistindo em processo de ocupação, decorrente da migração de pessoas e empresas para a Região Amazônica.

A descoberta da borracha, enquanto goma elástica ocorreu já quando Colombo chegou ao continente americano, na sua segunda viagem, quando observou no Haiti as bolas especiais que as populações indígenas faziam, a partir do látex extraído de algumas plantas. No México, os europeus observaram que as populações indígenas fabricavam vários produtos de uso pessoal e de utilidade doméstica, como vasilhames, capas para proteção contra frio, inclusive de recém-nascidos. Chamava também a atenção o fato de que o produto tinha grande elasticidade e impermeabilidade (RIBEIRO, 2005, 163).

⁷ Este termo designa determinadas especiarias extraídas do sertão brasileiro, à época das entradas e das bandeiras.

Foi na Amazônia, porém, que os colonizadores do continente americano descobriram que existia o melhor tipo de goma elástica da qual iria surgir a economia gomífera no qual a borracha acabaria por ser reconhecida como produto estratégico para o desenvolvimento. .

Nesta fase de produção mais empírica, seja na coleta do produto, seja na sua manufatura, passou ser conhecido pela denominação de borracha, termo adotado pelos portugueses aplicado a um produto de uso tradicional em Portugal: um saco de couro ou odre totalmente vedado, para conter líquidos, principalmente água e vinhos; com o aparecimento da goma elástica possível fazer esse saco de forma mais adequada, pois tinha um pequeno tubo ajustável na boca que servia como seringa. O nome do saco ou odre passou a ser aplicado a matéria-prima de que era fabricado, isto é, o látex da seringueira passou a chamar-se borracha (idem, p. 164).

Esta economia da borracha provocou grandes mudanças na Região Amazônica com a migração de nordestinos atingidos pela seca e miséria que vieram para a Amazônia em busca de melhores condições de vida, o que não aconteceu visto que se tornaram “escravos” por dívidas⁸.

Constituíam-se, assim, uma economia não monetarizada: produtos trocados por produtos; o escambo. Isolado do mundo, reduzido a solidão humana, o seu universo era o binômio, o rio e a floresta; não tinha alternativa, a não ser deixar-se manipular pelo patrão; era a práxis da escravidão por dívidas, cuja dimensão não sabia sequer avaliar, porque era analfabeto e se achava em situação de dependência absoluta diante do seringalista (IDEM, p. 169).

A segunda fase dessa economia na verdade é a fase da “batalha da borracha” que se prende a uma reutilização das condições naturais da região para o suprimento dos insumos indispensáveis para guerra pela hegemonia mundial dos Estados Unidos da América para o princípio da segunda metade do século XX.

É importante acentuar o modelo creditício concebido pelo capitalismo atuante na Região, o custeio das safras de exploração dos produtos: o aviamento⁹. É a batalha da borracha que nasce a partir do acordo de Washington

⁸ Os nordestinos ficaram dependentes dos seringalistas, aquele que de fato era o dono do seringal e que lhe fornecia os gêneros alimentícios que ele e a sua família precisavam para sobreviver (o mínimo possível) os quais eram pagos com o produto da coleta da borracha o que nunca era suficiente e o nordestino sempre estava em dívida com o seringalista (FERREIRA, p. 171)).

⁹ Modelo creditício concebido para o custeio da safra de borracha (FERREIRA, p. 171).

o qual cria não só o banco de crédito da borracha como a Vale do Rio Doce e que estrutura a economia da borracha como uma economia de guerra e de atendimento as necessidades militares dos Estados Unidos.

O objetivo do esforço ou da batalha era o fornecimento de látex (matéria-prima de muitos dos instrumentos utilizados na Segunda Guerra), cujo grande fornecedor, a partir de 1941, foi quase totalmente dominado pelas forças japonesas do Eixo.

Tal situação deixou os Estados Unidos da América em uma situação muito difícil, o que motivou acordos com o Brasil em dois sentidos: a) envio de forças militares para lutar na Europa e b) fornecimento de borracha dos seringais amazônicos. Foram enviados para a Região cerca de 60 mil pessoas, em sua maioria, recrutadas no Nordeste, quase que à força (NEVES, 2004).

A confirmar tal quadro, têm-se os fatos, depois reconhecidos pela Constituição de 1988, de seringueiros terem sido abandonados à própria sorte nos seringais, sabendo do fim da Guerra apenas muito tempo depois do fim (NEVES, 2004).

No período seguinte, décadas de 1960 e 1970, ficou evidente que a formação de um exército de reserva, em anos anteriores, composto principalmente de nordestinos, provocou um deslocamento maciço de pessoas na direção da Amazônia, de maneira mais ou menos espontânea, mas de todo modo em função dos Grandes Projetos que a Ditadura Militar projetava para a Amazônia, tal como a colonização oficial.

A década de 1970 foi marcada pela propaganda agressiva e ufanista do regime militar, no sentido de ser o Brasil um país imbatível economicamente e em plena ascensão, o que possibilitava às campanhas publicitárias do Governo o sucesso no estímulo, direto ou indireto, aos migrantes, no sentido de ocuparem a Amazônia.

A partir do final da década de 50 surgiram os prenúncios de mudanças cada vez mais aceleradas, alheias a essa dinâmica interna, relativa ao ritmo de trabalho e à vida diária da grande maioria da população amazônica, francamente diverso daquele das grandes cidades, principalmente no uso do tempo e na relação com os recursos naturais. Da simples aquisição de terras, os grupos econômicos industriais e financeiros passaram a instalar suas empresas na Amazônia. Acompanhando esse movimento e buscando garanti-lo, o Estado reelaborou as políticas de incentivo a essa forma de ocupação que, num

primeiro momento, era incipiente. De uma ocupação garantida e incentivada pelo Governo Federal na década de 60, iniciou-se uma ocupação fortemente induzida pelo Estado e com ritmo acelerado a partir da década de 70. O discurso justificador da ação estatal passou a ser a busca da 'integração nacional'. Na realidade isso quer dizer maior articulação da Amazônia com a economia que se desenvolvia no Centro-Sul do país, onde ela se inseria como fornecedora de produtos primários (borracha, madeira, couros, peles, etc.) para exportação e para suas fábricas, visando o pagamento da dívida externa e o desenvolvimento dessa economia (BENTES 1992, p. 90-91).

Vinham os migrantes por meio de tais Projetos (as Rodovias) e/ou para neles trabalhar em grandes obras, como hidrelétricas ou projetos de extração mineral, agropecuários, entre outros (IANNI, 1979).

Se a visão nacional sobre a Amazônia é esta, como foi apresentada acima, e se o seu papel é o de servir ao "grande capital", então é fácil entender a ideia introdutória acerca dos incentivos que permitem a implantação dos Grandes Projetos na Amazônia. Paula (2008) afirma que:

é preciso pensar no desenvolvimento do capitalismo na Amazônia como um complexo de superposição de fronteiras em que, há uma fronteira básica baseada no sistema de aviação, superpõe-se uma nova fronteira comandada por um novo sujeito, o Estado, que chamou a si a missão de garantir não só a ampliação territorial a fronteira, como também adicionou uma nova fonte de superlucros mediante a política de incentivos fiscais, que não fez mais que transferir para o grande capital parcela da renda nacional, repondo assim a velha prática das classes dominantes brasileiras de socialização das perdas e privatização dos lucros (Idem, p. 21).

A sustentar esta ideia está o fato de que a Região Amazônica é sempre um lugar a ser modernizado, a ser posto em evolução, a ser desenvolvido. Ocorre que tudo o que é pensado para a Região e/ou praticado, pauta-se na lógica de tornar a Região sempre o uma reserva de recursos no qual o capital pode apoderar-se quando desejar, a pretexto de trazer desenvolvimento para a Amazônia. Como afirma Paula (2008):

Em grande parte desconhecida, e frequentemente mitologizada, a Amazônia tem sido de fato uma reserva estratégica de riquezas de que o Capital, intermitentemente, lança mão para a produção de superlucros, seja como exploração das drogas do sertão, seja como fronteira passível de apropriação e valorização do capital investido na compra de terras, seja como província mineral, seja como fronteira agropecuária (Idem, p. 23).

É importante notar que os anos de exclusão e ausência de planejamento, combinados com a tendência, já vista, de tratar a região amazônica como uma reserva de recursos naturais, produziram assentamentos humanos sem a mínima infraestrutura social (educação, saúde, transportes, saneamento).

Neste contexto, é importante evidenciar o papel do Estado neste processo que não é novo no desenvolvimento do capitalismo monopolista nos últimos anos. Ele é aquele que possibilita as condições necessárias à implantação das multinacionais e com isso dos grandes projetos minero-metalúrgico como ferrovias, estradas, portos entre outros, além disto, é o protetor da distribuição desigual da propriedade.

Isto demonstra que desde a colonização, a Amazônia, apenas de modo episódico, foi objeto de políticas sociais planejadas e concretizadas, para os que vivem na região, apresentando, assim, características tecnocráticas, determinando o autoritarismo da intervenção do Estado.

Não paira qualquer dúvida, deste modo, sobre qual é a visão que o Estado brasileiro, desde sua formação, tem da Amazônia: um cenário a ser “redescoberto” e reconquistado. Essa conclusão ampara a ideia de que a diminuta concretização de qualquer política pública para a Amazônia é, em si mesma, uma regulação do problema: na ausência do Estado, as regras são ditadas por quem detém a força (os meios de coerção) e por quem detém os meios de formação de algum “consenso” social em torno de sua atuação (vide, por exemplo, o poder de fazendeiros em algumas regiões, de caráter paternalista, até mais populista que o praticado pelo Estado).

O fato de o Estado possuir o poder de decretar impostos, regular o comércio internacional, às terras públicas, o comércio e o transporte, a manutenção das forças armadas, e o encargo da administração pública, funciona como um mecanismo de drenagem de riqueza para as mãos de grupos “especiais” e minoritários, tanto por meios legais como ilegais.

O que se verifica é que, historicamente, a implantação dos grandes projetos está ligada à exploração territorial e degradação ambiental da Amazônia, pautada em um discurso de desenvolvimento e modernização, mas ocasionando problemas sociais e ambientais à população que nela reside.

Os Grandes Projetos na Amazônia, apesar de seu pretense objetivo de ocupar e integrar a Amazônia assim não se fez. Os da vertente mineral foram assim analisados por Leal (1991, p. 21).

Esse ramo (mineral) sedia os maiores exemplos, hoje, dos chamados *grandes projetos*, que, embora não sendo novidade na Região – seus modelos já existiram nela desde o século XIX – se tornaram no instrumento acabado de ocupação e exploração em escala das riquezas naturais amazônicas neste (sic) período recente.

Além disto, a relação entre indicadores econômicos (como o superávit de uma balança comercial, a mineral a propósito, ou o PIB estadual e/ou nacional) e indicadores sociais (IDH) tem se mostrado deficitária¹⁰..

Os efeitos que esta espécie de ocupação e uso do território amazônico gerou se fizeram sentir drasticamente no meio ambiente e no homem amazônida que tinha uma atividade essencialmente extrativista dos produtos da floresta e dos rios, para fins de subsistência e agora se vê, em boa medida, seja pela contaminação/destruição das fontes de recursos (águas, florestas), tolhido na sua relação com tais recursos.

O significado de desenvolvimento econômico é mais amplo que o de enriquecer e crescer. Envolve a diminuição da desigualdade social e regional, a garantia de um padrão de vida digno e a justa distribuição e acesso dos homens e mulheres às riquezas, sejam estas: renda, território ou recursos ambientais.

No entanto, o modelo de “projetos de desenvolvimento” implantado no Brasil tem produzido impactos irreparáveis para as populações da Amazônia e para o desenvolvimento de seus territórios. O deslocamento forçado de populações ribeirinhas devido à implantação de grandes projetos é um exemplo de impacto desses projetos.

Com isso, os Grandes Projetos podem ser vistos como empreendimentos econômicos de larga escala que visam à produção (geração de capital) por meio da exploração dos recursos naturais da Amazônia, bem como a organização e controle do território e, caracterizam-se, principalmente, pela grandiosidade das

¹⁰ Sobre este assunto ver FIALHO NASCIMENTO, Nádia. **Amazônia e desenvolvimento capitalista**: elementos para uma compreensão da “questão social” na região. 2006. 195f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós Graduação da Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. referente aos indicadores sociais e sua vinculação aos grandes projetos.

construções, da mobilização de capital e força de trabalho, implicando em lucro para o capitalista e degradação para o local em que se instala.

3.3 SOCIEDADES DE ECONOMIA NATURAL NA AMAZÔNIA

A partir da última década, a Amazônia, especialmente, a área do Baixo Amazonas tornou-se espaço de grande atração para empreendimentos não só minerais, mas de outras atividades econômicas de cunho ocupacionista e expansionista como, a soja, a extração de madeira, o agronegócio, entre outros visando a obtenção de lucro a partir da expropriação dos recursos, da terra, degradação ambiental, tudo isto com a anuência do Estado. “Os agentes dessa ocupação são fazendeiros, madeireiros e sojeiros oriundos de outros Estados, mas principalmente do Sul do país, sobretudo do Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. Chegando à Região geralmente através da BR-163” (LEAL, 2011.).

Assim, em busca de terra para desenvolver e explorar estas atividades invadem espaços, desmatam, agridem e até mesmo matam em um processo de aquisição violento e conflitante. Como, na maioria das vezes estas áreas estão em territórios ocupados, isso acaba por aproximar estes “capitalistas” de comunidades locais que habitam tradicionalmente estas áreas.

Devido a isso, encostam, inevitavelmente, nas áreas tradicionalmente ocupadas por populações locais organizadas segundo formas simples de atividade produtiva: ou remanescentes de indígenas ou quilômbolas, ou grupos sociais nativos ali fixados imemorialmente, e que, na terminologia costumeira, são classificados como *populações tradicionais* (Idem, p. 02)

Estas comunidades apresentam um sistema produtivo de caráter natural, formas simples de produção voltadas, principalmente, para subsistência, com pouca ou nenhuma característica capitalista de organização.

Porém com a chegada destes fazendeiros, empresários interessados na terra estabelece-se um conflito em relação à população local que tem destruído seu ambiente natural, indispensável ao seu processo de desenvolvimento e sobrevivência, seja pelo desmatamento, necessário ao plantio de soja e outros produtos, pela extração de madeira, pela poluição consequente de projetos minero metalúrgicos, ou ainda para pecuária e agronegócio.

A partir daí, várias são as estratégias de controle e formas de dominação destas populações. Estas são obrigadas a vender suas terras, a modificar seus hábitos até findarem e/ou venderem sua força de trabalho ao capital.

Como resultado disso, e devido ao que sempre acompanham essa onda invasora os métodos violentos de tomada da terra, começam a surgir ameaças de morte contra os moradores ou as lideranças que resistem às pressões dos invasores ou organizam a resistência contra o esbulho, porque a figura do pistoleiro está sempre associada à pressão sobre a terra por parte desses grupos que chegam de fora (idem, p.03).

As consequências disso levaram a que essas comunidades locais passassem a serem acompanhadas e assistidas pelos órgãos de assistência, pastorais, ONGs, entre outros, tornando-se ainda, objeto de pesquisa e análise por muitos pesquisadores a fim de possibilitar um desenvolvimento crítico a fim de que percebam o processo em que estão inseridos e possam manter-se como grupo social, contra todo esse processo.

Assim estas populações atingidas por esta lógica de desenvolvimento e ocupação moderna acabam por perder sua identidade, sua organização social e são obrigadas a deixar suas terras e a migrarem para outros locais em busca de reconstruir sua vida e passam a estabelecer-se em torno de cidades ou periferias visto que não possuem condições básicas de prover sua subsistência o qual lhe foi retirada pelos capitalistas.

Via de regra, as populações nativas atingidas pela ocupação moderna que se instala no espaço ocupado por elas têm tido, como única alternativa – embora as tentativas de resistência que surgem dentro delas contra esse processo –, assistir passivamente às transformações provocadas pela chegada da modernização, e a destruição das suas formas originais de organização produtiva e social, e da sua cultura (idem, ibidem).

Dessa forma, estas comunidades retiradas de seu local passam a concentrar-se em locais dominados pela lógica do capital, porém como estes não possuem a convivência direta com o sistema e não são força produtiva e, portanto, constituem a partir disto segmento pauperizado, marginalizado o que implica no agravamento das condições sociais já existentes no ambiente, acabam contribuindo para o inchaço urbano, o aumento da miséria, da violência, do desemprego e outras problemáticas oriundas

Como são grupos sociais tradicionalmente desacostumados à convivência com o mercado e com a sociabilidade que dele emana, a falta de familiaridade com ele os relega, na nova situação, à condição de segmentos marginalizados, marcados pelo desemprego e pela falta de ocupação produtiva, passando a constituir-se agentes diretos do agravamento das condições sociais já críticas, existentes no novo local (idem, ibidem)

É necessário evidenciar, porém, que estas comunidades são definidas jurídicas e por muitos pesquisadores como *populações tradicionais*, termo que não se configura analiticamente como categoria conceitual, e sim como uma terminologia que, ao longo dos anos foi redimensionada, reconfigurada e constituída de um caráter simbólico e cultural em função das lutas de resistência desses grupos, tornando-se, em muitos casos, um instrumento (in) direto a acumulação do capital.

Segundo Santilli (2005) deve-se entender a definição de “populações tradicionais” a partir da interface entre biodiversidade e sociodiversidade.

Ainda que alguns antropólogos apontem as dificuldades geradas pela forte tendência à associação com concepções de imobilidade histórica e atraso econômico e considerem o conceito “problemático” em face da forma diversificada e desigual com que os segmentos sociais se inserem na Amazônia socioambiental, a categoria “populações tradicionais” tem sido bastante reconhecida em sua dimensão política e estratégica. (SANTILLI, p. 124-125).

Para Léna (2002, p. 18) existem outras dificuldades para a categoria “populações tradicionais”:

A categoria “populações tradicionais” formada por vários grupos humanos (quilombolas, ribeirinhos, jangadeiros, sertanejos, indígenas, etc.) constituem ambigüidades, pois misturam categorias nativas, sociológicas e políticas. Essas ambigüidades dificultam a definição de políticas adaptadas. Sendo assim, certas populações parecem ter um estatuto bem definido hoje, como é o caso das populações indígenas, dos seringueiros e dos quilombolas, outras nem tanto, como é o caso dos ribeirinhos. São construções elaboradas para fins jurídicos.

A partir da segunda metade dos anos 1970, a categoria “populações tradicionais” passou a configurar-se como identidades coletivas que, a princípio, apresentavam um comportamento de resistência às agressões a seus interesses, mas logo se tornaram propositivas (SANT’ANA JÚNIOR, 2004). Nesta análise, os termos: populações tradicionais, sociedades tradicionais, comunidades

tradicionais, ou ainda, comunidades locais, possuem a mesma conotação. Assim sendo:

Utiliza-se neste estudo a noção de “sociedades tradicionais” para definir grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza. Essa noção refere-se tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p. 27).

Em texto sobre o tema, Diegues (1994, p.79) elenca características que ajudam a identificar quem seriam os povos e comunidades tradicionais. No qual se evidencia a) dependência da relação de simbiose entre a natureza com os quais constrói um modo de vida; b) conhecimento aprofundado, estratégico e o manejo destes recursos naturais e seus ciclos. c) moradia e ocupação do território por várias gerações e com uma noção de “território” pautada no espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) reduzida acumulação do capital com ênfase nas atividades de subsistência, ainda que a produção de ‘mercadorias’ possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implicaria uma relação com o mercado; Evidente importância dada a unidade familiar e aos mitos e simbologias associados à caça, pesca e atividades extrativistas.

No entanto, em sua maioria, as características enunciadas permitem fazer a busca destas comunidades e identificá-las quando se auto-afirmam e/ou são assim entendidas por pesquisadores e grupos que com elas tomam contato.

De todo modo, a legislação federal brasileira, nomeadamente o Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, em seu art. 3º, inciso I, assim definiu povos e comunidades tradicionais:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

De maneira bem sintética, esta definição contempla várias das características enumeradas por Diegues (1994). A definição legislativa foi fruto de debates, que precederam, também, e mais decisivamente, a aprovação da

Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais¹¹, que foi instituída pelo Decreto Federal citado.

É necessário frisar a compreensão do vocábulo tradicional sob uma perspectiva de Almeida ao pontuar que:

Embora a noção de *tradição* [bem como os termos daí derivados, em forma e significação] apareça em textos clássicos associada ao postulado de 'continuidade', conforme sublinha Foucault *in* 'Resposta ao Círculo Epistemológico' (1968), importa sublinhar que o termo 'tradicional' da expressão 'povos tradicionais', aqui frequentemente repetida, não pode mais ser lido segundo uma linearidade histórica ou sob a ótica do passado ou ainda como uma 'remanescência' das chamadas 'comunidades primitivas' e 'comunidades domésticas' (...). O chamado 'tradicional', antes de aparecer como referência histórica remota, aparece como reivindicação contemporânea e como direito envolucrado em formas de autodefinição coletiva". (...). Deste ponto de vista, além de ser do tempo presente, o 'tradicional' é, portanto, social e politicamente construído". "Ao problematizar a historicidade da 'tradição' e reinterpretá-la criticamente estamos de fato produzindo uma análise arqueológica, porquanto a libertamos da noção de passado, remetendo-a para os conflitos contemporâneos (ALMEIDA, 2006, p. 9-11).

As comunidades tradicionais, portanto, são vistas hoje, por muitos grupos como sujeitos historicamente situados, que intervêm, decisivamente, em um processo histórico de afirmação da diversidade social.

Contraditoriamente, Hobsbawn e Ranger (1997) reconhecem o termo tradição/tradicional de forma diferenciada não como um processo politicamente construído como afirma Almeida (2006), mas para ele a tradição é inventada, ou seja, nem todas as tradições possuem uma origem distante, indeterminada, antiga. Muitas delas são inventadas, recentes e formalmente institucionalizadas. Neste sentido a tradição inventada tem objetivos ideológicos, legitimadores das relações de status nas sociedades de classe. Veja sua definição:

Por "tradição inventada" entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade com o passado (HOBSBAWN e RANGER, 1997, p 09).

¹¹ Vários grupos de Comunidades Tradicionais envolveram-se nas discussões: Coletores e Produtores Não-Madeireiros ou Coletores/Produtores de Sementes, Sertanejos/vaqueiros, Quilombolas, Quebradeiras de Côco, Geraizeiros, Babaqueiros, Comunidades de Terreiros, Pantaneiros, Ciganos, Seringueiros, Pomeranos, Fundo de Pasto, Faxinais, Caipiras/sitiantes, Extrativistas, Vazanteiros, Pantaneiros, Jangadeiros, Pescadores Artesanais, Caiçaras, Caboclos/ribeirinhos amazônicos, e Varjeiros (ribeirinhos não-amazônicos).

Assim evidencia-se que a expressão “tradição inventada” é utilizada em sentido amplo, mas bem definido, incluindo tanto as tradições propriamente inventadas e institucionalizadas, quanto àquelas que surgem repentinamente e da mesma forma se estabelecem, permanecendo tal como as outras, como se sua origem fosse remota, ainda que durem relativamente pouco.

Esse conjunto de práticas de natureza ritual ou simbólica teriam por objetivo incorporar determinados valores e comportamentos definidos por meio da repetição em um processo de “continuidade em relação ao passado”, via de regra, um passado histórico apropriado (HOBSBAWN e RANGER, 1997).

Assim deve-se estabelecer uma distinção entre tradição e costume.

A “tradição” neste sentido deve ser nitidamente diferenciada do “costume”, vigente nas sociedades ditas “tradicionais”. O objetivo e a característica das “tradições”, inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição, o “costume”, nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o exposto na história. (HOBSBAWN e RANGER, 1997, p.10).

Na perspectiva marxiana, as sociedades “tradicionais” são concebidas a partir da ideia de associação com a natureza e da dependência dos seus ciclos. Sendo assim, essas culturas distinguem-se daquelas associadas ao modo de produção capitalista em que não só a força de trabalho como a própria natureza, transforma-se em objeto de compra e venda (mercadoria). Pressuposto este, já explicitado em Rosa Luxemburgo com a definição de sociedades de economia natural.

Para fins desta análise, veem-se estas comunidades ditas “tradicionais” em sua especificidade, como sociedades de economia natural, os quais se encontram ameaçadas em seu ambiente.

CAPITULO IV- AS COMUNIDADES EXTRATIVISTAS NO MUNICIPIO DE JURUTI VELHO/PA E A MINERAÇÃO ALCOA

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Em meados de 1880, o alumínio era um metal semiprecioso, mas raro do que a prata, mas não se tinha a informação de como se dava sua produção, Foi em 1886 que o americano Charles Martin Hall descobriu o processo de fabricação com apenas 22 anos de idade. Solicitou a patente em 09 de julho de 1886, porém só foi emitida em abril de 1889 (ALCOA, 2010).

Tendo descoberto o processo de obtenção de alumínio, Hall buscou financiamento para iniciar a produção. Obteve-o junto a um grupo de industriais de Pittsburg. Hall e o grupo de empreendedores formaram a Pittsburg Reduction Company. Em fins de 1888, a planta produzia os primeiros lotes de alumínio comercial (ALCOA, 2010).

A preliminar ausência de clientes foi contornada ao longo do tempo, enquanto a empresa de Hall elaborava os primeiros artefatos comerciais de alumínio, tais como utensílios de cozinha, fios elétricos, partes de motores, etc. Em fins de 1893, o custo do alumínio produzido nas plantas de Hall era de US\$0,78 ante US\$ 4,86 em 1888 (ALCOA, 2010).

Formou-se então a "*Pittsburgh Reduction Company*". Em 1907, a companhia havia crescido incluindo minas de bauxita no Arkansas, uma refinaria em Illinois e três unidades de fundição em Nova York e no Canadá. Mudou-se então o nome da empresa para: *Aluminium Company of America* – ALCOA (idem).

Com a Primeira Guerra Mundial 90% da produção da Alcoa era usada em aplicações militares como suporte aos EUA. Em 1918, a fábrica de New Kensington produzia conjuntos para refeições, cantis e capacetes, em vez de utensílios de cozinha. O alumínio tornou-se regulado como outros materiais estratégicos e os preços permaneceram baixos. (idem). Ao final da guerra, a Alcoa estava com excesso de capacidade, enfrentou grande queda na demanda e devolução de importações. Os controles de preço foram suspensos e a expansão do alumínio chegou às utilizações sociais.

Após a Primeira Guerra Mundial, à medida que os recursos energéticos nos Estados Unidos ficavam cada vez mais caros, a Alcoa expandiu sua atuação.

Em 1924 a Alcoa sofreu um grande impacto com a Lei antitruste¹², pois a Comissão Federal do Comércio considerou que a empresa teria tentado monopolizar a bauxita e a energia hídrica mundial, dominado e controlado o mercado internacional do alumínio nos Estados Unidos e promovido cortes prejudiciais de preços.

Em 1928, a Alcoa tinha mais da metade da capacidade mundial de alumínio primário: 90 mil toneladas nos Estados Unidos, 45 mil no Canadá e 15 mil na Europa, mas a administração de operações no exterior apresentava problemas. Em 4 de Junho de 1928, a Alcoa alienou sua participação em 34 empresas em todo o mundo e a transferiu para a Aluminium Limited of Canadá (idem). A Segunda Guerra Mundial começou durante estes processos de antitruste. Enquanto a Alcoa lutava nos tribunais, o alumínio tornou-se um material estratégico e decisivo para vencer a guerra.

O alumínio era tão importante que, em 1942, oito sabotadores alemães aportaram em barcos-U; quatro em Long Island e quatro logo ao sul de Jacksonville, na Flórida, com a missão de destruir as usinas da Alcoa em Tennessee, Massena, Nova York e ao leste de St. Louis, Missouri (idem, p. 01). .

Depois do fim da guerra, os Estados Unidos cancelaram os arrendamentos das instalações da Alcoa e a maioria delas foi vendida para a Kaiser e Reynolds, pelo mesmo custo ou abaixo de sua construção e a companhia foi solicitada a licenciar a tecnologia necessária para operá-las. A única instalação que a Empresa teve permissão para manter foi a fábrica de Extrusão de Cressona, na Pensilvânia.

Os Estados Unidos ficaram com um oligopólio de quatro grandes empresas: Alcoa Aluminium Limited, que mais tarde se tornaria a Alcan, Reynolds e Kaiser. Em 1947, a Alcoa entrou com um pedido decretando o fim

¹² Segundo esta Lei O Tribunal considerou que a Alcoa controlava mais de 90% do mercado americano de lingote de alumínio. Essa proporção, isoladamente, já era suficiente para fundamentar a violação da lei independentemente da intenção de monopolizar (ALCOA, 2010) .

do monopólio no mercado, mas o pedido foi indeferido e o Departamento de Justiça manteve jurisdição sobre a Alcoa até 1957.

Ao fim do monopólio da Alcoa, ainda havia concorrência: Anaconda em 1955, Ormet em 1956 e Harvey em 1958. Esses recém-chegados estabeleceram usinas de fundição nos Estados Unidos. A perda de participação no mercado da Alcoa foi mais do que compensada pelo aumento da demanda de produtos. Em 1958, no Suriname, o empreendimento Brokopondo para a construção de uma usina hidrelétrica e uma usina de fundição foi o primeiro grande empreendimento de transformação de minério em metal da Alcoa no exterior. (idem).

A Alcoa nos anos 60, pós o sucesso de Brokopondo, a Alcoa almejava participar de empresas no exterior e, em 1961, formou a Alcoa da Austrália com a *Western Mining*, para desenvolver as grandes reservas de bauxita da Austrália. Em meados dos anos 60, a empresa começou a desenvolver operações de alumínio no Brasil e em 1961, entrou no mercado de sucatas de alumínio para latas de bebidas, começando pelas latas de sucos desenvolvendo a tecnologia da tampa de alumínio de fácil abertura.

Nos anos 70 a empresa aumentou sua expansão internacional. No início da década, a Alcoa estabeleceu fábricas na Colômbia, El Salvador, França, Holanda, Alemanha Ocidental, Marrocos, Tunísia e Líbia (Idem). A concorrência adicional de outros materiais, exceto o alumínio, também aumentou durante essa década, o que obrigou a empresa em investir na modernização, introduzindo sistemas informatizados nas operações de fundição e laminação usando modelos matemáticos para controlar a produção e cortar os custos. Sob a liderança de George, os investimentos estrangeiros da Alcoa no Brasil e na Austrália aumentaram e surgiu o conceito da unidade de negócios.

Nos anos 80 o colapso da União Soviética fez com que os preços do alumínio caíssem drasticamente, uma vez que a Rússia expandiu seu mercado de alumínio em uma ação para levantar recursos. A empresa nos anos seguintes passou a diversificar e desenvolver produtos diferentes do alumínio. A Alcoa passou a fabricar produtos para os quais se acreditava que o know-how técnico de materiais relacionados com o alumínio da empresa

proporcionava uma vantagem (Idem). Porém voltou a sua produção originária de alumínio anos depois.

Neste período a empresa mudou oficialmente o seu nome para Alcoa Inc. para representar seu enfoque global. Em 2002, foi criada a Alcoa *Women Network* em 2003, a Alcoa *African Heritage Network* Em 2006, a Alcoa contratou seu diretor de Diversidade da Força de Trabalho e, em 2007, foi estabelecido o *Employees at Alcoa Gay and Lesbian Equality*. Klaus Kleinfeld tornou-se presidente e diretor executivo em Maio de 2008 (ALCOA, 2010).

O projeto Juruti é um empreendimento da ALCOA Inc., a maior produtora de alumínio do mundo. A empresa requereu licenciamento de um complexo de atividades e infraestrutura, que afetarão largamente os processos naturais e as atividades sociais da região, são elas: mina de bauxita, usina de concentração de minério, bacia de rejeitos, estruturas de apoio, abertura e pavimentação de estrada de rodagem, construção de ferrovia, de usina diesel-elétrica e construção do porto visando o escoamento de sua produção (CNEC, 2005). Após alguns anos de prospecção mineral por toda a região, realizada pela empresa Reynolds Metals, em 2000, a ALCOA – uma das líderes mundiais na produção de alumínio, que adquiriu a empresa Reynolds Metals no final da década de 90 – iniciou a pesquisa nos platôs Capiiranga, Guaraná e Mauari, localizados nos limites municipais de Juruti. Diante da decisão de investir na extração de bauxita, a ALCOA estabeleceu o processo de licenciamento, com a elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), bem como a realização de uma série de reuniões e audiências públicas.

Em 2005 foram concedidas a Licença Prévia¹³ e a de Instalação¹⁴ e, em junho de 2006, tiveram início as atividades de construção do empreendimento de mineração. Em dezembro de 2007, a Licença de Instalação foi renovada.

¹³ Concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

¹⁴ Autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados.

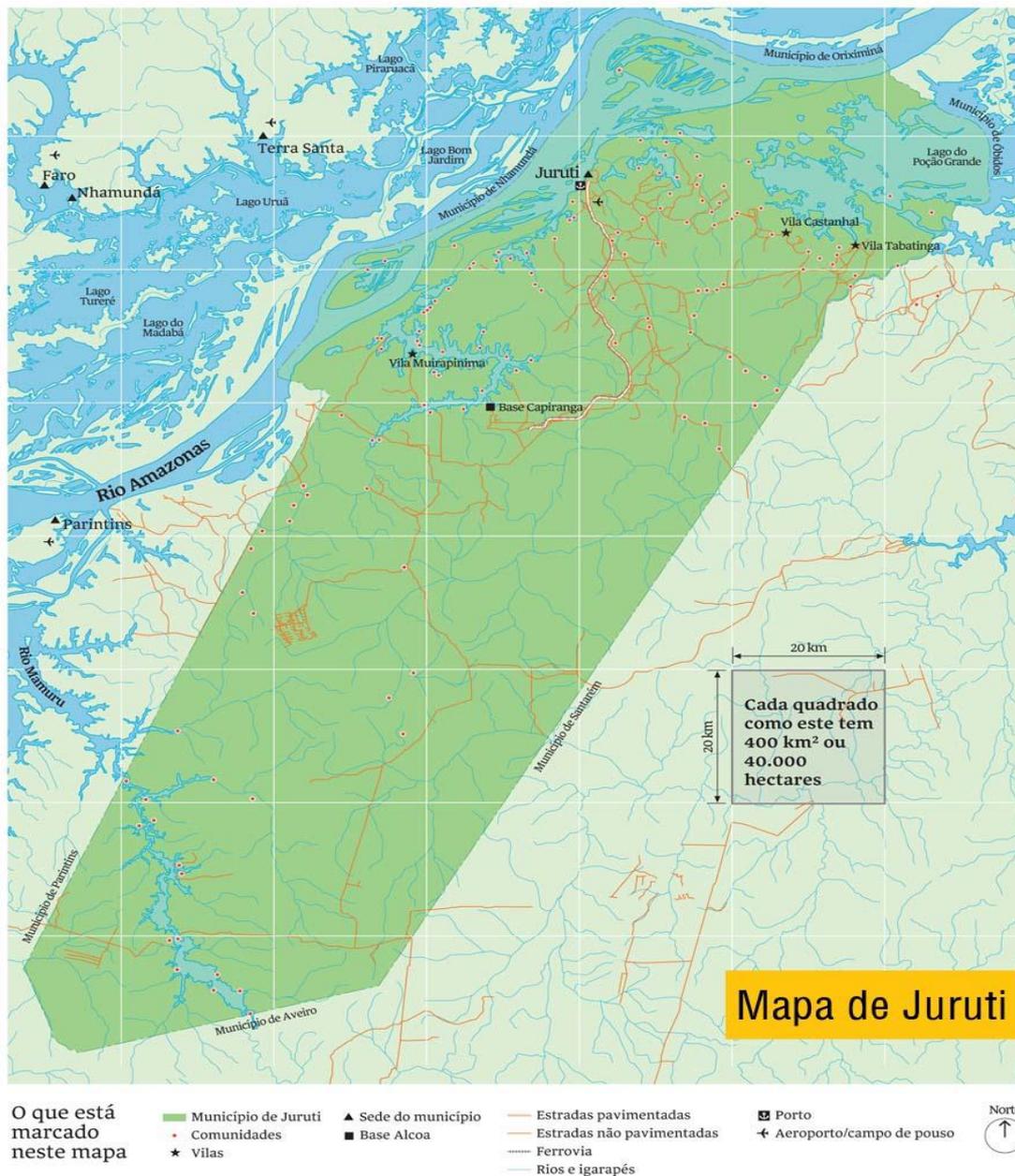


Figura 01 : Município de Juruti e Base da ALCOA
 Fonte: Google Maps, 2011.

Com uma reserva de cerca de 700 milhões de toneladas métricas, Juruti possui um dos maiores depósitos de bauxita de alta qualidade do mundo, segundo dados da própria empresa. A produção começa com 2,6 milhões de toneladas métricas por ano (ALCOA, 2010). Além da frente de lavra, outras instalações completam o empreendimento como o terminal portuário de Juruti, a 02 quilômetros do centro da sede do município e às margens do Rio Amazonas.



Figura 02: Porto de Juruti

Durante o processo de licenciamento do projeto da ALCOA, os Ministérios Públicos (MPs) apontaram 22 irregularidades nos estudos de impactos, nos quesitos:

1) Diagnóstico superficial, incompleto ou inexistente; 2) Não realização de estudos sobre partes estruturais importantes do projeto e seus impactos; 3) Problemas na identificação, caracterização, análise, mitigação e compensação dos impactos: 3.1. Impactos regionais não dimensionados, a partir da necessidade de definição de áreas de influência mais abrangentes; 3.2. Ausência de identificação de impactos importantes e medidas correspondentes; 3.3. Não mensuração adequada dos impactos e não correlação entre impactos e medidas mitigadoras e/ou compensatórias; 3.4. Não definição sobre a compensação ecológica unidade de conservação; 3.5. Ausência de clareza sobre a compensação financeira dos impactos; 3.6. Avaliação matricial inadequada dos impactos e sua sinergia. (MPF; MPE, 2005, p. 18-9)

Desde o início das atividades do empreendimento, várias reuniões preliminares e audiências públicas foram realizadas com lideranças comunitárias, instituições públicas e privadas e outras partes interessadas, em Juruti, Santarém e Belém (às margens do Rio Amazonas – Pará), das quais participaram até seis mil pessoas. Essas ações deram origem aos Planos de Controle Ambiental-PCAs e à Agenda Positiva¹⁵.

¹⁵ São compromissos assumidos pela ALCOA com a população de Juruti, intermediados pela Prefeitura Municipal, no sentido de oferecer bens e serviços que façam frente aos impactos sociais que o Projeto de mineração irá trazer.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JURUTI

4.2.1 Breve histórico da formação do Município de Juruti

O município de Juruti localiza-se no Estado do Pará, na mesorregião do Baixo Amazonas e na microrregião de Óbidos, fazendo fronteira ao Norte com os municípios de Oriximiná e Óbidos, a Leste com Santarém, ao Sul com Aveiro e a Oeste com Parintins e Nhamundá (no Estado do Amazonas) e Faro.

Juruti¹⁶ teve origem em uma aldeia de índios Munduruku, no século XIX, e mantém influência marcante da cultura indígena. De acordo com PENNA (1869, p. 45-46) “Juruty foi uma aldêa (*sic*) de Índios Mundurucús (*Muturucus*), fundada ha 50 annos (*sic*) (1818) e sujeita a direcção de um missionário (*sic*) com todos os poderes parochiaes (*sic*).”. A cidade divide-se entre Juruti Velho e o núcleo mais atual, que se poderia chamar Juruti Novo, onde se encontram a sede dos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, além do Poder Judiciário.

De acordo com INCRA (2007, p. 06) na obra ‘História da Paróquia de Juruti’, [relato] de uma viagem feita por Dom Jose Afonso de Moraes em 1846, a população de Juruti Velho era composta em sua maioria por índios, porém, já com a presença de portugueses.

Com a construção da igreja pelos índios, foi transformada em freguesia sob a proteção de N. S. da Saúde. Em 25 de novembro de 1832, em cumprimento à Lei Geral do Império, a freguesia de **Nossa Senhora da Saúde de Juruti** passou a fazer parte do Termo de Faro, de acordo com as sessões do Conselho do Governo da Província do Pará de 10 a 17 de maio de 1833, que efetuaram a divisão da Província em Termos e Comarcas (COMELLI, 2007).

Em 28 de maio de 1847 uma portaria do governo provincial determinava que a freguesia de Nossa Senhora da Saúde de Juruti, juntamente com a de Faro, fizesse parte do círculo eleitoral da então vila de Óbidos (COMELLI, 2007).

Em razão do pequeno desenvolvimento alcançado pela freguesia de Juruti no local estabelecido, solicitou-se a mudança da sede para a margem do rio

¹⁶ Palavra de origem tupi, o qual significa, o colo firme, o pescoço teso, em alusão a ave deste mesmo nome no ato de cantar.

Amazonas, a qual foi efetivada pela Lei nº 339, de 3 de dezembro de 1859. Assim, a administração de Juruti foi transferida para a margem direita do rio, fato este que gerou muitas manifestações contrárias (PENNA, 1869) por parte dos nativos da Vila Muirapinima¹⁷, haja vista temerem a mudança da imagem de Nossa Senhora da Saúde para a nova sede, o que de fato sucedeu, no mesmo ano, por determinação do pároco responsável (INCRA, 2007).

Pela lei nº 930, de 15 de julho de 1879, Juruti passou a ser ponto de escala da navegação a vapor subvencionada pelo governo. Com isso a freguesia de Juruti apresentou acentuado progresso, o que determinou a sua elevação à categoria de Vila, de acordo com a Lei nº 1152, de 09 de abril de 1883, que foi instalada somente a 9 de março de 1885 (COMELLI, 2007).

Com o advento da República, em 1900, durante o governo do Dr. Paes de Carvalho, dissidências políticas concorreram para a extinção dos municípios de Juruti, Oriximiná e Quatipurú através da Lei nº 729 de 3 de abril, sendo o território de Juruti anexado aos de Faro e Óbidos. Treze anos depois, a 9 de março de 1913, pela Lei nº 1295, o município de Juruti foi restabelecido e instalado a 3 de maio de 1914. (idem)

Consoante PENNA (1869), após a chegada dos missionários, a população indígena foi-se aos poucos extinguindo, dando origem a ocupação pela população mestiça. Como não existem registros das causas, pode-se associar ao contato com os 'brancos' e a tomada (administrativa ou não) dos recursos naturais pelos 'invasores'¹⁸ trazendo a proliferação de doenças das quais os nativos não estavam biologicamente imunizados e a escassez de víveres.

Em toda a primeira metade do século XX, a prelazia da vila Muirapinima esteve sob a administração da prelazia do município de Faro, sendo, responsabilidade que mais tarde coube ao município de Óbidos. Com uma população mais rarefeita as atividades econômicas desta época giravam em torno

¹⁷ Vila localizada no município de Juruti também conhecida como Juruti Velho.

¹⁸ Baena (2004, p. 235) afirma que são brancos, e não índios que se entregam ao fabrico de guaraná: "No mesmo lago [lago Juruti], também residem alguns brancos, que fabricam guaraná, farinhas de mandioca, agricultam algodão, e sacam da espessura saldo e cravo".

do cultivo da juta, malva, mandioca, outras raízes e o extrativismo animal e vegetal (INCRA, 2007).

Nesse mesmo período registra-se a chegada de madeireiros, com projetos de extração do pau-rosa, que chegaram a instalar diversas usinas de extração de essência na região. A última que se tem notícia fechou em 1999, a qual foi intensamente combatida pelos comunitários, pois esta funcionava em barco flutuante e despejava resíduos no lago.

Desse momento histórico tem-se conhecimento das primeiras lutas pela posse da terra na região. Além desses supracitados, na segunda metade do século XX chegaram novos atores sociais como posseiros, grileiros, madeireiros e posteriormente, chegou à congregação católica de Maristela, que veio somar com os nativos na luta pela preservação ambiental, posse da terra e justiça social (idem, p. 08).

No que tange ao seu modo de vida, os indígenas desenvolviam atividades que incluíam desde a pesca até os cultivos de raízes e beneficiamento de guaraná. “As terras de Juruty são de grande fertilidade; mas o povo não planta senão mandioca para o fabrico da farinha e, em mui pequena escala, o *guaraná* que os antigos Mundurucús alli introduziram (*sic*)” (PENNA, 1869, p.46). Além da caça e criação de pequenos animais, sendo certo que todas essas atividades eram realizadas de forma comunitária colimando, exclusivamente, o consumo doméstico indígena.

Acessa-se o Município por via fluvial, através de embarcações de diversos portes, que são o meio de transporte principal de passageiros e mercadorias no âmbito regional.

Desde a segunda metade do século XX, as atividades produtivas diversificaram-se, incluindo-se as relacionadas ao comércio, chegando a navegar embarcações de médio porte, que traziam mercadorias e abasteciam-se de lenha, pois os mesmos funcionavam a vapor. Ainda nesse período, chegaram às primeiras empresas de prospecção e pesquisa mineral como a Petrobrás (1965) e uma empresa de procedência francesa, que atuou na área até 1972, vendendo posteriormente para a OMNIA Minérios os direitos de pesquisa.

Na região do Trombetas – mais ao sul e na margem direita do Amazonas – encontram-se as jazidas do Juruti, inicialmente pesquisadas pela ALCAN, mas atualmente sob controle da REYNOLDS – outra das seis irmãs -, que está desenvolvendo estudos para implantar um projeto de exportação de bauxita da ordem de 1 milhão de toneladas por ano, a fim de atender suas fábricas de alumínio (SANTOS 1981, p.104-105).

Tem população de cerca de 35 mil habitantes, sendo que 60% vive na área rural. O município apresenta consideráveis carências: possui infra-estrutura de saneamento pouco estruturada, a maioria da população vive com menos de R\$ 75,5 de renda per capita mensal e 21% das pessoas com mais de 25 anos de idade são analfabetas (CNEC, 2005).

O município já viveu importantes ciclos econômicos, como os da extração do pau-rosa e da juta, que não o conduziram a um desenvolvimento estável e duradouro. A economia se concentra nas lavouras temporárias, destacando-se o cultivo da mandioca, pesca, extrativismo vegetal e, mais recentemente, pecuária, comércio e serviços de pequeno porte (portuários, mercearias, alimentação) são outras atividades presentes no território e que visam à subsistência e o mercado local.

4.2.2 A Formação das Comunidades de Juruti Velho

Em 1931, a região de Juruti Velho foi englobada no projeto Vila Amazônia, de colonização japonesa desenvolvida pelos estados do Pará e Amazonas com a embaixada japonesa, o qual destinou 300 mil hectares (78.270 hectares no estado do Amazonas e 221.730 hectares no Pará) para a prática de novas técnicas e cultivos agrícolas, principalmente de juta e guaraná. Com o início da Segunda Guerra Mundial, os japoneses passaram a ser perseguidos, muitos foram presos, e a Vila Amazônia ficou como espólio de guerra, ou seja, área pertencente ao Estado. Em 1972, a Vila Amazônia foi adquirida de forma escusa por proprietário de Belém, Luiz do Vale Miranda, e está atualmente sob responsabilidade dos seus herdeiros, e Antônio Cabral de Abreu. A titularidade e legitimidade da Vila Amazônia foi questionada em investigações da Comissão Parlamentar de

Inquérito - CPI destinada a averiguar a ocupação de terras públicas na região amazônica em 2000/2001¹⁹.

Encontram-se atualmente no território “tradicional” 60 (sessenta) comunidades dispostas geograficamente ao longo do Lago Grande Juruti e Igarapé do Balaio, tendo como polo de organização política, econômica e social a Vila de Muirapinima, esta localizada na desembocadura do Lago com o rio Amazonas.

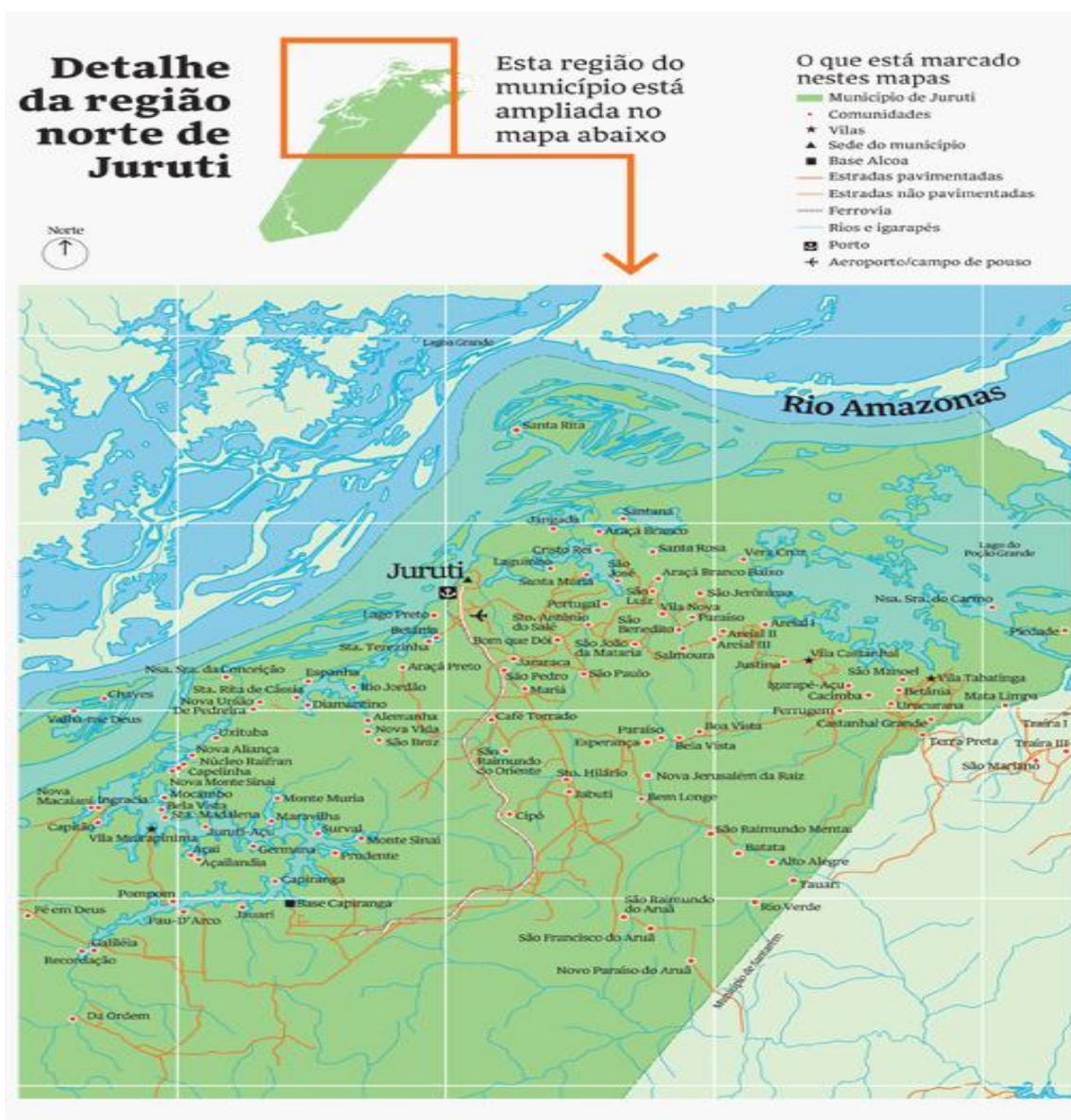


Figura 03: do Município de Juruti
Fonte: Google Maps, 2011.

¹⁹ Esta Comissão Parlamentar de Inquérito ficou conhecida como a CPI da Grilagem de Terras da Amazônia

Ao observar-se a formação histórica das mais antigas comunidades, ressalta-se principalmente a relação das primeiras famílias ocupantes com as famílias que hoje ocupam a área, a demonstrar, com clareza, uma relação sólida de continuidade no processo de ocupação e na ancianidade dos povos residentes no Território.

Outrossim, aspectos da historicidade permitem inferências acerca das condições básicas estabelecidas nas relações sociais ao longo da ocupação. A descrição das sequências apresentadas no quadro (INCRA, 2007, p. 9) descreve, de maneira sucinta, a evolução e a correlação entre as fases de ocupação da área de Juruti Velho e a mobilidade de suas comunidades tradicionais, o que subsidia a compreensão da formação e distribuição das comunidades ao longo do Território.

Quadro 01: Registro do processo de ancianidade dos comunitários de Juruti

| Comunidade | Data de Chegada da 1ª Família | Origem do fundador | 1ª Família a ocupar a área | Fundador | Data de fundação |
|-------------------------------------|-------------------------------|--------------------|----------------------------|----------------------------|------------------|
| Vila Vinente (cabeceira do Mocambo) | Séc.XIX | Juruti Velho | Família do Sr. Pedro Sá. | Pedro Sá | Séc.XIX |
| Vila Muirapinima | Séc.XVIII | Juruti Velho | Mundurukus | Pe. Antonio Manoel Sanches | 1818 |
| Capiranga | Séc.XIX | Juruti Velho | SR | Manoel Henrique Fernandes | 1964 |
| Surval | Início do Séc. Séc.XIX | Juruti Velho | Família Rodrigues | Manoel Rodrigues | 1920 |
| Pompom | Séc.XIX | Juruti Velho | Família Guerreiro | Clementino Guerreiro | 1920 |
| Jumti Miri | A partir de 1850 | Juruti Velho | Família Santarém | Família Santarém | SR |
| Nova União | 1959 | Juruti Velho | Pereira de Matos | Domingos Pereira de Matos | 1989 |
| Pau D'Arco | Séc.XIX | Juruti Velho | Xavier e outras | Antonio Ferreira Xavier | SR |
| Prudente | Séc.XX | SR | Batista e outras | SR | SR |
| Maravilha | Séc. XIX | Juruti Velho | Maciel Pinheiro | SR | SR |
| Alemanha | Séc. XIX | Juruti Velho | Fausto Piranha | SR | SR |
| Germano | Séc. XIX | SR | Batista e outras | SR | SR |

Quadro 01: Ancianidade dos comunitários de Juruti
 Fonte: INCRA (2007, p. 09).

Ao mesmo tempo, essa descrição sinaliza, com destaque, a importância da sistematização de dados para a consolidação da formação histórica das comunidades, até então pouco registrada. Vale ressaltar que, a oralidade constitui, nessa realidade, a principal fonte de repasse e manutenção do conhecimento entre os comunitários de Juruti, que ao longo do tempo de ocupação têm estabelecido uma relação de profundo respeito com todos os elementos que compõem o território, especialmente em relação aos recursos naturais, responsáveis pela produção e compartilhamento de valores e representações desse espaço, carregadas de simbolismo e expressão das relações de pertencimento destes povos em relação seu território.

Todas as intervenções populacionais externas sobre a determinação das localizações das comunidades provinham de regiões muito próximas do Lago Grande Juruti, principalmente da área de várzea do município de Parintins no Estado do Amazonas, que chegaram com expectativa de cultivo da juta e malva no final do séc. XIX, e abundância dos recursos extrativistas, com destaque para extração do látex (BAENA, 2004).

A vila de Muirapinima recebeu um contingente populacional expressivo a partir de 1818, data da chegada dos Portugueses na região (religiosos), que impuseram o modelo de ocupação através das Reduções (aldeamento), onde os nativos eram obrigados a fixarem residência em torno das edificações religiosas. Desta forma, as atividades produtivas e sua comercialização, além dos serviços essenciais, tais como educação, saúde, benefícios sociais e orientação religiosa passaram a ser desenvolvidas quase exclusivamente na Vila de Juruti, como se pode aferir desde a análise de lista de batistério da igreja católica, registro de casamentos católicos e filiação no Sindicato dos trabalhadores rurais (INCRA, 2007).

Deste modo, os recursos naturais localizados na vila já não davam conta de garantir a sobrevivência da população. Resulta deste fato, o de que a maioria das famílias que estão na base de formação das comunidades encontrem suas origens familiares na Vila de Juruti Velho. Dá-se, assim, a partir do final do Séc.XIX essas famílias começaram a dispersar-se ao longo do vale do Lago Grande Juruti, dando origem as comunidades.

As primeiras a serem ocupadas foram as que se localizam ao longo do Igarapé do Balaio e nas cabeceiras do Lago Grande Juruti (Alemanha, Vila Vinente, Surval, Capiroanga, Pau D'arco, Recordação, Pompom, etc), logo depois, com a ajuda da Igreja, fundou-se as comunidades mais longínquas do ponto de vista de proximidade com o lago (INCRA, 2007).

As comunidades localizadas na extensão do Igarapé do Balaio possuem um diferencial em relação às comunidades residentes às margens do lago Grande Juruti, no que alude à formação e ocupação. As primeiras, a despeito de terem sido ocupadas no mesmo período (Século XIX), seus fundadores têm sua origem nas famílias portuguesas que ocuparam a área desde a fundação em 1818. Já as comunidades ao longo Lago Grande tem seus fundadores provenientes quase que exclusivamente na própria Vila Muirapinima (Juruti Velho). Resulta disso, a diferença na ocupação étnica do PAE. As famílias que moram nas comunidades dentro do lago Grande, possuem um forte aspecto indígena proveniente da ocupação primária da etnia Munduruku, já os ocupantes das comunidades do Igarapé do Balaio, possuem aspectos de população mestiça, com pele clara, facilmente identificada como pardos (CNEC, 2005).

Na área de influência direta do Grande Projeto da ALCOA, encontram-se 45 comunidades ditas tradicionais, assim identificadas e reconhecidas, pela Superintendência Regional do INCRA em Santarém (SR-30) (INCRA/SR-30, 2007), Pará, e que também assim se autoidentificam nos termos do Decreto 6040/2007 e Convenção 169 da OIT, cujos territórios foram garantidos pela SR-30 do INCRA, com a criação do Projeto Agroextrativista Juruti Velho (PAE Juruti Velho).

O Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE²⁰) está regulado pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 268, de 23/10/1996, que revogou a Portaria P/Nº 627, de 30/07/87, adequando-se ao Plano Nacional de Reforma Agrária.

²⁰ De acordo como Benatti (2003, p. 208), as principais notas características do PAE são: “a) é necessário existir uma área dotada de riqueza extrativa, com presença de populações tradicionais para sua criação; b) a motivação de sua criação é social e ecológica; c) possibilita que a sua área não seja dividida em lotes, respeitando-se o apossamento dos seringueiros e ribeirinhos, ou seja, a posse agroecológica; d) o órgão responsável pela sua criação, fiscalização e implantação é o INCRA; e) a sua regularização se fará pelo Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, assim como nas Reservas Extrativistas; f) deverá ser elaborado um Plano de Utilização para definir como ocorrerá o manejo dos recursos naturais,

Dentre outros princípios, a normativa citada reconhece que:

a especificidade ecológica de determinadas regiões do país, possibilita o desenvolvimento de atividades agro-extrativistas, as quais propiciam às populações delas dependentes base econômica auto-sustentável, não interferindo sobre os ecossistemas colocados em uso e assegurando a manutenção das condições naturais neles predominantes;
a atividade agro-extrativista afirma-se como alternativa para os projetos de assentamentos executados pelo INCRA, de modo particular na Amazônia e em áreas que mereçam uma proteção especial.

Portanto, a base normativa do PAE reconhece a adequação desta modalidade de assentamento ao ecossistema amazônico, pois, diferentemente de outras modalidades de assentamento, sua essência é o equilíbrio na fixação e regularização territorial dos habitantes tradicionais da área, visando à exploração das riquezas extrativistas, enquanto componentes do desenvolvimento econômico, mas com proteção especial do espaço, na perspectiva ambiental e cultural.

Os limites territoriais do PAE tiveram parte de sua extensão outorgados à empresa minerária para atender à exploração da bauxita, o que agravou ainda mais os conflitos sob o ponto de vista fundiário e de recursos naturais, até então livremente apropriados pelos comunitários.

Suas demandas territoriais são reconhecidas pelas duas autarquias fundiárias envolvidas na questão: o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), que trabalham juntos para resolver o mais rápido possível e, a contento, os problemas acerca da regularização fundiária das áreas em que os territórios tradicionais têm sido indicados pelos comunitários. Para tanto, contam, ainda, com o apoio da Igreja Católica Apostólica Romana, por meio da Ordem Franciscana de Maristela, que assim compreendem a disputa entre a empresa e os comunitários (*apud* MONTEIRO, 2009, p. 91):

[...] os comunitários exigem respeito por sua cultura, seu modo de vida tradicional. Muitos vivem da pesca, agricultura, coleta de frutos. Se identificam como tradicionais pelo seu próprio modo de vida, como tratam a natureza. As terras [em] que vivem são deles, moram nela há muito tempo, e não querem mudar isto (entrevista 3) – Concedida pela irmã Nilma Sousa, à autora citada.

como também as atividades agropecuárias. Esse Plano é parte integrante do Contrato de Concessão.”

Os Ministérios Público Federal e Estadual, no Pará e do Pará, também, no cumprimento de seus misteres públicos têm atuado em favor das comunidades, fiscalizando a atuação da empresa e expedindo recomendações (v. RECOMENDAÇÃO nº 01/2007/MP/PJ Juruti²¹), para que os órgãos públicos competentes fiscalizem a adequação dos procedimentos da empresa, no sentido de respeitar o modo de vida das comunidades. procurando sempre minimizar ou evitar, se possível, impactos que atentem contra os direitos das comunidades e, mesmo, suspendam licenças administrativas já concedidas, por descumprimento, por parte da empresa, de obrigações decorrentes do processo de licenciamento ambiental.

Anote-se que as obras já executadas da infraestrutura provocaram deslocamentos das comunidades, em razão da Construção do Porto, da Ferrovia e do preparo da infraestrutura da área de Lavra, conforme relatório da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, que precedeu a concessão da Licença de Operação do empreendimento (SEMA, 2008), afetando, inclusive, rotas comunitárias de coleta de castanha e captação de água (MONTEIRO, 2009,). A poluição de igarapés, como o Igarapé do Fifi, foi relatada em entrevistas de campo e consta do relatório da Sema (2008).

No lago Juruti Velho, com o início da construção da infra-estrutura para o parque industrial, o acesso passou a ser controlado. É preciso permissão para extrair nos castanhais ou simplesmente para circular. Diferentemente de Oriximiná, em Juruti os platôs encontram-se mais próximos das comunidades ribeirinhas (menos de 1km em certos pontos). Assim, o acesso a essas áreas é mais frequente, chegando, em alguns casos, a serem os locais de roça das famílias. Nestes casos, o impacto é relativamente maior. Perde-se a fonte de

²¹ O texto da recomendação encontra-se disponível em <<http://www.prpa.mpf.gov.br/institucional/prpa/recomendacoes/recomendacao-mpf-e-mpnumero-01-07.pdf>> Merece registro, ainda, o fato de que os Ministérios Públicos, conjuntamente, ajuizaram Ação Civil Pública objetivando discutir a competência do Estado do Pará para conduzir o processo de licenciamento ambiental. Os órgãos do Ministério Público entendiam que a competência era do IBAMA, pois a área de influência direta do Projeto atingia Rio federal (o Amazonas) que banha mais de um Estado, além de impactar diretamente porções de dois Estados da Federação, o Pará e o Amazonas. A ação, no entanto, não teve o resultado esperado e tramita, lentamente, com poucas perspectivas de gerar o resultado cogitado. Além deste tema a ação enfocou ainda as várias lacunas do EIA/RIMA e falhas durante o processo de licenciamento, como a limitação do número de audiências públicas.

renda temporária do extrativismo da floresta, os animais de caça e ainda a produção agrícola.

Estes impactos foram previstos, ainda que com falhas graves, (sobretudo omissões), pelo Estudo Prévio de Impacto Ambiental encomendado à CNEC, pela ALCOA, a fim de subsidiar seu pedido de licença prévia do empreendimento minerário à Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará. Ali está assumida a ocorrência de 37 impactos ambientais, dos quais 32 são negativos e apenas 5 são positivos, nos três meios de influência: biótico, físico e socioeconômico (TAPAJÓS, 2004), a serem sentidos nas áreas de influência direta e indireta do Projeto.



Figura 04: GUARITA NA ENTRADA DO PAE - JURUTI VELHO

O presidente da ACOJURVE, Gerdeonor Pereira dos Santos, assim relata a luta pelo território:

[...] o que falta pra gente ser dono de direito é um pedaço de papel assinado por um órgão competente que destina, porque de fato nós já

somos dono, de viver, de morar, de trabalhar em cima dela [da terra], nós já somos donos; o papel é para um reconhecimento que vem depois. [...] Então a gente considera que desde somos donos. Nossos costumes são praticados há muito tempo nessas terras e isso não pode se perder.

Diversas foram as frentes em que as comunidades tradicionais atuaram para lutar por seus direitos territoriais e culturais. Isso pode ser perfeitamente inferido dos objetivos institucionais da ACORJUVE, art. 3º, tais como:

- a) agir por todos os meios legítimos para *que* venha a ser regularizada a posse agrária das terras compreendidas imóvel Vila Amazônia, parte do Estado do Pará, não contempladas no processo mencionado no art. 2º deste Estatuto aos moradores tradicionais e permanentes da Região de Juruti Velho;
- b) representar os interesses das comunidades e dos moradores que fizeram a opção pela terra coletiva, perante qualquer órgão administrativo ou judicial, em qualquer instância ou tribunal, especialmente para garantir infra-estrutura necessária ao desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária compreendidos no imóvel Vila Amazônia, podendo firmar qualquer tipo de contrato e/ou ajuste, por deliberação da Assembléia Geral;
- c) incentivar o desenvolvimento sustentável das comunidades de sua abrangência, em todos os seus aspectos;
- d) agir em defesa da função social da terra contra a exploração predatória da terra e de seus recursos naturais, tendo em vista a sadia qualidade de vida das comunidades da região;
- e) atuar em defesa da preservação e resgate da cultura e tradição dos habitantes das comunidades da região de Juruti Velho;
- f) unir e solidarizar-se com os movimentos sociais e da classe trabalhadora;
- g) atuar em defesa dos direitos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida e à moralidade administrativa; ao patrimônio artístico, estético, histórico e turístico e paisagístico da região, além de outros interesses difusos dos cidadãos; inclusive tomando e implementando medidas necessárias em face de empresas mineradoras, ou que agem a seus interesses, visando à preservação e conservação ambiental da Região, como meio de erradicar a pobreza e marginalidade e reduzir as desigualdades sociais, tendo sempre como referência a população local;

h) outros objetivos organizativos que não conflitem com o presente ESTATUTO.

Conforme se vê, as comunidades passam a se organizar para pleitear direitos territoriais quando julgam que as políticas públicas, notadamente as ambientais e fundiárias/agrárias, podem não garantir-lhes os direitos que secularmente exercem em relação ao seu território.

Em 1982, eu trabalhei nessa firma aí, Omnia Minéria, como pesquisa. Depois de um tempo, essa firma fechou, e eles foram embora, deixaram alguém tomando conta. Quando foi em 2006, eles voltaram. E o nosso povo já tá vivendo aqui. Então a partir de (2000), eles entraram novamente, a Alcoa. E nós criamos aqui uma associação, o nome dela é ACOPROM, Associação de Comunidades dos Pequenos Produtores de Muirapinima. Aí, nós criamos um projeto pra trabalhar na lavoura. Só seria através da associação- organizamos, legalizamos, tudo, tudo ia bem organizado. E fomos embora para Óbidos, atrás do projeto, atrás de fazer o cadastramento no banco, para trabalhar na lavoura. Chegamos lá e disseam que nós éramos invasores da terra. Foi aí que veio a luta nossa. A nossa luta. Foi lá que nós começamos a nos organizar de verdade, em toda a região, em toda essa área, para fazer uma associação grande que é a ACORJUVE agora. (Líder comunitário).

Nas comunidades rurais, o trabalho na roça constitui a principal atividade criadora de sociabilidade. Qualquer criança destas comunidades, antes mesmo de falar ou ir à escola, ainda no colo, acompanha a mãe ao roçado. É na roça que ocorrem os primeiros passos para a sociabilidade, é na roça que a criança vê a família reunida em torno de uma atividade comum e é dali que não apenas sai o seu sustento, mas seus primeiros aprendizados e seu contato com a terra. A roça, além disso, é à base do puxirum, da festa, do padrão de reciprocidade.

Meu filho aprende desde cedo a atividade de roça. Quero ele trabalhando e cuidando do que é dele. Se num é ele quem será? Essa terra era do meu avô e um dia será dele e daí em frente. É por isso eu luto pra ninguém tira isso (Líder comunitário).

O trabalho na roça se realiza a partir de três modos de organização - o primeiro é o puxirum - sistema onde o dono da roça oferece alimento e pajiroba (bebida fermentada de mandioca) e é auxiliado por compadres na abertura do

roçado, para então num estilo de mutirão empreender o plantio envolvendo homens e mulheres (os homens abrem as covas e as mulheres enterram a semente / a colheita e preparo dos alimentos são de responsabilidade das mulheres, a farinha de mandioca é de todos). O produto é de posse exclusiva do dono do roçado que retribui o auxílio tomando parte do mutirão das roças de outros donos que também promovem o puxirum (CNEC, 2005, entrevistas, 2009).

O puxirum é motivo de alegria, de confraternização e ajuda. A gente se ajuda, homem, mulher, criança. Aqui sabe, não tem essa de cada um por si. Do meu e do teu. Tudo é dividido. Pelo menos até agora né. Ainda tem nossa pajiroba, nossa bebida que as mulhe fazem (Comunitário).

O segundo é o sistema de união, permanece o modelo de mutirão, mas a comida oferecida é fruto da contribuição de todos. O terceiro recebe o nome de empreita, quando o dono da roça possui algum a fazer, compromisso ou emprego, estando impedido de abrir seu roçado, e paga a alguém por este serviço. Na maior parte das comunidades da ainda que puxirum seja a denominação genérica para a organização do trabalho em mutirão, é o sistema de união o mais comumente adotado (idem).

Outro ponto a ser focado foram os costumes e crenças da região. Ao andar pelas ruas e conversas com as pessoas percebe-se uma grande influência da Igreja Católica quanto à religião e, principalmente, ao modo de viver e se comportar (ao se analisar a formação do município também se verifica esta influência religiosa).

Aqui todo mundo tem Deus no coração. Aqui o povo fazia umas festa que que a igreja chamava de festa profana. Até a própria festa da comunidades podia dizer que ra profana também. Por que? Porque rezava, terminava a reza, a música começava e todo mundo dançava. Depois é que nós participamos de vários debates e discutimos as coisas, então a igreja foi mudando o procedimento. Aqui a nossa festa religiosa ela é diferente das outras. Não tem mais festa dançando nem bebida alcoólica, só refrigerante e sentimos bem (comunitário).

Nestas comunidades são fabricados também alguns artefatos, utensílios, tais quais tipitis (espremedor de mandioca ralada, feito de palha, de origem

indígena), canoas, cestarias, cerâmica, casas, pilões, remos, carpintaria (móveis), costura, e muitos outros. Embora todos façam de tudo um pouco, há os especialistas, feitores, que acabam sendo reconhecidos em função da dedicação mais intensa a um determinado tipo de produção.

Aqui nós aprendemos um ofício, algo pra sobreviver usando o que a gente tem e sabe, fazemo cesta, vaso, espremedor, costura, as irmãs ensinam, ajudam e assim vamo seguindo nossa vida e criando nossos filhos (comunitário).

Assim, verifica-se que a estrutura produtiva é, prioritariamente, voltada para a agricultura de subsistência, que se organiza com base na força de trabalho familiar e na estrutura comunitária, características distintas do modo de organização capitalista.

Aqui nós planta, pesca pra viver. Sem hora pra dormir só pra acordar. Trabalho no que gosto no que sei. No que vivi fazendo. To nessa terra desde 1970, isso sem conta meus avós. A terra é minha vida (Líder Comunitário).

Assim, percebe-se uma relação de dependência e ao mesmo tempo complementaridade dos comunitários com a terra.

Todas as formas de produção da economia natural se baseiam, de um modo ou de outro, numa dependência tanto dos meios de produção como das forças de trabalho. “As comunidades camponesas, assim como a propriedade feudal, etc., fundamentam sua organização econômica na conexão do meio de produção mais importante - a terra” (LUXEMBURGO, 1976, p. 318).

Além disto os moradores se auto-determinam como “população tradicional”, o que permite dizer que os moradores se identificam como coletivos, e passam a fortalecer a estrutura da comunidade e as “práticas de uso comum dos recursos naturais, que se tornam um fator coextensivo à sua consolidação” (ALMEIDA, 2010, p.69).

Em muitas das entrevistas verificou-se que os comunitários se reconhecem enquanto tradicional a partir de sua organização, mas, principalmente, pela sua ligação com a água, terra e floresta.

Somos tradicionais e eu falo em nome da comunidade, porque é da terra, da água e da floresta através da agricultura, caça e pesca que tiramos o sustento pra nossas famílias. Somos extrativistas vivemos da coleta de castanha, da farinha e da caça de alguns animais. Temos essa relação de dependência com a natureza (Gerdeonor, Presidente da ACORJUVE).

Há diversas definições para o termo, porém sem nenhum consenso até hoje. Muitos autores tentaram definir esta terminologia. Arruda (1999) infere que populações tradicionais são aquelas que

apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável... Em geral ocupam a região há muito tempo e não têm registro legal da propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente. (ARRUDA 1999, p.79-80).

Alguns autores como Cunha e Almeida (2001) avaliam este conceito como amplo e ainda em construção sinalizam para o fato de que este conceito aponta para a formação de sujeitos políticos por meio de novas práticas. Ou seja, os autores demonstram que termos são criados para que determinado grupo tome alguma forma e, em alguns casos, este termo garante ao grupo uma posição política interessante, conferindo-lhe direitos. Dessa forma, é possível verificar que o termo vem sendo amplamente habitado por estes novos atores sociais, assim como vem transformando-se em uma bandeira política para os seus componentes,.

.A partir destas colocações é possível verificar que a definição “população tradicional” não apresenta um embasamento teórico e conceitual aplicado. O que se tem é uma terminologia empírica e pouco definida enquanto categoria analítica. O que leva a avaliar estas comunidades a partir da perspectiva de Luxemburgo (1976) como sociedades de economia natural, cuja característica é a produção para subsistência, com pouco ou nenhum excedente de produtos e pouca atividade comercial.

Porém a região vive um período diferente com a implantação do projeto de extração da bauxita o que vem ameaçando de forma significativa este modo de

vida. Tem-se em média 45 comunidades na área de influência direta do projeto (CNEC, 2005), muitos dos líderes entrevistados mostraram-se apreensivos e com receio de perder o que tem.

Esta empresa veio aqui e só trouxe degradação, poluição, desordem e tristeza pra nossa gente. Tamo perdendo tudo aos pouquinho, terra, rio poluído, espaço para caçar, árvore, madeira e até nossos filhos tão indo pra lá.

Geralmente, os conflitos minerais referem-se à perda de recursos naturais e de troca, como os produtos extrativistas, especialmente a castanha-do-pará. A impossibilidade do extrativismo da castanha representa a maior perda socioeconômica vivenciada pelos moradores do entorno do projeto da ALCOA. É o produto de maior valor de mercado, sendo a principal fonte de renda das famílias.

A empresa ta acabando com tudo, derrubando tudo. Muitos não tem mais como ir pegar castanha, ou somos proibidos de entrar ou não existe mais. O que a gente vai fazer? Tem gente que já ta indo pra cidade, vendendo sua terra. É isso que a empresa quer. Mas vamo fica aqui como? E na cidade vamo fazer o q? (comunitário)

Estas comunidades são vistas pela empresa como um atraso ao progresso e crescimento econômico planejado. Trata-se de sociedades arcaicas, atrasadas e primitivas, que devem passar pelos processos de civilização e modernização propiciada pelo desenvolvimento capitalista, ou, então, que devem ser removidas, desobstruindo-se, assim, o caminho rumo a este “progresso” imposto pelo capitalismo.

O método inicial do capital é a destruição e o aniquilamento sistemáticos das estruturas sociais não-capitalistas, com que tropeça em sua expansão [...] a esperança de que o capitalismo se limite exclusivamente à “concorrência pacífica”, isto é, ao comércio regular de mercadorias, tal qual é praticado entre países capitalistas, como base única de sua acumulação, baseia-se na possibilidade ilusória de que a acumulação se pode efetuar sem as forças produtivas, sem o consumo das populações e que pode confiar no lento processo de desintegração interna da economia natural (LUXEMBURGO, 1976, p. 319).

O resultado é a desterritorialização, a expropriação e a conseqüente perda da identidade coletiva destas comunidades que perdem seus meios de produção

e sobrevivência e acabam migrando para outros locais a procura de condições melhores.

desterritorialização é o conjunto de medidas adotadas pelos interesses empresariais, vinculados aos agronegócios, para incorporar novas terras aos seus empreendimentos econômicos, sobretudo na região Amazônica, liberando-as tanto de condicionantes econômicos jurídico-formais e político-administrativos, quanto de fatores étnicos e culturais ou determinados pela modalidade de uso das terras tradicionais ocupadas por povos indígenas, quilombolas, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, comunidades de fundos de pasto, faxinais, ribeirinhos, geraizeiros e outras categorias sociais. (ALMEIDA 2009, p. 76).

O capitalismo não está interessado no modo de vida da população e sim em sua lucratividade. Para conseguir este almejado lucro passa e destrói tudo que estiver em seu caminho de forma velada. Não é diferente em Juruti, as comunidades vivenciam uma época de lutas e desafio contra o empreendimento, com alguns ganhos que, significam para eles vitórias e são até certo ponto.

Não se pode deixar de lado que muitos comunitários já venderam suas terras por quantias baixas e depois se arrependeram, como é o caso da Comunidade Jabuti, uma comunidade que se distância da ACORJUVE, pois vive no município de Juruti e tem a ferrovia construída dentro de suas terras.

A Alcoa chegou aqui e nos ofereceu uma quantia que achamos boa. Vendemos tudo e agora você vê, estamos aqui sem nada. Fomos enganados. Nos juntamos com a ACORJUVE e estamos lutando para reverter esta situação (Comunitário).

O processo de expropriação de pequenos produtores (proprietários e não-proprietários) antes engendrado pela pecuária, é retomado com força pelo grande capital com apoio integral do governo. Empresas como a ALCOA, marcham em diferentes frentes, desorganizando e desarticulando populações rurais inteiras, estabelecidas secularmente e que tem nestes territórios seu espaço de sobrevivência e reprodução social. Esses territórios de milhões de hectares passam a ter donos, viram campos de reprodução do capital, tornam-se mercadorias.

A reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui de fato um momento da

própria reprodução do capital. A acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado (MARX, 1996, p. 179).

Em Juruti Velho, as comunidades não se encontram como força de trabalho empregadas na ALCOA, muitos já estiveram outros, como seus filhos, encontram-se deslumbrados com o projeto e o ideológico desenvolvimento local que menciona.

Meu filho não fala em trabalhar na roça comigo, quer sair, ir pra cidade, trabalhar pra ALCOA. Vejo os nossos laços de costume fracos. Ele não quer fazer o que eu e meus avós fazíamos. Não sei o que fazer. Se to errado. Se ele tá (comunitário).

A partir deste panorama o que se percebe é uma estratégia de desmobilização, e desmoronamento da sociedade de economia natural de Juruti que surgem do fato de que, numa dimensão de fundo, o Capital, no seu processo de expansão, depende, numa medida significativa, das sociedades de economia natural, das quais não só retira as pessoas que converte em exército de trabalho ou exército de reserva, mas também as riquezas naturais necessárias à sua acumulação – e expropriá-las e retirá-las dos seus locais de origem são os primeiros passos para fazer isso.

Assim que a produção capitalista se apodera da agricultura, ou à medida que se apoderou dela, decresce, com a acumulação do capital que aí funciona, a demanda de população trabalhadora rural de modo absoluto, sem que sua repulsão, como na indústria não-agrícola, seja complementada por maior atração. Parte da população rural encontra-se, por isso, continuamente na iminência de transferir-se para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência. (Manufatureiro aqui no sentido de toda a indústria não-agrícola.)⁵²⁸ Essa fonte da superprodução relativa flui, portanto, continuamente. Mas seu fluxo constante para as cidades pressupõe uma contínua superpopulação latente no próprio campo, cujo volume só se torna visível assim que os canais de escoamento se abram excepcionalmente de modo amplo. O trabalhador rural é, por isso, rebaixado para o mínimo do salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo. (MARX, 1996, p. 272)

Com isso percebe-se que o domínio está ocorrendo aos poucos e que estas comunidades estão sendo dissolvidas lentamente, mesmo com toda a luta travada.

Esta dissolução é o que leva a preocupação de que esta comunidade venha a compor o que Marx chamou de superpopulação relativa, ou seja a população “excedente”. “Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que

pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à própria custa” (MARX, 1996, p. 191).

Muitos comunitários estão indo trabalhar na fábrica como braçal, mas tem muitos que já foram demitidos. Não passam nem ano lá. Acaba o trabalho eles saem. ai vão atrás de uma coisa aqui uma coisa ali. De lugar em lugar. Isso quando não vão pra outro local.

Assim, mais do que populações tradicionais estas comunidades caracterizam-se por sociedades de economia natural que ao serem expropriadas de suas terras, perder, seus meios de produção, tornam-se trabalhadores que tem apenas a sua força de trabalho para vender. Este contingente acaba por integrar a superpopulação relativa latente, composta pelos trabalhadores rurais que são expulsos gradativamente do campo, devido a expansão capitalista na agricultura.

Assim “parte da população rural encontra-se sempre na iminência de transferir-se para as fileiras do proletariado urbano [...] e na espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência” (MARX, 1996, p.746). dessa forma, essa população está sempre migrando para as cidades em busca de melhores condições o que implica na existência de uma superpopulação latente no campo, provocando o rebaixamento de salários do trabalhadores deste local que segundo Marx (1996, p. 746) permanecem “com um pé no pântano do pauperismo”.

Portanto o que se verifica é que o capital sempre cria uma população sempre pronta a atender aos anseios do capital por trabalho com a formação de um exercito de reserva, além de uma massa de desocupados aptos ao trabalho e miseráveis que constituem reserva de força de trabalho para o capital.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização de investimentos em grandes projetos na Região apresentou-se, inicialmente, como uma alternativa viável para de desenvolvimento capaz de promover mudanças inovadoras e propiciar a “internalização” de efeitos positivos, via aumento de renda e do emprego locais, segundo os capitalistas. No entanto, o que se verifica é um conjunto de impactos polarizados e desagregadores, cuja magnitude real apresenta-se, ainda, ininteligível.

As principais características destes projetos permite inferir que os resultados positivos esperados para a economia amazônica resumem-se na infraestrutura instalada: na disponibilidade de energia elétrica, nas ferrovias, instalações portuárias e infraestrutura urbana.

O setor agropecuário é o mais imediatamente suscetível aos impactos inerentes à implantação dos grandes projetos, na medida em que sobre ele se assenta quase toda a base econômica regional.

A partir da implantação dos grandes projetos, o perfil do setor vem modificando-se radicalmente com reflexos marcantes sobre a estrutura fundiária (concentração) e organização da produção (desintegração).

É necessário registrar que a organização da atividade agrícola, como a de todas as atividades produtivas da Região, tem por base a pequena produção que visa, sobretudo, à sua própria sobrevivência. Na medida em que não é respeitada essa evidência, ao se implantarem grandes projetos sem possibilidade de integração com base produtiva local, a tendência é que se acentue o processo de desintegração da estrutura produtiva existente sem perspectiva de uma correspondente absorção das populações envolvidas.

A instalação de grandes empreendimentos, logicamente, gera benefícios aos donos do meio de produção. Porém, convém salientar, que sendo aqueles projetos monopolistas ou oligopolistas, cuidados especiais deverão ser tomados, em nível de política econômica, no sentido de evitar a extrema dependência e vulnerabilidade a que são expostos os produtores/ comunidades rurais.

Do ponto de vista demográfico, a desarticulação provocada sobre a economia rural vem se registrando, como característica marcante, a aceleração do fluxo migratório rural-urbano que elevou progressivamente o crescimento das

populações urbanas, ao mesmo tempo em que a expansão das populações rurais é, geralmente, diminuta ou mesmo negativa.

Geralmente, os projetos implantados na Região não consideram a cultura e a experiência locais. O pressuposto de uma organização social da produção e toda uma tecnologia, alheias às características regionais, vêm agregadas aos projetos. O primeiro choque resultante disso é o conflito de interesses: de um lado, os pequenos produtores agrícolas visando fundamentalmente à sua reprodução física e social, de outro, os objetivos desses projetos que tem em vista, principalmente, assegurar taxas de lucratividade que os viabilize economicamente.

A remoção de populações de áreas de produção agrícola, abrindo espaço aos grandes projetos, deve considerar como esses grupos irão se adaptar ao novo modo de vida que lhes oferece como alternativa. Portanto, é indispensável conhecer mais intimamente a realidade local para fundamentar propostas que se contraponham a modelos que, incapazes de integrarem a população produtiva, promovam, de fato, a sua expulsão e conseqüentemente inchaço dos núcleos urbanos e aumento de desempregados e pauperizados.

É preciso considerar que a implantação de muitas políticas traçadas para a Amazônia encerram, via de regra, uma contradição, visto que os seus objetivos se opõem às medidas recomendadas. Desse modo, políticas que visam atender as expressões da questão social sugerem medidas fundadas apenas na pressuposta nacionalidade empresarial. Assim, por exemplo, políticas que visam à integração de populações se convertem em medidas tão somente voltadas para investimentos empresariais. Como conseqüências têm-se, ao invés de “integração de populações” a sua expulsão e a concentração de terra.

As diferenças sociais sejam em nível local ou global, produzidas no modo de produção capitalista, mormente em uma fase altamente monetarista e/ou especulativa, salientam a crueldade do crescimento econômico desacompanhado de políticas que priorizem a repartição da renda e dos benefícios advindos de tal crescimento.

Muitos dos grandes projetos criaram uma demanda social, pois não conseguem transferir o bem-estar para as populações circunvizinhas, que vivem na mais absoluta pobreza, em detrimento de grandes riquezas, pela incapacidade

de geração de empregos e rápida degradação ambiental, e consequente diminuição da qualidade de vida da população, gerando pobreza e miséria para a maioria.

Ou seja, esse “desenvolvimento” trazido pelas multinacionais e seus projetos de extração, beneficia muito mais um seleto e restrito grupo de empresas, os detentores dos meios de produção, deixando à margem a população residente na região que acaba em busca de melhores condições de vida, migrando para áreas urbanas do estado ou mesmo para outros estados.

Neste sentido as comunidades que vivem nesses territórios amazônicos que, em muitos casos, são vistas e se autoafirmam tradicionais, porém são constituídas em sua maioria por trabalhadores extrativistas (coletores de castanha), agricultores de subsistência como em Juruti Velho. o qual em uma caracterizam-se como sociedades de economia natural, que, submetidas ao capital e sua expropriação, acabam por integrar o exército de reserva, mas especificamente, no que Marx denominou população latente, na iminência de serem transformada em população estagnada ou em segmentos do pauperismo, conforme sua absorção pelo capital.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Arqueologia da tradição: Uma apresentação da Coleção 'Tradição e Ordenamento jurídico'. In **Leis do Babaçu livre**: práticas jurídicas das quebradeiras de coco babaçu e normas correlatas. Manaus: PPGSCA-UFAM/ Fundação Ford, 2006.

_____. Agroestratégias e desterritorialização: Os direitos Territoriais e Étnicos na Mira dos Estrategistas dos Agronegócios In: **O plano IIRS**: Na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica. Fase: Belém, 2009.

_____. Povos e comunidades tradicionais atingidos por conflitos de terras e atos de violência In: **Conflito no campo Brasil 2009**. Comissão Pastoral da Terra. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. 5ªed. São Paulo: Cortez, 1998.

BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L. **Fronteira Amazônica**: questões sobre a gestão do território. Rio de Janeiro: Brasília, UNB; Rio de Janeiro, UFRJ, 1990.

BENTES, Rosineide. Um novo estilo de ocupação econômica da Amazônia: os grandes projetos. In: **PARÁ, Secretaria de Estado de Educação do. Estudos e problemas amazônicos**: história social e econômica e temas especiais. 2. ed. Belém: CEJUP, 1992.

CNEC (Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores). **Relatório de Impacto Ambiental que integrou o pedido de licença prévia do empreendimento minerário da ALCOA no Município de Juruti**, Pará, 2005.

COMELLI, Paulo. **Província do Pará**: As Agências Postais no século XIX. Revista A Filatelia Brasileira, número 8, 2007..

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.

DIEGUES, Antonio Carlos; Arruda, Rinaldo, S.V. (Orgs.). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

ÉLERES, Cândido Paraguassú. **Intervenção Territorial Federal na Amazônia.** Belém: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FERREIRA, J. (org.). **O Pará e seus Municípios.** Belém: JCV Ferreira, 2003.

FIALHO NASCIMENTO, Nádia. **Amazônia e desenvolvimento capitalista:** elementos para uma compreensão da “questão social” na região. 2006. 195f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós Graduação da Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FONTES, Virgínia. O Imperialismo, de Lênin aos dias atuais. In: **Revista Outubro.** Rio de Janeiro: 2007. p. 1-30.

HISTORIA DA ALCOA. Disponível http://www.alcoa.com/brazil/pt/custom_page/story_alcoa.asp: Acesso em janeiro de 2011.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico:** uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

IANNI, Octávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1979

IBRAM (Instituto Brasileiro de Mineração). **Balança Comercial Mineral da Amazônia.** Período: janeiro a agosto de 2008. Belém: Ibram Amazônia, 2008.

INCRA/SR-30 (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). **Aspectos Históricos e Socioeconômicos do Projeto de Assentamento Agroextrativista** – PAE Juruti Velho. Santarém: agosto de 2007 (mimeo).

KUCINSKI, Bernardo. **O que são Multinacionais.** 3º ed. Coleção Primeiros Passos. Brasiliense, 1989.

LEAL, Aluizio Lins. **Uma sinopse histórica da Amazônia.** São Paulo: 1991. (mimeo.).

_____. **Projeto de Assessoria a Comunidades Rurais do Baixo Amazonas.** PACRBA/ICSA, Belém, 2011.

LÉNA, Philippe. As políticas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia: problemas e contradições. In: **Rede Amazônia:** diversidade sociocultural e políticas ambientais, v. 1, n. 1. Rio de Janeiro, 2002.

LENÁ, P. Novos Atores Sociais, Desenvolvimento Sustentável e Organizações Não- Governamentais In **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 1999. p. 297-338.

LENIN, V. I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Global, 1982.

LESSA, Sergio. **Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**. 2º ed. Rio de Janeiro. Zahar. 1976.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica de economia política**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (Os economistas). Livro 01.

_____. **O Capital: Crítica da economia política**. 5º ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1990. Livro 02.

_____. **O Capital: Crítica da economia política**. vol. 05. São Paulo: Bertrand Brasil, 1991. Livro 03.

Karl Marx. Introdução à crítica da economia política. In: **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos** (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 107-131.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844**. Lisboa: Avante, 1993.

MINISTERIO PÚBLICO FEDERAL **Inquérito Civil Público** nº 1.23.002.000185/2007- 76/PRM/STM/MPF. Santarém: MPF, 2007.

MINISTERIO PÚBLICO FEDERAL & MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DO PARÁ. **Ação Civil Pública com Pedido de Liminar: Licenciamento ambiental Projeto Juruti/Alcoa**. Santarém: MPF & MPE, 2005.

_____. **Recomendação N° 01/2007/MP/PJ Juruti Belém**: MPF & MPE, 2007.

MONTEIRO, Mara Rúbia Muniz. **A democratização da sociedade: participação das organizações da sociedade civil – experiências em Juruti Velho – PA**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), 2009.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. **Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

NEVES, Marcus Vinicius das. **A Heróica e Desprezada Batalha da Borracha**. Revista História Viva. Número 08, junho de 2004.

PARÀ. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Relatório de análise de cumprimento de condicionantes da Licença de Instalação e de avaliação para concessão de licença de operação**, 2008.

PAULA, José Antonio de. Amazônia: Fronteira e Acumulação do Capital. In: **As Amazônias do Século XXI**. Belém: Editora Universitária-UFPA, 2008.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Empresas multinacionais e interesses de classe**. Encontros com a civilização Brasileira. 4. Outubro, 1978. P. 11-27.

SANT'ANA Júnior, Horácio Antunes de. **Florestania: a saga acreana e os povos da floresta**. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

SANTILI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Petrópolis, 2005.

SANTILLI, J. Povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais: a construção de novas categorias jurídicas. In: **Terras Indígenas e Unidades de Conservação: O desafio das sobreposições**. São Paulo: ISA, 2004.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Fotos na Comunidade de Juruti Velho









APENDICE B

Roteiro de entrevista realizado com os líderes comunitários

- 01) Qual o seu nome e a que comunidade pertence?
- 02) Há quanto tempo mora no local?
- 03) Qual o seu principal meio de sobrevivência?
- 04) Como se dá no município a organização e luta de vocês pela terra e pelos seus recursos frente a empresa Alcoa?
- 05) O que é ser tradicional? O que define isto?
- 06) Como se dá a estreita relação de vocês com os recursos naturais existentes na região?
- 07) Como avalia a atuação da ALCOA no município?

ANEXOS

Anexo A



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA

**INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTARÉM - SR30**



**DANOS E PREJUÍZOS DA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO JURUTI
OMNIA/ALCOA DE EXPLORAÇÃO DE BAUXITA NO ÂMBITO DO
PROJETO AGROEXTRATIVISTA - PAE JURUTI VELHO**

ANALISE PRELIMINAR



ÍNDICE

| | Página |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 1 |
| 2. OBJETIVO | 2 |
| 3. DANOS E PREJUÍZOS | 2 |
| 3.1.DESMATAMENTO | 3 |
| 3.1.1.DANOS ECONÔMICOS DO DESMATAMENTO | 3 |
| 3.1.2. ESTIMATIVA DE PERDA DE RECURSOS FLORESTAIS MADEIREIROS | 7 |
| 3.1.3. ESTIMATIVA DE VALORAÇÃO DO RECURSO MADEIREIRO SUPRIMIDO | 10 |
| 3.1.4. ESTIMATIVA DE PERDA DOS PRODUTOS NÃO - MADEIREIROS | 11 |
| 3.2. PERDA DE BIODIVERSIDADE | 15 |
| 3.3. IMPACTOS NOS RECURSOS HÍDRICOS | 17 |
| 3.4. IMPACTO NA FAUNA LOCAL (AFUGENTAMENTO DE ANIMAIS) | 21 |
| 3.5. DESTERRITORIALIZAÇÃO | 22 |
| 3.6. CARÁTER DE ENCLAVE DO PROJETO JURITI | 23 |
| 3.7. DESESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA | 26 |
| 3.8. IMPACTO NA CAPACITAÇÃO | 28 |
| 4. CONCLUSÃO | 28 |
| 5. BIBLIOGRAFIA | 29 |
| ANEXO 1- LICENÇAS EXPEDIDAS PELA SECTAM AO PROJETO JURITI | 30 |
| ANEXO 2 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO PAE JURUTI VELHO | 33 |
| ANEXO 3 - CROQUI DE USO E OCUPAÇÃO DO PAE JURITI VELHO | 35 |
| ANEXO 4- RELATÓRIO FOTOGRÁFICO | 37 |

EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

ANDERSON DE OLIVEIRA NASCIMENTO Engenheiro Florestal SR-30/STA (Coordenação)

DAGGO CHAGAS DANIEL Técnico em Agrimensura SR-30/STA

ELITA BELTRÃO DE FREITAS Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário SR-30/STA

GILVANDERSON FERREIRA BARROS Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário SR-30/STA

JOÃO JOSÉ CORREIA Engenheiro Agrônomo

RAQUEL AMARAL Socióloga EMATER / PA

RITA DE CÁSSIA CERQUEIRA CONDE DE PISCOYA Engenheira Agrônoma INCRA/SEDE

SILVANA MARIA RODRIGUES SILVEIRA Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário SR-30/STA

VANILDO MAIA Assessor de Comunicação Social do Governo do Estado do Pará

1. INTRODUÇÃO

O projeto Juruti é um empreendimento minerário da OMMA Minérios, subsidiária da ALCOA inc., a maior produtora de alumínio no mundo. A empresa requereu licenciamento de uma complexidade de atividades e infra-estruturas, que afetarão largamente os processos naturais e as atividades sociais da região, são elas: mina de bauxita, usina de concentração do minério, bacias de rejeitos, estruturas de apoio, abertura e pavimentação de estrada de rodagem, construção de ferrovia, construção de usina diesel elétrica e construção de porto.

O Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM concedeu alvará de pesquisa à empresa OMN IA Minérios para que esta realize pesquisa e a exploração das jazidas minerais, bem como para que constitua as respectivas servidões minerárias. As autorizações concedidas pelo DNPM permitem que a empresa possa pesquisar e, após autorização, minerar em terrenos de domínio público ou particular, utilizando áreas para a instalação da infra-estrutura necessária. Os processos que orientam as autorizações de pesquisa e autorização para lavrar foram registrados pelo DNPM pelos números 850.504/00; 850.026/2001; 850.028/04; 808.954/75; 751.777/96; 850.446/02; 850.506/00.

A fim de viabilizar a implantação do empreendimento, a empresa solicitou à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará - SECTAM as licenças ambientais necessárias. Foram expedidas seis autorizações de supressão de vegetação, totalizando uma área de 2051,12 hectares de florestas a serem desmatadas; duas autorizações de funcionamento de captação de água para acampamento, uma autorização de funcionamento de extração de 257.500 nr de cascalho para pavimentação da estrada de acesso, uma licença de instalação para implantação de infra-estrutura para lavra, beneficiamento, transporte e embarque de minério de bauxita, quatro licenças de instalação para a execução de 8 poços para captação de água subterrânea na Rodovia PA-257, uma licença de operação para célula emergencial para disposição de resíduos sólidos, uma licença de operação para captação de água subterrânea na Rod. PA-257 e uma licença de operação para a atividade de pesquisa mineral. (**Anexo 1**).

Parte do empreendimento da ALCOA insere-se na Gleba Juruti Velho, arrecada e matriculada em nome da União sob o número 1.002, livro 2, ficha 01/08, no cartório de registro de imóveis e anexos da comarca do município de Óbidos. Em 2005, em uma área de 109.551 hectares, o INCRA criou em parte desta Gleba, através da Portaria 18/05 publicada no Diário Oficial da União em 17 de novembro de 2005, o Projeto de Assentamento Juruti Velho, beneficiando 1998 famílias (**Anexo 2 e 3**). O PAE Juruti Velho se consolidou a partir de uma demanda das organizações das comunidades tradicionais locais, que historicamente reivindicavam a regularização fundiária de seu território e, neste sentido, o PAE representa uma conquista histórica das comunidades tradicionais locais. O PAE, por ser uma modalidade de projeto de assentamento destinado às populações tradicionais para o manejo sustentável dos recursos viáveis e ecologicamente sustentáveis, através da concessão de direito de uso, foi a modalidade mais adequada encontrada para dirimir os conflitos e atender as demandas das comunidades da região.

A OMNIA Minérios não é proprietária do solo onde serão implantadas as áreas de mineração, possuindo apenas autorizações de pesquisa mineral do subsolo que, pelo regime constitucional de pesquisa e lavra mineral, independem da propriedade. O direito fundamenta-se na necessidade de constituição de servidão minerária, entretanto, as servidões só podem ser instituídas mediante indenização prévia do valor do terreno ocupado e dos prejuízos resultantes dessa ocupação (Art. 60 do Decreto Lei no. 227 de 28/02/1967).

O titular de autorização de pesquisa poderá realizar os trabalhos respectivos, e também as obras e serviços auxiliares necessários, em terrenos de domínio público ou particular, abrangidos pelas áreas a pesquisa, desde que pague aos respectivos proprietários ou posseiros uma renda pela ocupação dos terrenos e tuna indenização pelos danos e prejuízos que possam ser causados pelos trabalhos de pesquisa, observando determinadas regras (Art. 27).

A OMNIA, como titular da concessão minerária, sob pena de sanções (advertência, multa e caducidade do título), fica obrigada a responder pelos danos e prejuízos a terceiros, que resultar, direta ou indiretamente da lavra, evitar o extravio das águas e drenar as que possam ocasionar danos e prejuízos aos

vizinhos e evitar poluição do ar, ou da água, que possa resultar dos trabalhos de mineração (Art. 47, Código de Mineração).

2.OBJETIVO

O presente relatório tem como objetivo comprovar, acusar e fazer uma estimativa dos danos e prejuízos ambientais, econômicos e sociais do Projeto Juruti OMINIA-ALCOA de exploração de bauxita no Projeto de Assentamento Extrativista Juruti Velho, considerando aspectos que se relacionam com o comprometimento da viabilidade socioeconômica e ambiental do assentamento frente à consolidação do empreendimento, embora esta tarefa, de acordo com a legislação, seja devida ao cessionário de título minerário.

3.DANOS E PREJUÍZOS

A interbacia do Lago Grande de Juruti Velho, unidade geográfica onde se insere o PAE Juruti Velho apresenta-se com o território dotado de grandes fragilidades frente ao estabelecimento das estruturas de exploração de Bauxita do Projeto Juruti ALCA S/A, dadas as suas características ambientais, econômicas, sociais e culturais.

O Território das comunidades que habitam o entorno do grande lago do Juruti Velho, pode aqui ser entendido como uma impressão temporal na determinação de características particulares no modo de vida, no estabelecimento de relações integradoras entre as comunidades, o meio natural e a organização política e institucional.

O processo eminente de desterritorialização imposto pelo empreendimento, aponta para diferentes aspectos em termos de danos e prejuízos que se correlacionam entre si. Desta forma foram selecionados os aspectos considerados mais importantes pelas comunidades, levantados durante as diferentes intervenções participativas realizadas pelo INCRA em 2007, aspectos estes que serão abordados a seguir:

3.1 .DESMAT AMENTO

As intervenções de supressão de vegetação realizadas pela empresa, avançam de forma muito rápida sobre o território das comunidades para o estabelecimento de suas diferentes infra-estruturas, principalmente aquelas associadas à implantação do complexo industrial, e lavra. O estabelecimento dessas feições da empresa demandou e ainda demandam a perturbação de grandes áreas de floresta, de onde outrora, diversas comunidades desenvolviam suas atividades de extrativismo, notavelmente a coleta de castanha, principal produto do extrativismo vegetal na região do Lago do Juruti Velho

O desmatamento nas áreas da reserva florestal do assentamento, nos territórios das comunidades mais próximas do empreendimento - comunidades Capiroanga, Prudente, Surval, Monte Sinai, Juarí e Galileia - de forma perceptível, já vem impactando a vida das famílias. Os relatos dos comunitários mostram a preocupação com a perda da cobertura florestal de onde provem grande parte da renda das famílias. "Somos caboclos do mato, vivemos da coleta da castanha, precisamos da palha, da madeira, para fazermos nossas casas, tem a caça que nos alimenta quase todos os dias. A ALCOA está destruindo tudo isso que precisamos pra viver... e depois?".

A empresa de forma bastante "agressiva" vem avançando com a supressão da vegetação dentro da área do PAE Juruti Velho, o que tem motivado a manifestação das organizações comunitárias e da Associação das Comunidades do Juruti Velho (ACORJUVE), para que seja suspensa a atividade de desmatamento dentro do PAE, inclusive com solicitação formal ao INCRA de Santarém, SECTAM, MPE e MPF.

A perda já ocorrente de recursos florestais madeireiros e não-madeireiros ocasionada pelo desmatamento. representa um gargalo para a perspectiva de planejamento de uso sustentável de recursos

florestais voltada para o desenvolvimento do assentamento. A inegável vocação florestal das áreas que já foram e serão desmaiadas pelo empreendimento e a aptidão das comunidades em trabalhar com o manejo florestal sustentável, são justamente os ingredientes que apontam para a necessidade da consolidação do arranjo Agroextrativista, com o planejamento voltado para a organização da produção, tecnificação e inserção de mercado.

3.1.1.DANOS ECONÔMICOS DO DESMATAMENTO

Os danos econômicos derivados da supressão da vegetação nativa dentro do PAE Juruti Velho estão associados principalmente à perda da biodiversidade e de recursos extrativistas. As comunidades desse setor do PAE, de forma geral, têm no extrativismo vegetal uma das principais fontes de renda consumo e monetária. A região dos Platôs Capiranga, Guaraná e Mauari (constituintes do primeiro plano de aproveitamento econômico da empresa) possuem uma cobertura florestal com alto grau de conservação (**Figuras 1 e 2**) é mantenedora de recursos importantes que historicamente são manejados pelas comunidades.



Figura 1 - Aspecto geral do dossel da Florestal Ombrófila Densa Submontana - Platô Capiranga - Floresta Comunitária das comunidades de Jaurí, Prudente, Capiranga e Monte Sinai.

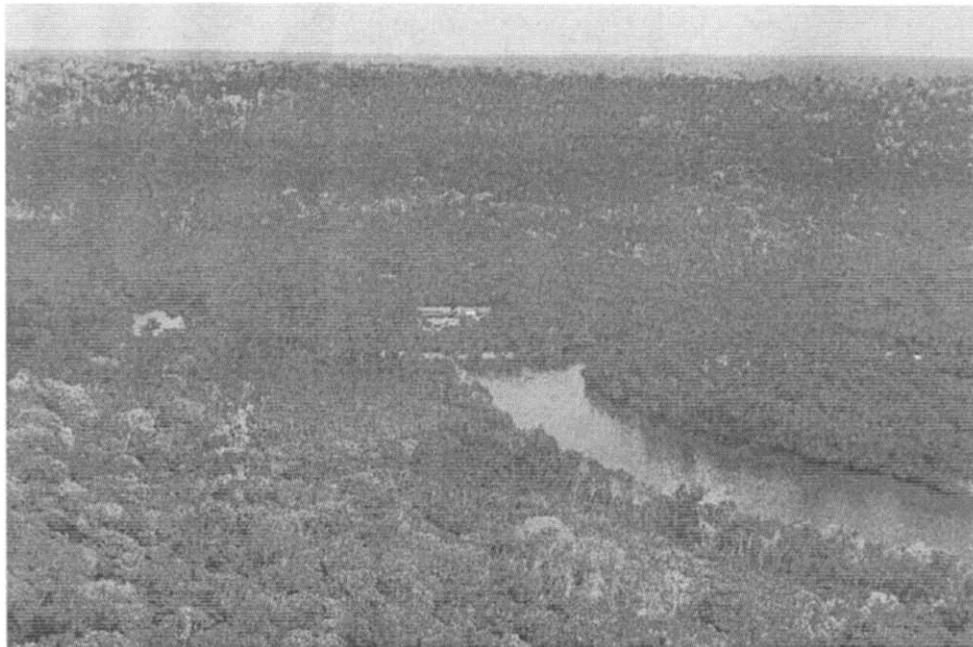


Figura 2 - Aspecto Geral da Floresta - fase dos Platos, região do platô Capiranga, próximo (ao fundo) à base de pesquisa da ALCOA.

A região é definida pelas comunidades mais próximas como sendo de "castanhais" o que de certa forma contradiz os inventários florestais feitos pela empresa que apontam uma densidade dessa espécie de 2,19 indivíduos por hectare, considerada pequena para um "castanhal" (**Figuras 3 e 4**). Considerando ser verdadeiro o dado apresentado pela empresa, somos levados a concluir que para a manutenção desse arranjo extrativista torna-se necessária a disponibilidade de áreas extensas para sustentar a atividade. Contudo, o diagnóstico aponta para o fato de que a atividade extrativista das comunidades contempla um universo muito maior de espécies e produtos da floresta na perspectiva do uso múltiplo. As comunidades relatam que nesse setor do assentamento são obtidos recursos para subsistência e geração de renda (uxi, castanha, bacaba, inajá, lucumã, piquiá, cumaru, entre outros, inclusive a caça), medicinal (ipê, barbatimão, copaíba, andiroba), habitação e artesanatos (madeiras diversas, palhas, embiras e cipós).

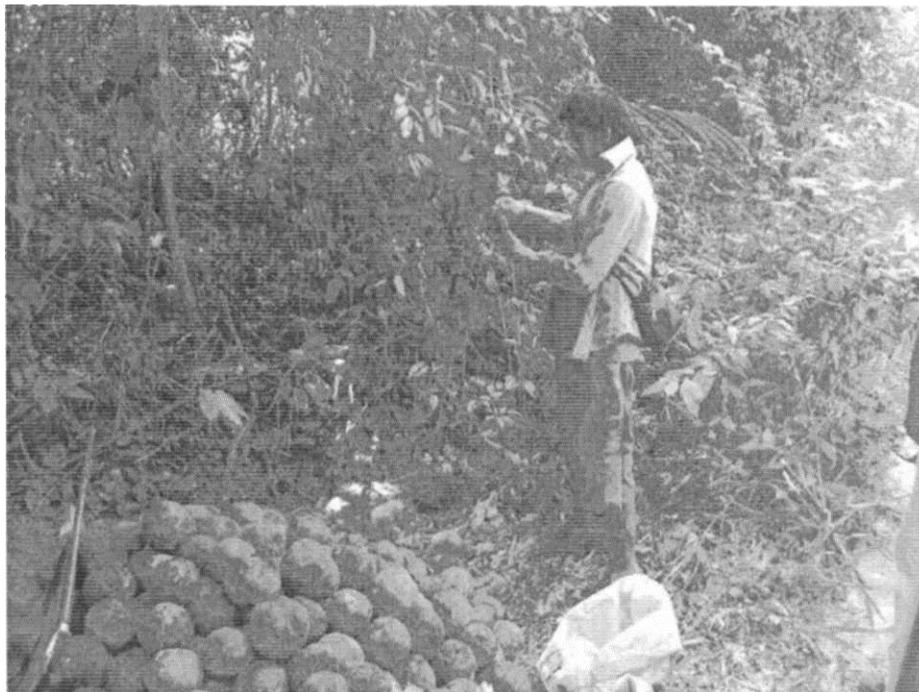


Figura 3 - Produção de castanha realizada por comunitário do PAE Juruti Velho em castanhal centenário inserido na região do platô Capiranga/Guaraná



Figura 4 - Exemplar* de grande porte de castanheira (*Betheletia excelsa*), localizada na região do platô Capiranga/Guaraná.

As supressões de vegetação (**Figura 5**) associada ao enclave da empresa (limitação do acesso) constituem atualmente razão de diminuição da atividade extrativista e conseqüentemente da renda (consumo e monetária), segundo relato das comunidades. A argumentação dos comunitários vem no sentido de que o desmatamento representa o desmonte do extrativismo vegetal realizado a centenas de anos pelas

comunidades locais e um perigo em termo de impacto socioambiental, o que pode comprometer definitivamente a qualidade de vida das comunidades, visto que a supressão da vegetação já vem refletindo também a piora da qualidade das águas dos igarapés, prejudicando o seu uso pelas famílias e afetando a disponibilidade de peixes e também afugentando o recurso da caça, fontes de renda, consumo e monetária, da totalidade das famílias dessa região do PAE.

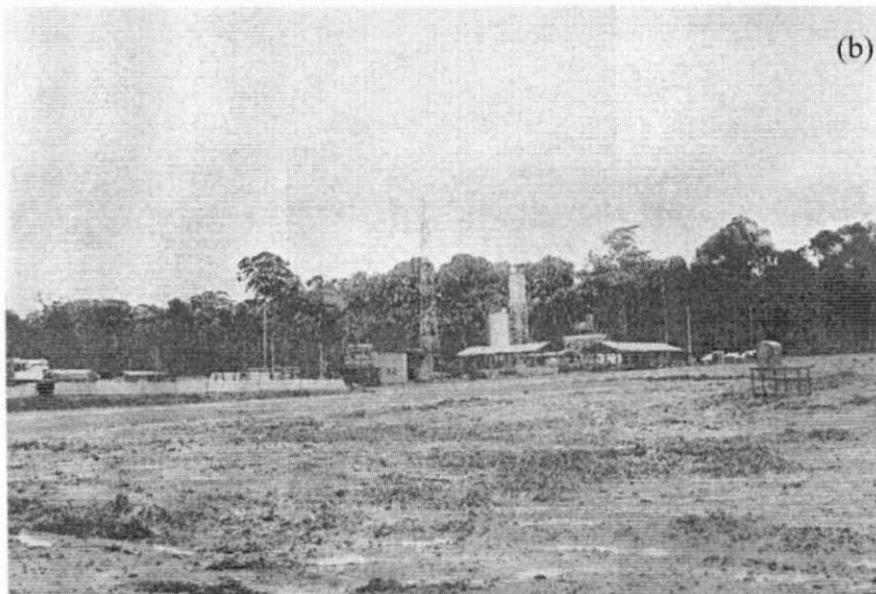




Figura 5 - Desmatamentos realizados para instalação do complexo industrial da mina de bauxita e bota-foras - Platô Capiranga, dentro dos limites do PAE. (a) Vista aérea instalações industriais; (b) Vista terrestre - indústria; (c) Vista área do bota-fora 6.

3.1.2. ESTIMATIVA DE PERDA DE RECURSOS FLORESTAIS MADEIREIROS

Para o estabelecimento da mina de exploração de Bauxita, em sua fase inicial, os estudos da empresa dimensionaram a necessidade de perturbação de uma área de 573,43 hectares de floresta remanescente dos platôs (Floresta Ombrófila Densa Submontana), situada na região das cabeceiras do Igarapé Itapiranga e Prudente, região historicamente utilizada pelas comunidades Capiranga, Prudente e Monte Sinai do PAE' Juruti Velho. Essa área contempla as instalações industriais da mina e o bota-fora 6 (**Figura 6**), incluindo sua expansão, feições superficiais da empresa inseridas dentro dos limites do PAE e que constituem, juntamente com as áreas de acesso (estradas e ramais abertos) e alojamentos, as principais afetações em termos de supressão da vegetação natural na área do assentamento.



Figura 6 - Área do bota-fora 6. (a) Madeira em tora empilhada, (b) Enterrio de toras e lenhas (c) vista área das pilhas de madeira.

O Plano de Aproveitamento Econômico da primeira fase do empreendimento está enquadrado num horizonte de quinze (15) anos e prevê o avanço nas supressões da vegetação de forma escalonada. A mina será dividida em blocos e está previsto o início das atividades de exploração no platô Capiranga avançando, sequencialmente, para os platôs Mauari e Guaraná (Tabelas 1 e 2).

Tabela 1 - Necessidade de remoção da cobertura vegetal na primeira fase (ano 1 ao ano 15)

| ETAPA | HECTARES/ANO | TOTAL DE HECTARES |
|------------------------------|--------------|-------------------|
| Implantação | - | 131 |
| Anos 1 a 5 (platô capiranga) | 246 | 1.230 |
| Anos 6 a 10 (platô Guaraná) | 328 | 1.640 |
| Anos 11 a 15 (platô Mauari) | 421 | 2.105 |

FONTE: PCA Lavra, Beneficiamento e Transporte - Volume I.

Tabela 2 - Florestas Comunitárias afetadas diretamente pela exploração de Bauxita - área de lavra (ano 1 ao ano 15).

| Platô | Floresta Comunitária | N. de Famílias | Área de supressão (HÁ) |
|-----------|----------------------|----------------|------------------------|
| Capiranga | Juarí | 15 | 2.870 |
| | Capiranga | 43 | |
| | Prudente | 45 | |
| | Monte Sinai | 15 | |
| Guaraná | Juarí | 15 | 2.105 |
| Mauari | Pau d'arco | 14 | |
| | Recordação | 08 | |
| | Boa Esperança | 13 | |
| | Galileia | 70 | |
| | Pompom | 36 | |
| Ordem | 6 | 21 | |
| TOTAL | | 200 | 4.975 |

FONTE: Intervenção Participativa, INCRA 2007.

As informações contidas no estudo que substancia a autorização de supressão da vegetação para as áreas de exploração inicial da empresa, dão conta que uma área de 975,21 hectares de vegetação natural, será suprimida na região do platô Capiranga, no período de cinco anos, o que representa um somatório de desmatamento (até o quinto ano de operação) de 1.548,64 hectares. A Tabela 3 demonstra o quantitativo volumétrico dos produtos madeireiros (toras e lenha) oriundos da atividade de supressão vegetal dentro do PAE Juruti Velho.

Tabela 3 - Estimativa da matéria-prima florestal retirada no PAE Juruti Velho

| LOCAL | Área (ha) | TOF | LA | LEIS | HA |
|--|-----------|-----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | | Volume /ha (m3/ha) | Volume Total (m3) | Volume/ha (St/ha) | Volume Total (St) |
| Instalações industriais da mina | 413,6 | 91,36 | 37.786,74 | 164,59 | 68.077,03 |
| Instalações industriais da mina (expansão) | 135,83 | 91,36 | 12.409,51 | 164,59 | 22.357,12 |
| Bota-fora 6 (fase 1) | 9,00 | 85,97 | 773,73 | 195,14 | 1.756,26 |
| Bota-fora 6 (fase 2) | 15,00 | 85,97 | 1.289,55 | 195,14 | 2.927,10 |
| Áreas iniciais de Exploração de Bauxita * | 975,21 | 87,98 | 85.799,17 | 247,97 | 241.822,82 |
| TOTAL | 1.548,64 | - | 138.058,70 | - | 336.940,33 |

Fonte: Solicitação ASV, áreas iniciais de exploração, bota-foras e instalações industriais.

* supressão a se realizada (até o quinto ano)

3.1.3. ESTIMATIVA DE VALORAÇÃO DO RECURSO MADEIREIRO SUPRTMTDO

Durante a prospecção de campo realizada em conjunto com representantes da Associação das Comunidades do Juruti Velho - ACORJUVE, nas áreas do PAE afetadas pela empresa, foi possível confirmar o desmatamento em diversas áreas, com destaque para a grande área do complexo industrial da mina de bauxita (413,6 hectares). Toda a matéria prima oriunda do desmatamento realizado nessa área e outras adjacentes, está depositada no bota-fora 6, localizado dentro dos limites do PAE e está sendo reivindicada pelas comunidades.

Visando estimar o valor da matéria prima oriunda das intervenções de supressão da vegetação, realizada dentro do assentamento pela ALCOA, foram tomadas como referências as volumetrias (mVst) estabelecidas pelos inventários florestais realizados pela empresa CNEC para obtenção das licenças de supressão da vegetação - ASV das áreas destinadas às instalações industriais da mina, áreas do bota-fora 6 e áreas iniciais de exploração de bauxita do Projeto Juruti.

Considerando a grande diversidade de espécies apontada pelos inventários florísticos, optou-se por estabelecer o preço da madeira em tora (m³) de acordo com o relatório de movimentação florestal da Secretaria Estadual de Meio Ambiente - SEMA construído a partir da guia florestal (GF 1), para a comercialização de madeiras em tora no estado do Pará. As médias dos valores das diferentes espécies foram feitas de forma estratificada de acordo com a localização da supressão vegetal. Os valores obtidos são apresentados nas tabelas 4 e 5. O preço médio para a lenha, corresponde aos valores aplicados no comércio local de Juruti (fonte: EMATER).

Tabela 4 - Valoração da matéria prima em tora (m³) suprimida na área do PAE Juruti Velho

| LOCAL | Área (ha) | Volume /ha (m3/ha) | Volume Total (m3) | Preço Médio (R\$) | Preço Total (R\$) |
|-------|-----------|-----------------------|----------------------|----------------------|-------------------|
|-------|-----------|-----------------------|----------------------|----------------------|-------------------|

| | | | | | |
|--|-----------------|----------|-------------------|----------|----------------------|
| Instalações industriais da mina | 413,6 | 91,36" | 37.786,74 | 74,50 | 2.815.112,13 |
| Instalações industriais da mina (expansão) | 135,83 | 91,36 | 12.409,51 | 74,50 | 924.508,50 |
| Bota-fora 6 (fase 1) | 9,00 | 85,97 | 773,73 | 69,16 | 53.511,17 |
| Bota-fora 6 (fase 2) | 15,00 | 85,97 | 1.289,55 | 69,16 | 110.862,61 |
| Áreas iniciais de Exploração de Bauxita * | 975,21 | 87,98 | 85.799,17 | 80,28 | 6.887.957,37 |
| TOTAL | 1.548,64 | - | 138.058,70 | - | 10.791.951,78 |

Fonte: Autorização para supressão de vegetação - OMNIA/CNEC

* supressão a se realizada (até o quinto ano)

Tabela 5 - Valoração da matéria prima em lenha (st) suprimida na área do PAE Juruti Velho

| LOCAL | A rea (ha) | Volume/ha (St/ha) | Volume Total (St) | Preço Médio (RS) | Preço Total (RS) |
|--|-----------------|-------------------|-------------------|------------------|---------------------|
| Instalações industriais da Mina | 413,6 | 164,59 | 68.077,03 | 15,00 | 1.021.155,45 |
| Instalações industriais da mina (expansão) | 135,83 | 164,59 | 22.357,12 | 15,00 | 335.356,80 |
| Bota-fora 6 (fase 1) | 9,00 | 195,14 | 1.756,26 | 15,00 | 26.343,90 |
| Bota-fora 6 (fase 2) | 15,00 | 195,14 | 2.927,10 | 15,00 | 43906,50 |
| Áreas iniciais de Exploração de Bauxita * | 975,21 | 247,97 | 241.822,82 | 15,00 | 3.627.342,30 |
| TOTAL | 1.548,64 | - | 336.940,33 | - | 5.054.104,95 |

Fonte: Autorização para supressão de vegetação - OMNIA/CNEC

* supressão a se realizada (até o quinto ano)

A matéria-prima já retirada pelo os desmatamentos para instalação do complexo industrial, bota-fora e estruturas de acesso e apoio correspondem a um montante de R\$ 1.426.762, 65 de lenha e R\$ 3.903.994,41 em tora. Até o quinto ano, com o avanço das supressões para as operações iniciais de lavra, haverá um acréscimo de R\$ 3.627.342,30 em lenha e 6.887.957,37 em tora, totalizando, respectivamente R\$ 5.054.104,95 em lenha e R\$ 10.791.951,78 em tora. Com isso, os valores ao final de 5 anos de exploração, deverão alcançar a cifra de R\$ 15.846.056,73.

3.1.4. ESTIMATIVA DE PERDA DOS PRODUTOS NÃO - MADEIREIROS

A intervenção participativa aponta para o fato de que dois aspectos relacionados ao estabelecimento da empresa já afetam de forma drástica a coleta dos recursos florestais não-madeireiros, sendo: 1) A supressão vegetal e 2) O impedimento de acesso. No que tange o desmatamento já realizado e as futuras intervenções para a consolidação do empreendimento, as comunidades apontam para as áreas dos platôs

(área de mineração e complexo industrial) como o principal local de oferta dos recursos florestais de uso múltiplo. A organização representante dos assentados vem denunciando sistematicamente, a diferentes instituições da esfera pública, que as áreas já desmatadas pela empresa, localizadas no platô capiranga, coincidem com as áreas que outrora suportava a atividade extrativista de pelo menos quatro (04) comunidades -Jauri, Prudente, Monte Sinai e Capiranga. O caráter de enclave do empreendimento (domínio das estruturas de acesso), atualmente, segundo relatos de comunitários, impossibilita o acesso a diversas áreas que antes eram utilizadas para o extrativismo, ocasionando uma perda indireta dos recursos. Este fato é considerado pelos comunitários como fator de diminuição da renda oriunda das atividades de coleta dos produtos florestais.

Segundo o relatório Aspectos Socioeconômicos e Ambientais do Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE Juruti Velho, Juruti - PA, elaborado pelo INCRA, o desfrute médio (renda consumo e monetária) anual derivado das atividades agroextrativistas das famílias do assentamento chega a R\$ 10.143,97/ano. Desse total, 7% (R\$ 669,50) correspondem ao desfrute da cesta de produtos da floresta, com destaque para a castanha-do-pará (Figura 7 e 8), que é comercializada na região ao valor de R\$ 7,00 a 15,00 a lata de 18 litros (11 kg). Considerando que os valores obtidos no diagnóstico refletem a situação do extrativismo florestal em todo assentamento (incluindo na amostra comunidades não extrativistas), pode-se concluir que a taxa de desfrute oriunda dos produtos não madeireiros das comunidades extrativistas, notavelmente aquela situadas nas proximidades dos platôs (local de grande oferta), seja maior que a do conjunto das comunidades do assentamento. Contudo, os aspectos acima destacados, afetam principalmente as comunidades localizadas na área de influência direta do empreendimento. Este fato representa uma profunda transformação nos arranjos históricos de geração de renda (consumo e monetária) definidos pela atividade extrativista nessas comunidades, uma vez que a participação dessas atividades, em termos de impacto na renda, está cada vez mais prejudicada.

A comunidade acredita que com a intervenção do INCRA no assentamento, a médio e longo prazo haverá um incremento da produção extrativista das florestas das comunidades do PAE, com conseqüente aumento da participação dos produtos extrativistas não-madeireiros na renda e do consumo das comunidades. Para tanto, preconiza-se que tais atividades deverão estar contempladas no planejamento para o desenvolvimento do assentamento, visando sua melhor organização para a tecnificação da produção e beneficiamento e inserção de mercado. A Tabela 6 apresenta as principais espécies não madeireiras que serão suprimidas dentro da área do assentamento. A Figura 9 mostra produção de andiroba coletada na região do Platô Guaraná.

Tabela 6 - Principais recursos não madeiros ocorrentes nas áreas a serem suprimida pela atividade mineraria da ALCOA no PAE Juruti Velho. N - Número de indivíduos

| ESPECIE | NOME VULGAR | USO | N/HA* | N TOTAL (supressão até o quinto ano) |
|----------------------------|-------------|----------|-------|--------------------------------------|
| <i>Bertholetia excelsa</i> | castanheira | AL/VD | 2,19 | 3.391,52 |
| <i>Aniba catiêlila</i> | preciosa | AL/MD | 0,4 | 619,46 |
| <i>Astrocaryum sp.</i> | Tucumã | AL | 7,7 | 91.818,87 |
| <i>Altaica maripa</i> | Inajá | AL/FI/PA | 2,38 | 3685,76 |
| <i>Brosimum sp.</i> | Amapá | MD | 0,4 | 619,45 |
| <i>Eugenia sp.</i> | Araçá | AL | 0,47 | 727,86 |
| <i>Hevea brasiliensis</i> | Seringueira | VD | 0,47 | 727,86 |
| <i>Hymatanihus sp.</i> | Sucuuba | MD | 2,50 | 3871,60 |
| <i>Hymenaea courbaril</i> | Jatobá | MD/VD | 2,19 | 3391,52 |
| <i>Protium sp</i> | Breu | VD | 13,44 | 20813,72 |
| <i>Endopleuro uchi</i> | Uchi | AL/VD | 1,56 | 2415,87 |
| <i>Oenocarupus bacaba</i> | Bacaba | AL/VD | 1,25 | 1935,80 |
| <i>Caryocar sp</i> | Piquiá | AL/VD | 0,3 | 464,59 |

* Medida de densidad e segundo inventário floresta para solicitação das ASVs das

feições da empresa inseridas dentro do PAE Juruti



Figura 7 - Produção de castanha (250 Kg) coletada na região do Platô Capiranga/Guaraná, dentro dos limites do PAE Juruti Velho



Figura 8 – Comunitários “castanheiros” do PAE juruti Velho desenvolvendo atividades de coleta na região do Platô Capiranga/Guaraná.



Figura 9 - Produção de andiroba (*Carapa guianensis*) coletada na região do platô Guaraná.

3.2. PERDA DE BIODIVERSIDADE

Os levantamentos da vegetação da área, realizados pelo CNEC para a ALCOA, no âmbito da elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e do respectivo Relatório de Impacto Ambiental, mostram uma alta diversidade. Segundo o relatório, a florística da região do Projeto Juruti é extremamente diversificada, apresentando um expressivo número de famílias, gêneros e espécies e, além disso, não apresenta elevada sobreposição de espécies, principalmente entre as consideradas de floresta primária, pois do total de espécies registradas, apenas 11% foram comuns entre as áreas amostrais. Estas características enfatizam a necessidade de conservação de todos os tipos de vegetação existentes na área, a fim de conservação da biodiversidade.

Conforme o estudo, no ecossistema de terra firme as florestas primárias apresentaram a maior riqueza, resultado natural na Floresta Ombrófila Densa (**Figura 10**). A riqueza de espécies encontrada nas florestas denominadas primárias no estudo -182 indivíduos na Galileia, 174 na encosta do Guaraná e 226 na região do Mutum - é inferior ao número encontrado neste tipo de floresta, que varia de 250 - 300 espécies.

As Florestas Secundárias, que se caracterizam pela alta abundância de uma ou duas espécies, apresentaram uma riqueza bem razoável, quando comparada com as de várzea e terra firme primária, e mostram que os estágios sucessionais entre as duas unidades de amostra desta vegetação estão bastante diferenciados.

Estes números reforçam duas questões importantes: 1. A mais baixa diversidade nas florestas classificadas como primárias no levantamento refletem antigas explorações por madeireiros, no processo de antropização anterior à chegada da mineradora; 2. A presença de florestas secundárias, com altos índices de diversidade, demonstram que o tipo de manejo realizado pelas comunidades da floresta - onde roças de mandioca e pomares são criados em áreas circundadas por floresta, em regime de rotação - permite a preservação da biodiversidade e respeitando a ocupação das comunidades tradicionais na região.

A pesquisa demonstrou que, na área estudada, diversas foram as espécies encontradas que apresentam algum valor econômico, seja madeireiro, medicinal ou comestível. Quanto à presença de espécies de valor comercial, pode-se deduzir que a área ainda apresenta um bom potencial para o manejo sustentado madeireiro, principalmente nas áreas de platôs menos degradadas por outros processos antrópicos. De fato, a grande riqueza dos remanescentes de florestas existentes no PAE é importantíssima para a manutenção das comunidades, e a supressão de vegetação, com a consequente perda de diversidade, afetará diretamente os modos de vida das comunidades.

Os levantamentos da ALCOA indicaram a presença de três espécies contidas na listagem da flora ameaçada de extinção no Brasil, a castanha-do-Pará, o pau-rosa e o pau cravo. (**Tabela 8**). Se considerarmos a lista de espécies ameaçadas de extinção do Estado do Pará elaborada pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, em 2006, o número de espécies aumenta (**Tabela 9**), havendo uma intensificação do impacto regional dos desmatamentos e consequente perda de diversidade.

Tabela 8 - Espécies ameaçadas de extinção no Estado do Pará encontradas nos levantamentos da ALCOA.

| Nome Científico | Categoria de ameaça |
|-------------------------------------|---------------------|
| <i>Bertholletia excelsa</i> | Vulnerável |
| <i>Di cypell in m caryophyUatum</i> | Vulnerável |
| <i>Aruba rosaeodora</i> | Em perigo |

Fonte: R1MA/ALCOA/CNEC

Tabela 9 - Espécies ameaçadas de extinção no Estado do Pará encontradas nos levantamentos da ALCOA.

| Nome Científico | Categoria de ameaça |
|--------------------------------|---------------------|
| <i>Aspidosperma desmanthum</i> | Vulnerável |
| <i>Centrolobium paraensis</i> | Em perigo |

| | |
|---|------------|
| <i>Erythroxylum nelson-rosae</i> | Em perigo |
| <i>Eschweilera piresii ssp. piresii</i> | Vulnerável |
| <i>Eschweilera subcordata</i> | Vulnerável |
| <i>Gustavia erythrocarpa</i> | Vulnerável |
| <i>Hymenolobium excelsim</i> | Vulnerável |
| <i>Manilkara exce Isa</i> | Vulnerável |
| <i>Manilkara huberi</i> | Vulnerável |
| <i>Tabebuia impetiginosa</i> | Vulnerável |

Fonte: Lista espécies ameaçadas de extinção do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Os dados de diversidade encontrados para a região mostram altos índices de diversidade. A supressão da vegetação causará danos diretos à diversidade e às comunidades que dependem da grande diversidade de produtos gerados pela floresta durante todo o ano.

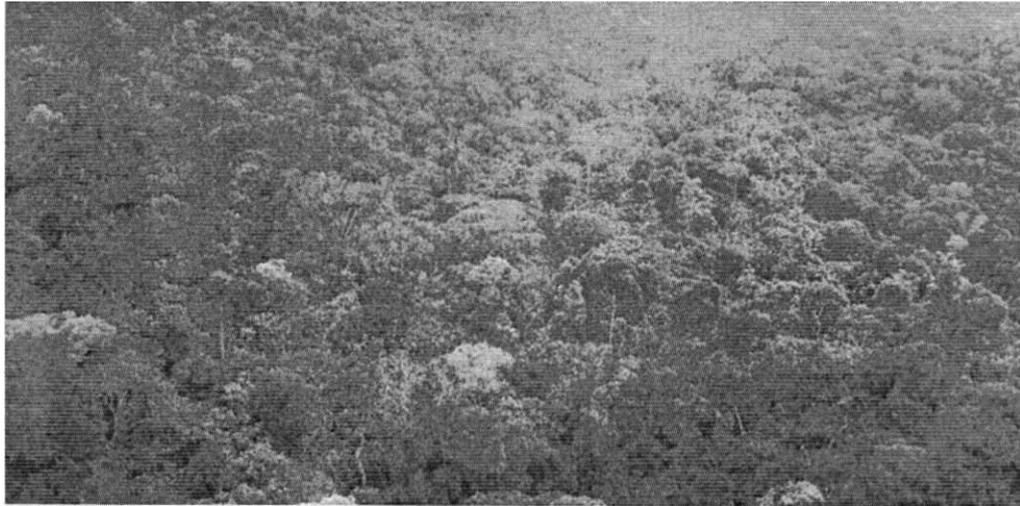


Figura 10 - Aspecto geral da Floresta Ombrófila Densa remanescente dos Platôs -Platô capiranga, área de exploração inicial.

3.3. IMPACTOS NOS RECURSOS HÍDRICOS

As previsões das avaliações de impactos dos ETA/RTMA do empreendimento de mineração de bauxita, a implantação dos canteiros de obras e a construção da planta de beneficiamento e estruturas associadas e escritórios, bem como a preparação dos locais para disposição de estéril e rejeitos, áreas de empréstimo e bota-foras, envolve desmatamento e terraplanagem com movimentação de terra, aumenta a quantidade de áreas expostas às intempéries e facilita a instalação de processos erosivos e o carreamento de sedimentos, com conseqüente aporte nos igarapés e lagos da região.

Parte desta situação já está sendo observada pelas comunidades Monte Sinai e Prudente. Conforme informações destas comunidades, na época das chuvas, é comum que as águas das cabeceiras do Prudente e do Itapiranga se tornem turvas, com maior quantidade de sedimentos carreados dos platôs. A ocorrência deste evento é natural, entretanto, o período de limpeza natural dos Igarapés vem aumentando, impossibilitando a pesca e a utilização da água para consumo, atividades essenciais para a comunidade que não tem outra fonte de água nas proximidades.

Os platôs Capiranga, Guaraná e Mauari mostram uma predisposição natural (**Figura 11**) para processos erosivos, principalmente de natureza laminar, mesmo em áreas com cobertura vegetal. Com a implantação das estruturas da mineradora estes processos erosivos estão sendo intensificados.

Os estudos mostraram também que as ações de desmatamento, terraplanagem e execução de corte/aterro em maciço terroso para implantação da ferrovia e de construção da estrada e demais instalações, como as áreas de empréstimo e bota-foras entre a mina e a cidade de Juruti, também potencializam a ocorrência de erosão laminar, erosão em sulcos, ravinas e voçorocas sobre o solo e coberturas dentrificadas arenosas do relevo de colinas pequenas. Em função de maiores declividades e da natureza friável desses sedimentos, o volume de material transportado para cursos d' água será maior.

O fato é que o empreendimento, com tão pouco tempo de implantação, já vem causando danos e prejuízos a duas comunidades do assentamento. Desta forma, é imprescindível realizar uma análise dos dados das coletas dos Programas de Monitoramento da Qualidade da Água Superficial e de Monitoramento da Letiofauna que estão sendo realizados pela ALCOA, assim como realizar uma reavaliação da periodicidade de coleta destes dados, visando verificar as alterações da qualidade da água na ocorrência de chuvas torrenciais, eventos estes localizados, e não apenas realizar coletas nas poucas datas de amostragem pré-determinadas pelos programas.

Caso não haja uma atenção, especial e imediata, aos recursos hídricos da região, visando atenuar e eliminar os impactos negativos causados, os danos e prejuízos às comunidades do assentamento serão enormes, em vista da estreita relação das comunidades com os igarapés e lagos, que sustentam os modos de vida do povo da floresta, sendo fonte de alimento, renda e saneamento.

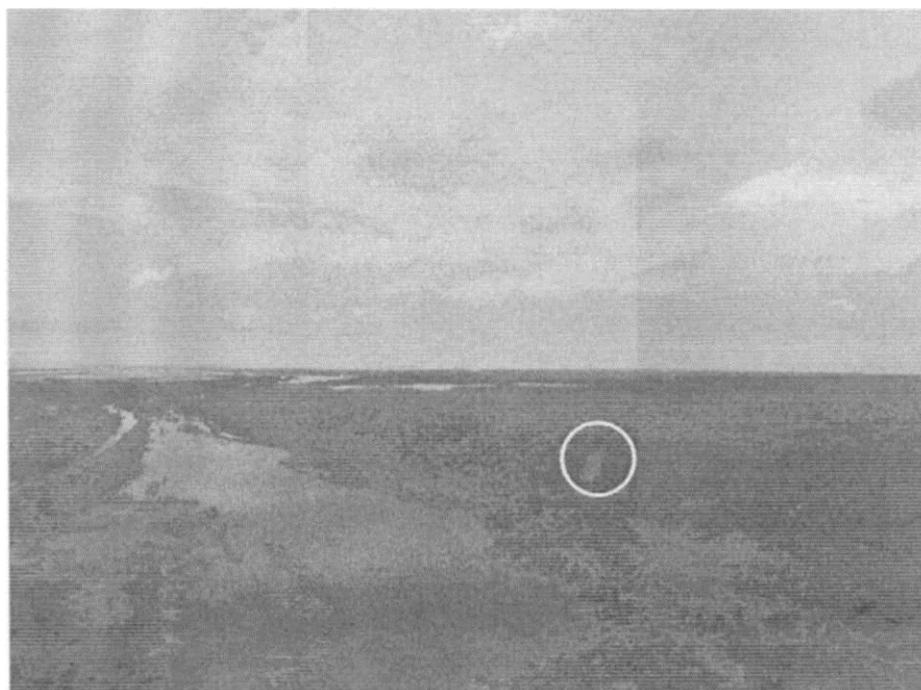


Figura 11 - Processos erosivos naturais ocorrentes na vertente dos platôs, mesmo em áreas com cobertura vegetal - Região do Paraná do Balaio - PAE Juruti Velho.



Figura 12 - Aspecto geral da interbacia do Lago Grande de Juruti Velho.



Figura 13 - Floresta do Platô Capiranga, local inicial de exploração de Bauxita, na interface com o Lago Grande e cabeceiras do Itapiranga e Prudente (Igarapés formadores do Lago).

Tabela 10 - Igarapés e cabeceiras situadas nas áreas dos Platôs (Capiranga, Guaraná e Mauari)
3.4. IMPACTO NA FAUNA LOCAL (AFUGENTAMENTO DE ANIMAIS)

| LOCAL | DESCRIÇÃO |
|--|---|
| 1. Igarapé do Jacaré | Um dos principais formadores do igarapé Juruti Grande. |
| 2. Igarapé Juruti Grande (Galiléia/Mauari) | Situado próximo à comunidade Galiléia, nas imediações do antigo acampamento desativado da ALCOA, conhecido também como Mauari II. |
| 3. Igarapé Comprido (Fazenda Assis) | Situado nas proximidades da Fazenda Assis. Esse igarapé é contribuinte da margem direita do Juruti Grande. |
| 4. Braço do Igarapé Juruti Grande (Pau D'arco) | Situado nas proximidades da comunidade de Pau D "arco, com cerca de 120 habitantes. |
| 5. Cabeceira do Jauri | Situada perto da comunidade chamada Jauri. |
| 6. Igarapé Capiranga (Sr. Firmino) | Contribuinte da margem direita do igarapé Juruti Grande. Situado próximo ao acampamento base da ALCOA, nas imediações da propriedade do senhor Firmino. |
| 7. Igarapé Guaraná | Formador do igarapé Juruti Grande, a sua margem direita. |
| 8. Igarapé Prudente | Braço do igarapé Açu, margem direita do Juruti Grande |
| 9. Igarapé Mutum | Situado próximo ao antigo acampamento Mutum. |
| 10. Córrego Mauari (Acampamento Mauari II) | Córrego formador do igarapé Jacaré. Situado nas proximidades do acampamento hoje desativado no platô Mauari. |
| 11. Igarapé Juruti Grande (Comunidade Maravilha) | Situado próximo à comunidade Maravilha. |
| 12. Foz do Igarapé Juruti Grande | Situado na foz do igarapé Juruti Grande, nas mediações do Rio Amazonas. |
| 13. Igarapé Aruã | Situado na região de nascentes do igarapé Amã sob influência do platô Capiranga |

FONTE: Adaptado PCA OMNIA/ALCOA

O principal impacto decorrente da implantação do empreendimento no meio biótico diz respeito à retirada da vegetação para exploração mineral e a conseqüente interferência na fauna local.

A caça constitui-se, em termos quantitativos, o terceiro alimento em ordem de importância na dieta das comunidades do PAE, ficando logo após a mandioca (que inclui também a farinha e o tucupi) e o peixe. Em média as comunidades consomem caça de duas a três vezes por semana; caça esta obtida nos remanescentes florestais distribuídos nas áreas comuns das comunidades (**Figura 14**).

As comunidades de Jauari, Monte Sinai e Prudente relatam problemas recentes com a fauna em sua região. Os ruídos provocados pelas atividades da mina estão provocando o afugentamento dos animais que invadem as áreas de roça de mandioca. A caça, temporariamente, é facilitada pela chegada de animais desorientados, afugentados pelos ruídos ou a procura de novos habitats.

As atividades da mineradora estão provocando impactos na fauna de diferentes naturezas. Ao mesmo tempo que há um aumento imediato da disponibilidade de caça, o que se caracteriza como impacto positivo na dieta das comunidades, a invasão de caça nas roças, principalmente de mandioca, causa impactos negativos nas comunidades, trazendo prejuízos diretos na produção e renda dos agricultores. Outro fato é que a diminuição dos estoques de caça comprometerá, também negativamente e num futuro próximo, a dieta da comunidade.

3.5. DESTERRITORIALIZAÇÃO



Figura 14 - Caça (quelônio) obtida em remanescentes florestal da região dos platôs.

Hoje, as áreas do empreendimento já desmatadas (bota-fora no. 6 e área da mina de bauxita) inseridas no PAE Juriti Velho, excetuando-se algumas áreas não quantificadas (vias de acesso, caminhos de serviço, adução de água, entre outros), perfazem, juntas, 622,93 hectares. Se comparássemos com as áreas já fechadas pela mineradora, dados este não disponível no momento, estaríamos com valores percentuais muito mais significativos. De toda forma, do 1º. ao 15º. ano, durante a vigência do primeiro plano de aproveitamento econômico do empreendimento, serão desmatadas 5.597,93 hectares de florestas na área do PAE, cerca de 5% (incluindo a superfície do lago) do PAE. Este número pode não ser muito significativo para o Projeto de Assentamento como um todo, entretanto, dentro do PAE convivem cerca de 60 comunidades, cada uma delas com sua territorialidade definida. O avanço do empreendimento poderá levar a grandes perdas de áreas nas comunidades mais próximas do mesmo.

O território pode ser entendido como uma impressão temporal da sociedade na determinação das características locais ou ainda o espaço socialmente ocupado, onde ocorre as relações multidimensionais entre sociedade, meio natural, organização política e institucional em arranjos construídos ao longo de gerações e onde é possível identificar elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

A perda do espaço biofísico pelas comunidades diretamente afetadas pelo empreendimento, representa um aspecto central da problemática socio ambiental a ser imposta pela mineração de bauxita às populações tradicionais do PAE Juriti Velho, pois chama a atenção para o perigo eminente de um processo irreversível de desterritorialização.

Desterritorialização não significa apenas a perda de espaço físico, mas principalmente, a mudança radical nos sistemas históricos de relação entre as comunidades, a relação destas com o meio natural, a perda de controle sobre a organização dos padrões culturais do trabalho (pesca, agricultura, extrativismo, etc.) e sua divisão social, perda de recursos naturais fundamentais ao estilo de vida das comunidades e principalmente a perda dos mecanismos de auto-gestão do território, inclusive aquele que não será diretamente afetado pela mineração, mas que é controlado pela política da empresa para garantir o sucesso do empreendimento.

O processo de desterritorialização é parte integrante da história dos grandes projetos de mineração, resultando na maioria das vezes em fluxos migratórios e na necessidade de re-assentamentos. Neste sentido, a proximidade de algumas comunidades do PAE - a exemplo da comunidade de pau d'arco, localizada nas bordas de um dos platos, a uma distância de cerca de 1.800 metros apenas da suposta área de exploração - correm o risco de perder a quase totalidade de seu território utilizado para as atividades produtivas tradicionais. No que tange à segurança e a qualidade de vida, tal proximidade pode até inviabilizar a permanência de comunidades no entorno da área de exploração.

Na perspectiva do desenvolvimento do Projeto de Assentamento, a perda do território para a mineração, inviabilizará a expansão dos arranjos agroflorestais, familiares e comunitários, e a consolidação dos arranjos agroextrativistas e de agricultura familiar, considerados modelos de gestão territorial apropriados à realidade sócio-cultural e biofísica do território da interbacia hidrográfica do Lago Grande de Juruti Velho, apontada pelo Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE da área de influência da BR-163.

3.6. CARÁTER DE ENCLAVE DO PROJETO JURITI

O caráter de enclave do Projeto Juruti representa uma outra dimensão dos impactos a serem gerados pela consolidação do empreendimento. Por sentido de enclave entende-se por qualquer forma de ocupação fechada, totalmente dissociada da realidade onde está inserida. A análise dos encadeamentos produtivos e infra-estruturais desse projeto através de visita in loco e fotografias demonstram um baixo grau de integração com a economia e sociedade local.

Para viabilizar a integração física do projeto a empresa ALCOA organizou um conjunto de programas e obras de grande porte, visando melhorar a infra-estrutura de suas áreas de abrangência e prepará-la para o pleno desenvolvimento das atividades de lavra, tais como:

- a) Construção de grandes redes de telecomunicação comandadas por satélite, para facilitar a integração tecnológica do espaço do projeto aos centros econômicos do Brasil e do mundo, de onde provem à mão-de-obra, máquinas e equipamentos responsáveis pelo seu andamento (**Figura 15**);



Figura 15 - Sistemas de comunicação implantados nos territórios comunitários dissociados da realidade das comunidades

- b) Abertura e melhoramento de rodovias. Essas vias de circulação tendem a reorganizar o espaço territorial, na medida em que alteram os meios de locomoção da área do PAE Juruti Velho, hoje

pautado no sistema fluvial. Um agravante nesse sentido constitui no fato de que nas primeiras fases do projeto, o acesso fora liberado para uso dos comunitários, que vêm nas rodovias um facilitador de comunicação. Porém, com a eminência da operação absoluta da lavra, estas vias deverão constituir uso exclusivo da empresa (**Figuras 16 e 17**);

Figura 16 - Via de acesso à mina de Bauxita do projeto Juruti controlado pela empresa - Ramal utilizado pelas comunidades locais, conta atualmente com grande movimentação de veículos e máquinas.

Figura 17 - Via de acesso à mina de bauxita seccionada pelo traçado da ferrovia, estrada que hoje ainda é utilizada por comunidades locais.

- c) Complexo ferroviário. Consiste numa moderna ferrovia com cerca de 55 km, ligando a área do projeto ao porto nas margens do rio Amazonas. A opção pela ferrovia está relacionada à necessidade de um baixo custo de transporte para tornar o minério mais competitivo no mercado internacional. Esta ferrovia irá operar exclusivamente para o transporte da matéria-prima e corta áreas de grande potencial madeireiro e ocupação humana, como é o caso do assentamento Socó I, que terá cerca de 43 famílias afetadas diretamente por sua construção (**Figura 18**);





Figura 18 - Construção do complexo ferroviário.

- d) Criação de núcleos urbanos planejados. Estas "cidades"* dotadas de uma excelente infra-estrutura estão sendo construídas para abrigar os trabalhadores das empresas responsáveis pelo Projeto Juruti. As cidadelas funcionam como um instrumento de territorialidade, através das quais a empresa exerce total controle sobre a mão-de-obra e espaço onde se localiza e ao mesmo tempo mantém o Projeto isolado da realidade local (**Figuras 19 e 20**).

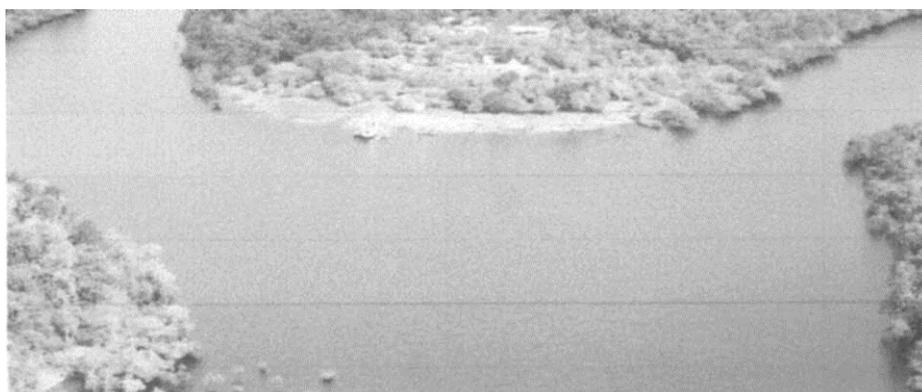


Figura 19 - Base de Pesquisa Capiranga OMNI A/ALCOA, localizada na cabeceira do Itapiranga, largamente utilizada anteriormente pelas comunidades do entorno, para acesso à região dos platôs e município de Juruti, além das atividades de pesca.



Figura 20 - Alojamento de trabalhadores localizados nas dependências de instalação da mina dentro do PAE Juruti Velho

Portanto, observa-se que o Projeto Juruti tende a estabelecer um processo de gestão individual e isolado, impedindo inclusive, uma gestão territorial compartilhada com os comunitários em volta

3.7. DESESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

A desestruturação produtiva acontece quando atividades *econômicas* tradicionais, como extrativismo vegetal e animal, a agricultura de subsistência (Figuras 21 e 22) e etc, vão sendo comprometidas ou pela supressão vegetal, que é uma constante em todas as fases de implantação do projeto e que gera redução das áreas disponíveis para o pleno desenvolvimento das atividades econômicas tradicionais, ou quando estas vão sendo substituídas por atividades econômicas modernas, ou seja, grandes empresas até internacionais, como é o caso da ALCOA, passam a determinar novas atividades, como forma de compensação, em sua maioria carregada de incrementos tecnológicos que não fazem parte do universo produtivo dos comunitários.

Lembrando que, na determinação do Zoneamento Ecológico Econômico da área de influência da rodovia BR-163, da qual o município de Juruti faz parte, a Interbacia do Lago Grande Juruti desdobra-se em três áreas produtivas e três zonas de consolidação. O território localizado na embocadura do Lago com o rio Amazonas (entrada e saída) caracteriza-se em uma Zona de Consolidação para o extrativismo e pesca. Entende-se, portanto, pela legenda do trabalho do Zoneamento, que se trata de uma área com seu potencial socioeconômico consolidado, necessitando apenas de melhoramento e fortalecimento de suas atividades a nível comercial. Adentrando o Lago a tendência predominante, segundo o Zoneamento, vai à direção de áreas de grande estabilidade natural, pouco antropizada e com baixa potencialidade socioeconômica, a qual denuncia-se a fragilidade do sistema produtivo dentro dos espaços onde estão localizados os Platôs de lavra da bauxita.

Desta forma, se não for dado tratamento adequado quanto aos limites de atuação da empresa ALCOA no PAE Juruti Velho e análise criteriosa do Plano de aproveitamento Econômico e os Planos de Controle Ambiental da empresa para a área do referido assentamento, as comunidades que o constituem terão seus modos de vida totalmente alterados, inclusive perdendo sua característica agroextrativista.



Figura 21 - Roça tradicional de milho e mandioca situada na borda do Platô Mauari (comunidade de Pau D"arco)



Figura 22 - Pomar Agroflorestal em formação na região do Platô Guaraná

3.8. IMPACTO NA CAPACITAÇÃO

O impacto na capacitação é entendido como toda transformação no processo de absorção e transferência de conhecimento característico de um espaço. Esse impacto revela-se no Projeto Juruti ALCOA, na medida em que novas formas de capacitação são exigidas para a absorção de mão-de-obra, que se torna extremamente danoso, visto que a preocupação com a capacitação destina-se apenas para as primeiras fases do projeto. Desta forma, as comunidades deixam de empenhar-se no desdobramento de suas atividades tradicionais, comprometendo diretamente o futuro do território, uma vez que as novas formas de gestão não dão conta de dimensionar a realidade local



Figura 23 - Reunião de formação continuada em organização social - Associação dos comunitários do Juruti Velho - ACORJUVE.

4. CONCLUSÃO

As diferentes formas de afetação do empreendimento OMNI A/ALCOA de exploração de bauxita sobre os territórios das comunidades do Projeto de Agroextrativista - PAE Juruti Velho apontam para um processo de desterritorialização que deverá acarretar em transformações profundas nos modos de vida das populações locais. Conforme discorrido no relatório em tela, os impactos negativos associados ao empreendimento estão afetando as diferentes dimensões do desenvolvimento o que coloca em risco a viabilidade do projeto de assentamento.

Nesse sentido, a intervenção institucional do INCRA, deve contemplar a rápida implantação do projeto de assentamento, privilegiando no primeiro momento a elaboração dos instrumentos de planejamento para o uso e desenvolvimento do assentamento (Plano de Utilização e Plano de Desenvolvimento Sustentável), visando garantir as comunidades a autonomia para decidir o modelo de desenvolvimento dos territórios historicamente por elas utilizados, e assim, fazer frente ao modelo que está sendo imposto pela empresa. A intervenção institucional deve ainda, no curto prazo, realizar a demarcação do projeto de assentamento, visando assim, criar as condições necessárias para a emissão da concessão de direito de uso coletivo do território, passo importante para a definitiva regularização empoderamento das comunidades.

